

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Departamento de Sociologia

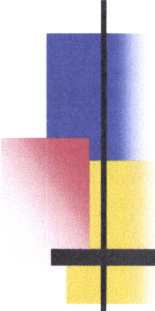
Mestrado em Recursos Humanos e Desenvolvimento Sustentável

Dissertação de mestrado de:

Joaquim Manuel Rocha Fialho

Orientador:

Prof. Dr. Marcos Olímpio dos Santos



***A formação profissional como estratégia para a
reinserção de desempregados de longa duração:
contributos para uma compreensão dos
fenómenos de pobreza e exclusão social.***

Um estudo de caso

(Nos concelhos de Alandroal, Reguengos de Monsaraz e Vendas Novas)

Évora, Abril de 2003

“Esta dissertação não inclui as críticas e sugestões feitas pelo júri”

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Departamento de Sociologia

Mestrado em Recursos Humanos e Desenvolvimento Sustentável

Dissertação de mestrado de:

Joaquim Manuel Rocha Fialho

Orientador:

Prof. Dr. Marcos Olímpio dos Santos

***A formação profissional como estratégia para a
reinserção de desempregados de longa duração:
contributos para uma compreensão dos
fenómenos de pobreza e exclusão social.***

Um estudo de caso

(Nos concelhos de Alandroal, Reguengos de Monsaraz e Vendas Novas)



142 524

Évora, Abril de 2003

“Esta dissertação não inclui as críticas e sugestões feitas pelo júri”

142 524

*A
Carla pelo apoio demonstrado,
Aos meus filhos Diogo e ao Tomás (que está para chegar!)*

AGRADECIMENTOS

Foi em Março de 1999 que, como Assistente Social, encetei o contacto que ainda hoje mantenho com o «mundo» da formação profissional. Dia a pós dia descobro uma peça nova nesta caminhada. Hoje, ao terminar esta dissertação, fico com a leve sensação de que o que descobri, foi um pouco do muito que ainda espero descobrir.

Sendo a metodologia científica a mais rigorosa forma de obtenção do conhecimento do homem e pelo homem ela, tal como advoga Khun, não nos permite efectivamente aceder ao real, mas apenas às suas manifestações, aos fenómenos que daí resultam.

Para esta aproximação ao real, em muito contribuíram alguns colegas e amigos, que aqui reitero os mais sinceros agradecimentos.

À colega e amiga, Dr.^a Marina Vinhas, coordenadora do Núcleo de Desenvolvimento Social e Profissional do IEFP, pelo seu contributo reflexivo sobre a temática desta dissertação;

Às colegas da praxis integrativa do dia a dia, Dr.^a Umbelina Prim, Dr.^a Odete Parra e Dr.^a Helena Guerra, pelos contributos dispensados;

Ao amigo Enf.^o Carlos Casaquinha, uma agradecimento especial pela sua disponibilidade total para a edificação desta dissertação, através dos seus contributos, técnicos e filosóficos, sempre enriquecedores e extremamente profícuos, sobretudo ao nível da concepção metodológica;

Ao Prof. Roque Amaro pelo seu valioso contributo inicial, na redefinição do caminho a seguir nesta aventura;

Um agradecimento à Prof. Mariana Cascais pelos contributos dispensados antes de abraçar as funções de Secretária de Estado do Ensino Básico;

Ao Prof. Marcos Olímpio um total agradecimento pela paciência, disponibilidade e pertinência no orientar do seu mestrando mais impertinente dos últimos tempos.

Às entrevistadas deste estudo, um agradecimento muito especial pela partilha da vivência.

LISTA DE SIGLAS

DLD	<i>Desempregado de Longa Duração</i>
IEFP	<i>Instituto do Emprego e Formação Profissional</i>
INE	<i>Instituto Nacional de Estatística</i>
INOFOR	<i>Instituto Para a Inovação na Formação</i>
PNAI	<i>Plano Nacional de Acção para a Inclusão</i>
PNE	<i>Plano Nacional de Emprego</i>
POC	<i>Programa Ocupacional (Mercado Social de Emprego)</i>
POEFDS	<i>Programa Operacional para o Emprego, Formação e Desenvolvimento Social</i>
RMG	<i>Rendimento Mínimo Garantido</i>
RSI	<i>Rendimento Social de Inserção</i>

ABSTRACT

A formação profissional como estratégia para a reinserção de desempregados de longa duração no mercado de emprego, após percursos de pobreza e exclusão social é a temática sobre a qual versa a presente dissertação.

O seu objectivo geral visa perceber de forma mais aprofundada e numa lógica de compreensão, quais os contributos que a formação profissional pode proporcionar aos DLD's (desempregados de longa duração) ao nível da sua reinserção no mercado de emprego.

Por conseguinte, os objectivos específicos pretendem:

- (i) Identificar os motivos que levaram à saída do mercado de trabalho dos desempregados de longa duração;
- (ii) Identificar os factores que caracterizam os percursos de exclusão social dos desempregados de longa duração.
- (iii) Conhecer quais as competências que adquiridas por via da formação profissional mais contribuem para o ingresso no mercado de emprego;
- (iv) Perceber de que forma a reinserção no mercado de emprego por parte dum DLD é condicionada pela frequência dum acção de formação profissional.

Em face dos objectivos referidos, procurou-se desenvolver um enquadramento teórico que versasse sobretudo sobre as questões da pobreza e exclusão social (características cumumente associadas aos desempregados de longa duração), a formação profissional enquanto estratégia para a qualificação e promoção de competências nos desempregados de longa duração e finalmente, as questões da reinserção no mercado de emprego.

A estrutura seguida nesta dissertação assenta essencialmente num enquadramento teórico; numa componente metodológica e, por ultimo, a análise e interpretação dos dados recolhidos na entrevistas.

Pergunta de investigação:

“A frequência duma acção de formação profissional por parte dum desempregado de longa duração facilita a sua reinserção no mercado de emprego?”

A presente dissertação é sobretudo de carácter qualitativo e recorreu-se à metodologia de estudo de caso, através de entrevistas a ex-formandos que frequentaram acções de formação profissional na área da Geriatria nos anos de 2000 e 2001, nos concelhos de Alandroal, Reguengos de Monsaraz e Vendas Novas e que, por acção dessa frequência se encontram inseridos no mercado de emprego dentro da área de formação.

Dos principais resultados obtido sobressaem:

A bolsa de formação, durante o percurso formativo, foi um contributo para atenuar as dificuldades económicas das entrevistadas;

A formação encetou também um processo de reaprendizagem social ao nível do aumento das redes de sociabilidade como factor de «reequilíbrio» para o indivíduo.

Registou-se também um aumento da motivação das entrevistadas para o mundo social e profissional.

A emancipação e autonomia das entrevistadas em relação ao seu companheiro foram referidas como uma conquista.

A formação favoreceu o reforço das competências de comunicação oral e escrita.

Em oposição ao quadro de instabilidade do percurso de desemprego de longa duração registou-se também uma estabilidade no emprego por via da formação.

Sugestões para futuros trabalhos: são apresentadas no final, juntamente com a conclusão.

Palavras-chave:

Exclusão social

Pobreza

Formação profissional

Desemprego de longa duração

Reinserção

Mercado de emprego

Competências

Local onde decorreu a investigação

Alandroal, Reguengos de Monsaraz e Vendas Novas

Tipo de estudo

Carácter essencialmente qualitativo: estudo de caso

INDICE

INTRODUÇÃO

<u>I PARTE</u>	8
<u>ENQUADRAMENTO TEÓRICO</u>	9
<u>1.EXCLUSÃO SOCIAL E POBREZA: FUNDAMENTOS PARA UMA PROBLEMATIZAÇÃO DOS CONCEITOS</u>	10
1.1 O CONCEITO DE EXCLUSÃO SOCIAL	10
<u>1.1.1 Exclusão social: sentidos e contra sentidos</u>	14
<u>1.1.2 Para uma compreensão da evolução do conceito de pobreza</u>	22
1.2 ENTRE A POBREZA E A EXCLUSÃO SOCIAL	26
1.3 AS DESIGUALDADES SOCIAIS	33
1.4 EXCLUSÃO SOCIAL OU DÉFICIT DE SOCIALIZAÇÃO: O JOGO DAS OPORTUNIDADES!	35
1.5 DIMENSÕES/FACTORES DA EXCLUSÃO SOCIAL	39
<u>1.5.1 Critérios de classificação e percursos de exclusão</u>	43
<u>1.5.2 Indicadores para medição da pobreza e exclusão social</u>	46
1.6 SITUAÇÕES DE EXCLUSÃO SOCIAL FACE AO MERCADO DE EMPREGO	48
1.7 A IMPORTÂNCIA DO FACTOR EMPREGO: PARA UMA PROBLEMATIZAÇÃO DAS VULNERABILIDADES POTENCIADORAS DE PERCURSOS DE EXCLUSÃO SOCIAL E DE POBREZA NOS DESEMPREGADOS	54
<u>1.7.1 – Factores de vulnerabilidade do desemprego e potenciadores de exclusão social: reflexões fecundas</u>	59

<u>1.7.2 – Pobreza, exclusão e inclusão no mercado de emprego</u>	61
1.8 VULNERABILIDADES DOS DESEMPREGADOS DE LONGA DURAÇÃO (DLD'S)	64
<u>1.8.1 Para uma compreensão da problemática do desemprego</u>	64
<u>1.8.2 Desemprego no Alentejo: considerações enquadradoras</u>	67
<u>1.8.3 Vulnerabilidades dos DLD's</u>	73
<u>1.8.4 Factores de marginalização no mercado de emprego</u>	79
<u>2. A FORMAÇÃO PROFISSIONAL COMO “ESTRATÉGIA” PARA A REINSERÇÃO</u>	83
2.1 PORQUÊ FORMAR?	83
2.2 A FORMAÇÃO PROFISSIONAL COMO VEÍCULO DE REINSERÇÃO	85
2.3 A FORMAÇÃO PROFISSIONAL COMO ESTRATÉGIA DE “EMPOWERMENT”: UMA LÓGICA DE PARCERIA	90
<u>3. INTEGRAÇÃO/INCLUSÃO/INSERÇÃO E EXCLUSÃO NAS SOCIEDADES MODERNAS</u>	97
3.1 OS CONCEITOS	97
<u>3.1.1 Integração/inclusão/inserção e exclusão nas sociedades modernas</u>	98
3.2 INSERÇÃO SOCIAL: PERSPECTIVAS RUMO A UMA SOCIEDADE INCLUSIVA	103
<u>3.2.1 A inserção sócio profissional</u>	105
3.3 A PROMOÇÃO DE COMPETÊNCIAS COMO TRUNFO PARA UMA INSERÇÃO SÓCIO-PROFISSIONAL	109
<u>II PARTE</u>	119
<u>4. CONTEXTUALIZAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO</u>	120
4.1 PERGUNTA DE INVESTIGAÇÃO	121
4.2 OBJECTO DE INVESTIGAÇÃO	122
<u>4.2.1 Objectivos</u>	124
4.2.1.1 Objectivo geral	124

4.2.1.2 Objectivos específicos	124
<u>5. METODOLOGIA</u>	126
5.1 NATUREZA DO ESTUDO	127
<u>5.1.1 Porquês dum estudo de caso: discussão</u>	129
5.2 DELIMITAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO	130
<u>5.2.1 – Critérios para selecção da amostra</u>	130
<u>5.2.2 – Pilares de delimitação</u>	132
<u>5.2.3 Justificação do universo em estudo</u>	132
<u>5.2.4 Procedimentos utilizados para sinalização dos formandos</u>	133
5.3 CONTRUÇÃO DO MODELO DE ANÁLISE	134
5.4 TÉCNICAS DE RECOLHA DE DADOS	137
<u>5.4.1 Justificação da escolha das técnicas utilizados</u>	137
<u>5.4.2 Observação participante</u>	138
<u>5.4.3 Recolha documental</u>	139
<u>5.4.4 – Observação não participante</u>	139
5.4.4.1 A entrevista	139
5.4.4.2 Entrevistas preliminares	140
5.4.4.3 Entrevista estruturada	141
5.5 DESCRIÇÃO DO GUIÃO DE ENTREVISTA	142
<u>6. TÉCNICA DE ANÁLISE DE DADOS</u>	145
6.1 – ANÁLISE DE CONTEÚDO	145
<u>6.1.1 – Procedimentos da análise de conteúdo desenvolvida</u>	146
<u>III PARTE</u>	149
<u>7 – DESCRIÇÃO E INTERPRETAÇÃO</u>	150
7.1 IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO SÓCIO-FAMILIAR	150
7.2 PERCURSO PROFISSIONAL ANTES DA FREQUÊNCIA DO CURSO	156

7.3 MOTIVOS QUE LEVARAM À PERDA DE EMPREGO, ANTES DA FREQUÊNCIA DO CURSO	161
<u>7.3.1 – Constrangimentos à reinserção sócio-profissional</u>	169
7.4 - SITUAÇÃO PÓS FORMAÇÃO PROFISSIONAL	172
<u>7.4.1 – Alterações ao estado inicial</u>	173
<u>7.4.2 - Competências adquiridas via formação</u>	177
<u>7.4.3 – Competências desencadeadoras de reinserção</u>	183
7.5 A REINSERÇÃO NO MERCADO DE EMPREGO	185
7.6 IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL	192
<u>CONCLUSÕES</u>	196
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A TEMÁTICA	214
<u>BIBLIOGRAFIA</u>	
<u>ANEXOS</u>	

INDICE DE QUADROS

Nº	Título	Pág.
Quadro 1	Enfoques de abordagem da exclusão social	42
Quadro 2	Indicadores	47
Quadro 3	Factores desencadeadores	53
Quadro 4	Classificação do desemprego	65
Quadro 5	Tipologia de desempregados	66
Quadro 6	Peso relativo dos DLD's face ao total dos desemp. a nível nacional	69
Quadro 7	Trabalhadores por conta de outrem segundo habilitações/1996	70
Quadro 8	Saber profissional, qualificação profissional e competência profissional	112
Quadro 9	Conteúdos das competências	115
Quadro 10	Casos entrevistados	134
Quadro 11	Faixa etária dos inquiridos	150
Quadro 12	Apoios antes do curso	152
Quadro 13	Disfuncionalidades	154
Quadro 14	Situação antes da formação	158
Quadro 15	Motivos da perda de emprego	163
Quadro 16	Dificuldades após a perda de emprego	165
Quadro 17	Causas	167
Quadro 18	Rendimento médio mensal do agregado familiar	174
Quadro 19	Vínculo actual com a entidade patronal	175
Quadro 20	Competências adquiridas na formação	178
Quadro 21	Competências de relacionamento	180
Quadro 22	Competências de liderança e de comunicação	182
Quadro 23	Significado do curso	186
Quadro 24	Factores pessoais e familiares	188
Quadro 25	Factores profissionais	190
Quadro 26	Importância do curso	193
Quadro 27	Níveis de competências registados	206

INDICE DE FIGURAS

Nº	Título	Pág.
Figura 1	Síntese do processo de exclusão	12
Figura 2	Tipos de intervenção social	32
Figura 3	Efeito do desemprego	37
Figura 4	Factores de risco potenciadores de exclusão	45
Figura 5	Emprego e satisfação de necessidades	50
Figura 6	Indivíduo: elemento central do processo	56
Figura 7	Exclusão social e mercado de trabalho	57
Figura 8	Modos de afectação dos factores de exclusão	82
Figura 9	Processo de inserção social e profissional	89
Figura 10	Inserção social e profissional	98
Figura 11	As mutações e a necessidade de novas competências	99
Figura 12	Inclusão/integração e inserção	100
Figura 13	Inserção social e profissional	102
Figura 14	Relação trabalho e inserção	105
Figura 15	Desequilíbrios resultantes do desemprego	107
Figura 16	Processo de inserção profissional	108
Figura 17	Competências e qualificação	111
Figura 18	Estrutura da investigação	123
Figura 19	Esquema de investigação	136
Figura 20	Sistematização da investigação	137
Figura 21	Entre o emprego e o desemprego	160
Figura 22	Motivos e consequências do desemprego de longa duração	166
Figura 23	Pirâmide de satisfação de necessidades do DLD	205

INDICE DE GRÁFICOS

Nº	Título	Pág.
Gráfico 1	Evolução do desemprego 1999/2001	72
Gráfico 2	Apoios antes do curso	153
Gráfico 3	Disfuncionalidades	154
Gráfico 4	Motivos da perda de emprego	163
Gráfico 5	Disfuncionalidades após a perda de emprego	165
Gráfico 6	Evolução dos rendimentos	174
Gráfico 7	Vínculo actual com a entidade patronal	175
Gráfico 8	Competências de relacionamento	181
Gráfico 9	Competências de liderança	182
Gráfico 10	Competências de comunicação	183
Gráfico 11	Significado do curso	186
Gráfico 12	Factores pessoais/familiares	189
Gráfico 13	Factores profissionais	191
Gráfico 14	Importância do curso	194

INTRODUÇÃO

O processo de qualificação de recursos humanos, via formação profissional tem, sobretudo nas duas ultimas décadas, conhecido um impulso significativo, como resultado da aplicação de fundos provenientes dos Quadros Comunitários de Apoio.

Neste momento, em pleno III Quadro Comunitário de Apoio, muitos apoios comunitários continuam a entrar no território nacional, como factor de impulso a acções de formação profissional. Mesmo assim, o déficit de qualificações escolares e profissionais do nosso país continua a ser preocupante. Por isso mesmo, no sentido de minimizar este cenário têm surgido vários planos de acção, com o objectivo comum de aumentar o nível de qualificações da população. São exemplos significativos o Plano Nacional de Emprego e o Plano Regional de Emprego para o Alentejo e também o Plano Nacional de Acção para a inclusão (PNAI), entre outras medidas de política de promoção do emprego.

De acordo com o PNAI (2001-2003) o nível de qualificação do nosso país é preocupante, pelo que daí resultam “trabalhadores de baixos salários (...pouco qualificados e as suas famílias, são uma das categorias sociais mais atingidas pela pobreza (...)) [sendo que] as baixas qualificações escolares e profissionais médias da população activa tornam-se assim um dos principais factores de exclusão, e por essa razão também um entrave ao desenvolvimento.”¹

Entre esta faixa da população, segundo revela também o PNAI, o desempregado de longa duração é um dos principais factores que mais potencia a exclusão social, pelo que urge combatê-lo.

¹ Situação de Portugal caracterizada no PNAI, nas páginas 10 e 11.

O cenário apresentado anteriormente traça, ainda que sucintamente, o estado preocupante do nível de qualificações da população portuguesa. Uma das respostas à sua inversão, poderá passar por uma intervenção formativa, como estratégia para atingir a reinserção no mercado de emprego.

Esta dissertação, para além de procurar algumas respostas sobre a influência duma intervenção formativa no processo de reinserção profissional dos desempregados de longa duração no mercado de emprego pretende, também, enumerar alguns factores potenciadores de reinserção no mercado de emprego. Assim, através da metodologia adoptada, pretende-se um conhecimento de carácter compreensivo sobre a problemática em causa, nomeadamente, perceber qual a influência que a acção de formação que os DLD's frequentaram teve para a sua reinserção no mercado de emprego.

A inexistência de estudos sobre a influência da formação profissional no processo de reinserção de desempregados de longa duração do mercado de emprego, sobretudo na área de intervenção desta dissertação, bem como a necessidade de constituir um leque de explicações para a minha prática profissional enquanto técnico do serviço público de emprego e formação foram essencialmente as razões que justificaram a escolha deste tema: **“A formação profissional como estratégia para a reinserção de desempregados de longa duração: contributos para uma compreensão dos fenómenos de pobreza e exclusão social. Um estudo de caso”**.

Por conseguinte, é meu objectivo perceber de forma mais aprofundada quais os contributos que a formação profissional proporciona aos DLD's ao nível da sua reinserção no mercado de emprego.

Relativamente aos objectivos específicos destacam-se:

- Identificar os motivos que levaram à saída do mercado de emprego dos desempregados de longa duração;
- Identificar os factores que caracterizam os percursos de exclusão social dos desempregados de longa duração.
- Conhecer quais as competências que adquiridas por via da formação profissional mais contribuem para a inserção no mercado de emprego;
- Perceber de que forma a inserção no mercado de emprego por parte dum DLD é condicionada pela frequência dum acção de formação profissional;

A presente dissertação desenvolve-se em três partes. Na primeira é desenvolvido o enquadramento teórico que sustenta esta investigação, seguindo-se, na segunda parte, a contextualização e metodologia da investigação e, na terceira a análise dos dados. No final são apresentadas as conclusões e desenvolve-se uma breve discussão sobre a questão da reinserção no mercado de emprego numa lógica de intervenção formativa.

Assim, numa **primeira parte** e, tendo em conta que as características dos desempregados de longa duração apontam para situações de pobreza e exclusão social, este primeiro ponto do enquadramento teórico reflecte e desenvolve sobre os sentidos e contra-sentidos da exclusão social, o conceito de pobreza e as ligações que se estabelecem entre ambos. Ainda neste primeiro ponto do enquadramento teórico, a relação da pobreza e da exclusão social e as suas implicações no acesso ou não ao mercado de emprego é merecedor dum enfoque acrescido. O emprego como factor de integração de mercado de emprego e a situação do Alentejo face ao emprego são outros dos aspectos desenvolvidos.

Num segundo ponto do enquadramento teórico é também discutido a formação profissional como estratégia para a reinserção no mercado de emprego. A necessidade de formar e/ou qualificar pessoas, o processo de reinserção no mercado de emprego via formação profissional e as estratégias de *empowerment* como factores de reinserção são aspectos desenvolvidos neste segundo ponto.

No terceiro e último ponto do enquadramento teórico procede-se a uma discussão sobre o processo de reinserção sócio-profissional, bem como às questões da promoção de competências como factor para a reinserção no mercado de emprego.

Na **segunda parte** desta dissertação procede-se à contextualização da investigação desenvolvida, bem como aos métodos e técnicas utilizados. Esta dissertação assenta sobretudo numa metodologia de carácter qualitativo e desenvolve-se em torno de um estudo de caso, no qual os indivíduos em estudo frequentaram acções de formação profissional no âmbito da Geriatria e que, no momento da realização do estudo se encontravam a trabalhar na área de formação como resultado duma intervenção formativa.

Na **terceira parte** da investigação procede-se à apresentação e análise dos dados resultantes da recolha efectuada através das entrevistas às ex-formandas, bem como são estabelecidas algumas relações com o enquadramento teórico apresentado.

A finalizar a tese são tecidas conclusões relativamente aos resultados registados com base nos dados recolhidos.

I PARTE

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

A conceptualização e desenvolvimento da formação profissional tem, nos últimos anos, merecido um enfoque substancial por parte, quer dos mais diversos responsáveis do país, quer por parte dum número significativo de investigadores da comunidade técnica e científica da área.

A massificação da formação profissional que se tem também registado nos últimos anos, através da promoção de acções de formação nas mais diversas áreas sectoriais, não tem, ao que parece, sido suficiente para retirar o país da lista dos deficitários em termos de qualificações escolares e profissionais. Da formação inicial à contínua, da formação de jovens à de adultos, é certo que a necessidade de qualificar pessoas é um factor decisivo e fundamental para o desenvolvimento sustentado e sustentável de qualquer região ou país, de pessoas e organizações.

A formação profissional não é somente um veículo de transmissão de conhecimentos e técnicas sobre uma determinada profissão. É, em bom rigor, também um forte mecanismo para poder potenciar a **reinserção** de pessoas no mercado de emprego² e, conseqüentemente desenvolver, de forma progressiva e equilibrada, a sua inserção social e profissional, independentemente da tipologia dos públicos,

² Na literatura consultada para esta dissertação surge, com alguma frequência a utilização das designações de «mercado de trabalho» e de «mercado de emprego», como que se tratasse do mesmo conceito. Contudo, apesar das vicissitudes e coincidências que as designações possam sugerir, neste trabalho é privilegiada a aplicação da designação de «mercado de emprego», na medida em que, na perspectiva do autor desta tese, esta designação pressupõe a existência duma ocupação remunerada e pautada por um vínculo jurídico entre as partes (trabalhador-entidade empregadora). A relegação da utilização da designação de «mercado de trabalho» deve-se também, na perspectiva do autor desta dissertação, ao facto deste pressupor uma qualquer ocupação, com vínculo ou não, mas com uma situação de precariedade bastante preocupante. Neste exemplo enquadram-se os denominados POC's – Programa Ocupacionais e até mesmo o trabalho sazonal.

Na lista dos públicos por qualificar estão, sobretudo, os indivíduos que se encontram em situação de exclusão social e/ou de pobreza e com características de vulnerabilidade que podem funcionar como um constrangimento à sua reinserção no mercado de emprego. Maioritariamente, são desempregados de longa duração (DLD's), que se encontram "fora" do mercado de emprego há pelo menos um ano, com percursos sócio-profissionais extremamente complexos e, cujo enquadramento teórico que a seguir se apresenta, procura reflectir sobre as suas características pessoais, sociais e profissionais. Nesta linha, compreender em que medida, pode a formação profissional potenciar a reinserção no mercado de emprego de pessoas em situação de exclusão social e/ou pobreza é a finalidade da presente dissertação.

1.EXCLUSÃO SOCIAL E POBREZA: FUNDAMENTOS PARA UMA PROBLEMATIZAÇÃO DOS CONCEITOS

1.1 O CONCEITO DE EXCLUSÃO SOCIAL³

O conceito de exclusão é recente mas, tem subjacente um conjunto de «sentidos e contra sentidos» que o revestem duma enorme complexidade e que nos remete para a utilização do termo «exclusões sociais» em detrimento de exclusão social.

Por outro lado também, as múltiplas formas de exclusão conduzem-nos para a necessidade de compreensão de diversas rupturas a nível social, a nível económico, profissional, familiar, afectivo e relacional.

³ Adiante, o quadro nº 2 procede a uma sistematização sintética das causas e factores potenciadores de exclusão social, na perspectiva da ruptura com o mercado de emprego.

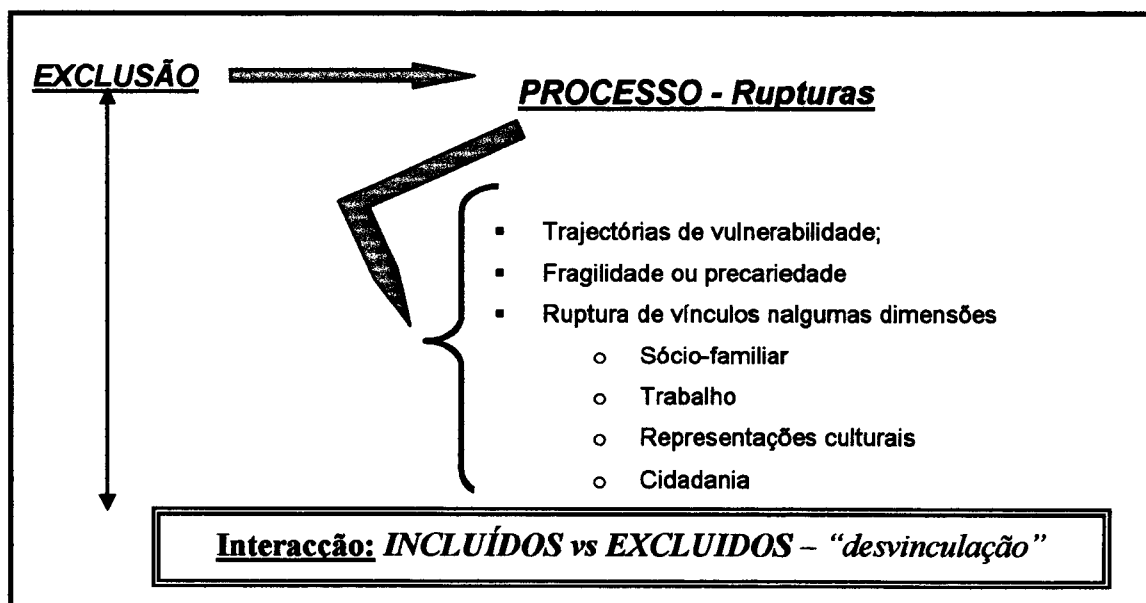
As dinâmicas que estão na base dos processos de exclusão social têm efeitos múltiplos no equilíbrio sócio-económico do indivíduo, condicionando-o a uma interação conducente à sua desvinculação dos seus quadros de referência. O esquema seguinte ilustra, ainda que sucintamente, na perspectiva do autor desta dissertação, a interação inclusão/exclusão, que merece uma atenção considerável nesta investigação.

A figura seguinte, evidencia pois, algumas pistas para a compreensão do processo de exclusão social. Apesar desta temática ser foco de maior desenvolvimento nos capítulos seguintes, é fundamental termos em consideração alguns dos aspectos da figura em causa.

Podemos pois verificar que o processo de exclusão social se traduz numa ruptura do indivíduo com a própria sociedade, com efeitos a vários níveis: sócio-familiar, trabalho, representações culturais e até no exercício da sua cidadania. Este mesmo processo remete o indivíduo para uma situação de vulnerabilidade e fragilidade que, quando se verifica pode conduzir a uma situação de “desvinculação”, ou seja, de exclusão social.

FIGURA 1

Síntese do processo de exclusão



É sobretudo no decurso da sua trajectória de vida e, cumulativamente profissional, que se vão construindo as fragilidades e situações de precariedade que se concluem em situações de rupturas de carácter familiar, profissional, social, ausência do exercício da cidadania rumo a um processo de exclusão social e/ou profissional.

Segundo Martine Xiberras (1996), rupturas como as referidas no quadro anterior, podem acontecer nos sistemas sociais básicos, quer ao nível do social, económico, institucional, territorial e até mesmo ao nível das referências simbólicas. Contudo, o excluído está sempre numa relação com qualquer ponto (espaço físico ou simbólico) que, por determinados factores o colocam numa situação de exclusão.

O estado de “estar excluído”, historicamente, remete-nos para as sociedades mais antigas, nas quais a exclusão fazia parte da normalidade das mesmas, sem causar problemas de consciência moral ou política.

Relativamente à sua génese, o conceito de exclusão social tem sobretudo as suas raízes na tradição francesa de análise de grupos e pessoas. A «escola francesa» ocupava-se sobretudo dos aspectos relacionais, ou seja, as questões que estão na base dos processos de exclusão social.

Numa outra perspectiva, a de «tradição britânica», estudavam-se essencialmente as questões distributivas da pobreza e suas implicações.

A perspectiva de origem francesa e de matriz sociológica assenta fundamentalmente no postulado de que a exclusão social é vista como uma forma particular de separação dos cidadãos das suas redes sociais que ocorre quando as ligações com a sociedade se rompem e os coloca «fora dela», numa espécie de “terra de ninguém numa perspectiva social”⁴.

Em suma, a visão de origem francesa e de matriz sociológica, coloca o enfoque na exclusão social como uma característica específica da desagregação dos cidadãos para com as suas redes sociais e que se processa ao nível da quebra das suas interações com a sociedade, caindo numa espécie de vazio social. Por outro lado, tal como já foi referido anteriormente, a visão anglo-saxónica e de matriz institucionalista reporta-se à exclusão na perspectiva da relação dos cidadãos com os seus direitos sociais ou seja, ao nível do exercício ou não da sua cidadania.

⁴ Expressão referida por CENTENO, Luís Gomes (2001); “Exclusão social e desenvolvimento: como o novo mercado de trabalho pode ser um gerador de exclusão”; IN: SOCIEDADE E TRABALHO, nº14/15; pág.38

Sem querer direccionar este trabalho exclusivamente por uma das perspectivas referidas, a de origem francesa terá um maior enfoque, apesar de procurar enfatizar um cruzamento entre as duas perspectivas referidas pois, ambas apresentam factores comuns: **o excluído é o indivíduo que, voluntária ou involuntariamente, rompeu ou foi forçado a romper com as práticas normais de viver em sociedade.**

Resultante duma multiplicidade de perspectivas de análise da exclusão social e, sobretudo, da várias abordagens sobre a análise do fenómeno, importa aprofundar os sentidos e contra sentidos da exclusão social, numa lógica de reflexão e compreensão deste fenómeno, de forma a poder carrear este enquadramento teórico.

1.1.1 Exclusão social: sentidos e contra sentidos

A tendência manifesta das sociedades modernas para se complexificarem produz, inquestionavelmente, influências no processo de socialização dos indivíduos, gerando a necessidade destes se adaptarem às novas estruturas sociais bem como às novas formas de produção e, sobretudo, aos novos estilos de vida.

Actualmente, apesar da numerosa produção científica sobre a problemática da exclusão social, não existe um consenso sobre o conceito, apesar da avultada produção bibliográfica, que resulta numa panóplia significativa de definições e reflexões.

O conceito de exclusão social surgiu sobretudo no século XX, com algumas afinidades com aquilo que, no século XIX se denominava de pauperismo. Ambos

os conceitos, tal como consubstancia Robert Castel (1996) exprimem uma condição de privação subjacente ao indivíduo.

Julien Freund, no prefácio da obra de Martine Xiberras refere que “a noção de excluído está a caminho de sofrer o destino da maior parte dos termos que foram consagrados, nos nossos dias, pela mediocridade dos modos intelectuais e universitários: está saturada de sentidos e de contra sentidos.” (1996:12)

Advoga ainda Julien Freund que assistimos “a uma explosão do termo, hábito frequente na nossa época de confusão, mais devotada ao artifício do pluricultural do que ao rigor da reflexão e da expressão adequadas.” (1996:12)

A expressão exclusão social tem tido, nos últimos anos, uma utilização generalizada, quer pela classe política, quer pela comunidade científica e académica.

Neste campo dos sentidos e contra-sentidos, no qual abundam as definições “é possível considerar como excluídos, todos aqueles que o são no olhar dos actores ocidentais. **O excluído seria, pois, aquele que é rejeitado para fora dos nossos espaços**, dos nossos mercados materiais e/ou simbólicos, para fora dos nossos valores.” (XIBERRAS;1996:22)

Consensualmente, não existe um único conceito de exclusão social; existem sim dialécticas de inclusão e exclusão na medida em que, todos os organismos sociais, independentemente do seu nível, da família à empresa, pressupõem por definição, a inclusão de uns e a exclusão de outros. (SCHNAPPER;1996)

Segundo Schnapper (1996), a exclusão não significa apenas um estado ou categoria de pessoas, mas sim um processo, que decorre de várias formas de ser

incluído ou excluído, na medida em que a sociedade moderna se caracteriza por uma multiplicidade e fluidez de papéis e de tipos de participação. Refere também a autora que, a participação dos indivíduos na vida colectiva da sociedade pode ser analisada através de dois eixos fundamentais: um que assenta no seu **rendimento proveniente do emprego e o direito à protecção social** e, um outro que traduz o conjunto das **escolhas e das relações sociais com a família e restantes instâncias da sociedade**.

A exclusão social, cuja emergência aconteceu nas sociedades modernas, é também um fenómeno pluri e multidimensional que obstaculiza a participação dos indivíduos na sociedade. Estar excluído pressupõe, normalmente, desintegração social e económica, numa óptica de déficit de participação no mercado económico e na vida social da comunidade.

J.Ferreira, João Peixoto, Anabela Carvalho, Rita Raposo, João Graça e Rafael Marques (1995) apresentam, para a definição teórica de exclusão dois pontos de referência, os quais assentam fundamentalmente nas situações de **normalidade** e nos **critérios de classificação do problema**. Por um lado a identificação duma situação dita «normal», ou «média», pela qual, através de comparação, poderemos considerar se o indivíduo se encontra excluído ou desfavorecido. Por outro lado, o segundo ponto de referência baseia-se nos critérios para definir a exclusão, através da qual devem ser clarificados os níveis a se pretende direccionar a compreensão do fenómeno: rendimentos, direitos sociais ou acesso a igualdade política, por exemplo.

A exclusão social é também caracterizada como um fenómeno heterogéneo e complexo, no qual intervém, consoante as situações, diversos sistemas. Alfredo B. Costa (1998), apresenta uma tipologia tripartida de sistemas:

- **Os imediatos** (família ou vizinhança);
- **Intermédios** (pequena empresa, associação cultural ou desportiva);
- **Amplos** (comunidade local, mercado de trabalho ou comunidade política).

É sobretudo neste último que assentam a maior parte dos laços sociais.

Para Bruto da Costa (1998) e também Roque Amaro (2000) estar excluído é estar privado do exercício da cidadania, e conseqüentemente não ter acesso a alguns dos sistemas sociais básicos, ao nível social, económico, institucional, territorial e de referências simbólicas.

É fundamentalmente nesta situação de ausência e de constrangimentos no acesso aos sistemas sociais básicos, que se encontra a base dos fenómenos de exclusão social, que se geram as desigualdades sociais⁵. Deste modo, a exclusão social pode ser considerada também como “um fenómeno que provoca desigualdades no que se refere ao acesso ao mercado de trabalho, a uma pensão de reforma que permita a subsistência de quem a auferir, a um rendimento suficiente para cobrir todas as despesas essenciais, a uma habitação condigna e com o mínimo considerável de condições.” (CARMO;1996:47) Para Hermano Carmo o modo de funcionamento da economia e das estruturas sociais existentes são os principais factores que conduzem aos processos de exclusão social.

Contudo, não podemos cometer o erro de encarar o fenómeno da exclusão numa perspectiva meramente economicista. Assim, tal como refuta Bernard Gazier (1996), a exclusão não é um conceito exclusivo da teoria económica. Segundo o autor, a abordagem dos processos descritos por este tema de origem recente, faz

⁵ As questões relativas às desigualdades sociais são alvo de reflexão no ponto 1.3

referência a uma situação e trajetória de grupos dentro dum nível de condições de vida que os afastam da participação da comunidade, dum determinado país, evidenciando claramente as dimensões económicas, e também as dimensões sociais, psicológicas e políticas.

Rogério Roque Amaro, numa perspectiva de carácter multidimensional e com ênfase no **factor privação**, sublinha que “a exclusão social pode implicar privação, falta de recursos ou, de uma forma mais abrangente, ausência de cidadania, se, por esta, se entender a participação plena na sociedade, aos diferentes níveis em que esta se organiza e se exprime: ambiental, cultural, económico, político e social” (2000:33).

Bernard Gazier, citado por Maria das Mercês Covas (1998) reporta-se à **exclusão social como uma situação e trajetória de determinados grupos** que, por força de determinadas consequências ao nível das suas condições de vida são desviados da participação numa determinada comunidade, não só numa dimensão económica, mas também nas dimensões sociais, psicológicas e políticas.

Oficialmente, o Observatório Europeu sobre as Políticas de Combate à Exclusão Social⁶ refere um conjunto de factores que caracterizam os indivíduos que se encontram em situação de exclusão social:

- a) *Sofrem duma desvantagem generalizada ao nível da educação, formação profissional, emprego, habitação, recursos financeiros, etc;*

⁶ Room, 1990, cit. por D.Robbins, in: *Marginalization and social exclusion*, 1990

- b) As suas possibilidades de acesso às instituições sociais que asseguram essas oportunidades de vida são substancialmente inferiores às dos restantes elementos da população;*

- c) Tais desvantagens e reduzido acesso persistem ao longo do tempo,*

Num relatório português do Observatório Europeu sobre as Políticas de Combate à Exclusão Social, **as questões inerentes à exclusão social são associadas à não realização dos direitos sociais básicos** que formalmente são garantidos, pela lei, aos cidadãos. (PEREIRINHA, 1992)

J.Ferreira, João Peixoto, Anabela Carvalho, Rita Raposo, João Graça e Rafael Marques (1995) reportam-se à exclusão social numa **perspectiva de carácter estrutural**, apresentando para o efeito o exemplo das pessoas idosas, cuja situação é de difícil reversibilidade, condicionada fundamentalmente por questões de nível económico, decorrentes de mecanismos formais (idade oficial de reforma) e informais (discriminação potenciada pelas entidades empregadoras).

Num sentido mais abrangente, a noção de exclusão social pode também incluir a ausência do exercício dos direitos de cidadania.

J.Ferreira, João Peixoto, Anabela Carvalho, Rita Raposo, João Graça e Rafael Marques (1995), referenciando-se à tripartição de direitos de Marshall, referem que estar excluído poderá também ser sinónimo de estar privado do acesso e exercício dos direitos civis, políticos e sociais. Neste sentido, os autores apresentam o seguinte quadro explicativo:

- ✓ **Direitos civis ou jurídicos** – revelam-se pelo reconhecimento das capacidades legais do indivíduo, tal como a liberdade de movimentação e expressão, direito à propriedade e direito à justiça;
- ✓ **Direitos políticos** – assentes na atribuição de capacidades políticas, como sejam o ser membro de organizações políticas, quer no direito ao voto;
- ✓ **Direitos sociais** – aqui a diversidade é maior e assenta sobretudo nas condições de acesso aos recursos que permitem ao indivíduo um patamar mínimo de bem-estar e segurança económica pautados por «normalidade», p.ex^o: nível de vida, habitação, educação, cuidados de saúde.

Tendo como referência o quadro apresentado, a exclusão pode acontecer num ou em mais que um destes níveis de direitos dos indivíduos, pelo que se poderá dizer que a exclusão social, independentemente dos sentidos e contra sentidos que tem subjacente, aponta efectivamente para uma análise multidimensional.

Conforme refere Claude Dubar (1996) **o processo de exclusão não resulta unicamente das transformações operados no sistema produtivo e das políticas de emprego; resulta também das perturbações que ocorrem nas estruturas familiares e nas práticas relacionais: baixa nupcialidade, aumento dos divórcios, famílias monoparentais, e agregados compostos por uma só pessoa com alguma idade avançada.**

Face ao enfoque das diversas abordagens aqui apresentadas, ganha consistência o postulado da multidimensionalidade do fenómeno de exclusão social, bem como o da necessidade da compreensão dos «sentidos e contra-sentidos» que o

mesmo apresenta e de termos em consideração o conceito de «exclusões» em detrimento de «exclusão».

É sobretudo neste jogo dos sentidos e contra sentidos que, por vezes, o conceito de exclusão social surge associado e confundido com o de pobreza.

Apesar das afinidades que eventualmente possam coexistir aquando da sua utilização, nem sempre tal associação se verifica, pelo que, é pertinente traçarmos também um quadro compreensivo e reflexivo sobre os fenómenos de pobreza, cujas ligações com os fenómenos de exclusão social também podem ser significativas e fundamentais para a compreensão da problemática da reinserção no mercado de emprego desta tipologia de públicos – **desempregados de longa duração**.

Em síntese, é lícito referir que a exclusão social se encontra associada à ausência de realização de direitos sociais básicos, “intimamente relacionados com a cidadania, que se traduz pelo acesso/relação do indivíduo ao conjunto de sistemas básicos (o económico, o institucional, o territorial e das referências simbólicas). Exemplo das chamadas referências simbólicas (a dimensão mais subjectiva da exclusão) são as diversas perdas que o indivíduo vai sofrendo e que se vão agravando com a permanência na situação de exclusão: perda de auto-estima, de identidade social, de autoconfiança, de perspectiva de futuro, de motivação, de capacidade de iniciativa, do sentido de pertença à sociedade.” (SANTOS;2000:191-192)

1.1.2 Para uma compreensão da evolução do conceito de pobreza

Tal como já referimos, assistimos à utilização do conceito de exclusão social e de pobreza como se de um só apenas se tratasse. Apesar das diferenças e traços comuns que ambos apresentam, é fundamental a compreensão de ambos, pois, um indivíduo pode ser pobre e não estar excluído e o inverso também se pode verificar.

As bases conceptuais do conceito de pobreza não são recentes e, a sua construção remete-nos até ao início do século passado, no qual a pobreza era definida essencialmente ao nível do rendimento ou orçamento familiar e das necessidades de sobrevivência numa perspectiva meramente fisiológica. Este enquadramento remete-nos sobretudo até aos estudos de Seeborn Rowntree (1901). Para este autor, a pobreza estava essencialmente associada ao conceito de subsistência o qual, era tido como padrão absoluto de pobreza. Nesta perspectiva, eram considerados pobres todos os indivíduos ou famílias cujo rendimento fosse manifestamente insuficiente para suprir as necessidades de vestuário, alimentação, renda da casa, entre outras necessidades, em que, a sua «*não satisfação*» poderia implicar risco de morte.

Para a compreensão do conceito de pobreza é fundamental a distinção entre **pobreza primária e pobreza secundária**. No primeiro caso, estariam em situação de pobreza primária todas as famílias cujos rendimentos do agregado familiares fossem manifestamente insuficientes para a obtenção das condições físicas mínimas. Enquanto que no segundo caso a pobreza está associada a ineficiências de utilização de recursos parcos.

Em 1936, Rowntree introduz aspectos de natureza social e cultural no conceito de pobreza. É neste contexto que a pobreza secundária passa a ser associada às famílias cujo rendimento fosse manifestamente suficiente para as colocar num patamar acima da pobreza primária, mas que em resultado duma distribuição menos correcta das despesas, permanecem num estado de carência que se traduz em sinais de pobreza. Aqui, estamos perante uma componente com alguns sinais de subjectividade da pobreza.

Com o decorrer do tempo e também com as mudanças a vários níveis que o fenómeno tem sofrido, têm surgido diversas concepções de **pobreza absoluta** e **pobreza relativa**. Comumente, na pobreza relativa enquadram-se todos os indivíduos que possuem apenas as condições mínimas para a manutenção da sua subsistência. Relativamente à outra concepção, por exemplo, o Banco Mundial (1980) considera a pobreza absoluta como a “condição de vida de tal modo caracterizada por subnutrição, analfabetismo e doença que fique abaixo de qualquer definição razoável de decência humana.” Na perspectiva da ONU (1969) todas as famílias devem poder ter satisfeitas as suas necessidades fisiológicas ao nível da alimentação, habitação e vestuário, de forma a conseguirem a sua sobrevivência ou seja, o rendimento do agregado familiar deve ser suficiente para evitar problemas de saúde provocados por situações de subnutrição, abrigo e vestuário. Por outro lado, deve ainda uma família que viva ao nível duma situação de pobreza, poder atingir as condições mínimas de aceitação social e desenvolvimento pessoal.

O conceito de pobreza absoluta apresenta várias características que importa compreender:

- Apresenta um **carácter normativo** que se baseia na noção de necessidades elementares a começar nas necessidades de subsistência

física, independentemente dos padrões de distribuição da riqueza e de rendimento aí existentes;

- Apresenta também um **carácter objectivo de conceito**, no qual é também possível atribuir um conteúdo objectivo de conceito assente em referências científicas, é possível também alguma objectividade na identificação das necessidades de privação e também na definição do grau de satisfação dessas mesmas necessidades: (Ex. ter dinheiro para bens essenciais de consumo),
- O **carácter subjectivo** de pobreza assenta sobretudo na carga de factores que se encontram presentes no investigador quando procede a uma medição ou análise do problema. Entre eles destacam-se os seus valores pessoais e profissionais, usos e costumes, as convenções da sociedade e os padrões de comportamento,
- Possui também um **carácter operacional**, no qual é possível trabalhar com o conceito para caracterizar e medir as situações de pobreza e, conseqüentemente, estruturar e sugerir políticas sociais para alterar ou até mesmo modificar a situação de pobreza.

Tal como é perceptível, o conceito de pobreza não é um conceito estático, é, efectivamente, um conceito dinâmico que se altera com as modificações que ocorrem das diversas estruturas sociais, independentemente do espaço e tempo em que estas se encontrem.

Foi neste contexto de alterações que, em 1979, Townsend, substitui as variáveis rendimento pelo recurso a bens e serviços existentes na sociedade. Neste sentido são recursos existentes na sociedade:

- *Rendimentos em numerário (salário, etc);*
- *Bens de capital ou poupanças, habitação);*
- *Serviços públicos de natureza social;*
- *Benefícios em espécie associados ao emprego;*
- *Rendimentos privados (produção doméstica).*

Esta perspectiva entra também em linha de consideração com os benefícios efectivos que as sociedades proporcionam aos indivíduos de diferentes formas.

Em 1979, Wolf Scott, introduz o conceito de pobreza “não material”, através do qual considera não só a carência de recursos como cerne do processo mas, também a possibilidade de acesso aos mesmos ou seja, o meio de acesso a esses recursos e os bloqueios aí existentes.

Face à evolução do conceito, é lícito consubstanciar que “o conceito de pobreza não permaneceu inalterado no decurso do tempo, impelido que foi, sobretudo, pela exigência de se adaptar às particularidades dos países altamente industrializados, pelo progresso das ciências sociais e dos meios de comunicação social, e, não menos importante, pela crescente sensibilidade da consciência moral a situações que acolhem desigualdades inaceitáveis e atingem gravemente a dignidade humana.” (COSTA;1984.275).

Leisering e Walker, citados por Luís Centeno, Angus Erskine e Célia Pedrosa (2000), apresentam um quadro, no qual sintetizam quatro pontos fundamentais para a compreensão dos fenómenos de pobreza e também de exclusão social:

- *“a pobreza é um fenómeno mais diferenciado do que a visão tradicional sugere ou que é geralmente considerado no debate público: existem movimentos de entrada e saída da pobreza;*

- *a pobreza e o recurso à assistência social não se podem restringir aos tradicionais grupos marginais: como fenómeno transitório pode ser encontrado também nas classes médias;*
- *Uma parte da população pobre é menos móvel e permanece por longos períodos ou de forma recorrente numa situação de pobreza;*
- *Muitas famílias pobres, embora se encontrem sob o risco de exclusão social, mantêm uma rede de relações que funciona como uma «alavanca» sobre as circunstâncias: mantêm-se agentes activos em vez de se colocarem em dependência passiva.” (2000:23-24)*

Enquanto que a pobreza nos remete essencialmente para o primado da privação, a exclusão social, tem como base o “estar fora de...”. É a esta relação entre a pobreza e a exclusão social que se apresenta seguidamente.

1.2 ENTRE A POBREZA E A EXCLUSÃO SOCIAL

A pobreza e a exclusão social têm estado no centro do debate de vários organismos internacionais e nacionais, bem como na base de trabalho de vários técnicos e estudiosos.

O processo de mudança que ocorre nas sociedades contemporâneas, as condições sócio-económicas, as transformações de carácter social e cultural, bem como as mutações tecnológicas são factores que contribuem para acentuar os processos de exclusão social e pobreza.

Apesar de nem sempre se verificar uma coexistência entre as situações, a pobreza pode conduzir à exclusão social, na medida em que esta transporta aspectos multidimensionais que exercem a sua influência: baixos rendimentos e baixos níveis de escolarização, saúde precária, dificuldades de integração no mercado de trabalho e na sociedade, o que, efectivamente, também, funciona como factor de marginalização. (SILVA e COSTA;1989)

Por conseguinte, o conceito de exclusão social é mais abrangente que o de pobreza, na medida em que não inclui apenas as limitações de nível material, mas também a incapacidade para participar nos níveis económicos, cultural, social e político das sociedades, pressupondo a existência dum factor «distância» da sociedade.

Refere José Manuel Henriques (2000) que a noção de exclusão social se encontra sobretudo associada à noção de pobreza, apesar das distinções existentes entre elas. Assim, enquanto que a pobreza exprime situações e processo de insuficiência de recursos, a exclusão social pressupõe uma multidimensionalidade de processos, mecanismos e situações relacionadas com alterações no sistema de emprego e consequentes transformações sobretudo nas relações sociais, pessoais e profissionais.

Amartya Sen, citado por M.^a Mercês Covas (1998) apresenta a pobreza como uma questão de **inadequação dos meios económicos (sobretudo baixos rendimentos) da pessoa para a sua realização na sociedade.**

A pobreza, nas sociedades modernas, não é somente sinónimo de privação de carácter económico. Ela está também relacionada à formulação do estatuto social, que, neste estado é humilhante e desvalorizado, associado a uma

decadência moral e humana o que, leva a afirmar que **a pobreza marca decisivamente a evolução da identidade do indivíduo**⁷. (PAUGAM;1993)

Desde os estudos de Rowntree no início do século passado, baseados na observação das condições de vida das populações, como forma de análise directa do fenómeno (abordagem das necessidades básicas), até aos nossos dias, têm surgido diversas concepções e perspectivas de análise/medição e formas de estudar a pobreza.

Segundo Rogério Roque Amaro, a pobreza “manifesta-se através de um conjunto de carências ao nível da alimentação, da educação, da saúde, da habitação, do vestuário, da situação profissional e da participação na vida da sociedade, podendo tais carências ocorrerem apenas num ou em vários dos diversos domínios considerados.” (2001:12) Esta multidimensionalidade do fenómeno pobreza torna a sua conceptualização verdadeiramente complexa, originando uma multiplicidade de definições teóricas. Contudo, sublinhe-se que, **a situação de privação de algo e conseqüente influência no bem-estar do indivíduo** é uma característica comum às diversas concepções do fenómeno de pobreza.

Os diversos conceitos de pobreza, segundo Roque Amaro (2001) assentam sobretudo numa das três linhas essenciais a seguir indicadas: **rendimento**, **consumo** e **bem-estar** (abarcando as condições de vida em geral). Face a tal, a identificação da pobreza pode assentar em duas metodologias. Uma, assente no ponto de vista das condições de vida propriamente ditas e outra, tendo como referencia a detenção dum nível mínimo de recursos.

Geralmente, os conceitos de pobreza são classificados em duas categorias distintas. Uma baseada na pobreza relativa e outra na pobreza absoluta, tendo

⁷ Sublinhado do autor da presente dissertação

como base o nível (padrão) de vida duma determinada sociedade - conceito relativo. (AMARO;2001)

Robert Castel (1991), citado por Roque Amaro (2001), reportando-se ao estado de desintegração económica, social, cultural, ambiental e política do excluído, reforça a tese de que esta fragilização de laços, conduz a uma não participação na sociedade, rumo ao estado de «desafiliação» em relação à sociedade e à ausência dum lugar na mesma. Para Henri Bartoli, referenciado pelo mesmo autor, “o excluído não é só pobre do ponto de vista material, mas tem de viver com a incerteza do amanhã, com fracos meios de poder e de pressão e com o desprezo dos outros e de si próprio.” (AMARO;2001:16)

Quer a pobreza, quer a exclusão social, pressupõem uma fragilização dos laços e das relações sociais.

Por outro lado também, a exclusão social e a pobreza, podem implicar a existência de constrangimentos no acesso a serviços básicos: alimentação, alojamento, higiene, etc.

Serge Paugam, citado por Schnapper (2000), propõe uma tipologia tripartida sobre as representações colectivas e societais da pobreza e aqui sintetizadas.

- A **pobreza integrada** em que os pobres são em número significativo mas aparecem integrados na vida colectiva das sociedades e nas suas redes de sociabilidade, independentemente da sua situação de pobreza, não sendo por isso estigmatizados,

- A **pobreza marginal** em que o número de pobres é reduzido, sendo estes vistos como inadaptados ao mundo moderno que os rodeia, bem como incapazes de nele participar;
- A **pobreza desqualificada**, em que os pobres são rejeitados da esfera de produção. Esta caracteriza-se por baixos rendimentos, parcas condições de vida e défice de laços sociais e familiares.

Hermano Carmo (1996) distingue pobreza relativa de pobreza absoluta, tendo por base uma estimativa dos níveis mínimos de rendimentos que os indivíduos necessitam para ter acesso a bens e serviços, essenciais para a sua subsistência.

Segundo o autor, e tal como já referimos anteriormente, quem está abaixo dos níveis mínimos, encontra-se em situação de **pobreza absoluta** enquanto que, os indivíduos que se encontram em situação de **pobreza relativa**, possuem mínimos indispensáveis para a sua subsistência mas, comparativamente com os restantes indivíduos da sua área de residência e os da sua classe social, são manifestamente inferiores. Nesta perspectiva, as variáveis tempo e espaço são fundamentais para a distinção e compreensão do fenómeno.

A definição e delimitação do conceito de pobreza é extremamente complexa. Amartya Sen (1981) e Serge Paugham (1993) referem que apesar da objectividade de alguns indicadores de medição de pobreza, existem indicadores que apresentam alguma ambiguidade e que, por sinal, tornam difícil a sua delimitação.

Por outro lado, a pobreza é também uma condição que se encontra socialmente identificada. Neste sentido, refere Paugham (1993), os pobres são as pessoas

cujo estatuto social é definido por instituições especializadas em acção social e os caracterizam como tal.

A reflexão sobre a problemática da pobreza pode levar-nos também a várias teses que apresentam enfoques diferenciados:

- **Oscar Lewis** considera a pobreza como um processo de adaptação e reacção dos pobres à sua posição marginal;
- A **tese culturalista** (organizada em torno do conceito de «cultura de pobreza» de Óscar Lewis) defende que a pobreza é uma sub-cultura, que assenta num sistema de racionalização e de auto defesa, sem a qual os pobres nunca sobreviveriam;
- A **estruturalista** é contestatária da existência duma cultura específica de pobreza. Para esta abordagem a pobreza assenta no conjunto de factores internos e externos e também em diversos constrangimentos estruturais que conduzem a determinados comportamentos.
- **George Simel** defende que o conceito de pobreza é utilizado de forma indiscriminada para caracterizar os grupos heterogéneos. Nesta visão, a pessoa torna-se detentora dum estatuto de pobreza a partir do momento em que passa à condição de assistido, beneficiando de apoios sociais para garantir a sua subsistência. (PAUGAM;1993)

Atendendo à heterogeneidade das situações de pobreza, as quais por sua vez desencadeiam múltiplos processos de intervenção, Paugam (1993) apresenta um quadro que caracteriza as situações de pobreza de acordo com o tipo de intervenção social:

Figura 2
Tipos de intervenção social

Tipos de intervenção social		Tipos de Beneficiários da acção social
Tipo I	<i>Intervenção pontual</i>	<i>Os frágeis</i>
Tipo II	<i>Intervenção regular</i>	<i>Os assistidos</i>
Tipo III	<i>Infra-intervenção</i>	<i>Os marginais</i>

Fonte: Serge Paugam, 1993

Estas categorias são ideais tipo, na perspectiva weberiana do termo, e representam, simplesmente, unidades de análise de carácter meramente heurístico e preditivo que pretendem ordenar num conjunto, indivíduos com características idênticas e que por sua vez pressupõem diferenciados tipos de intervenção social.

Nestes termos, quer a pobreza, quer a exclusão social, são mecanismos que, mercê da sua dinâmica, ocasionam desigualdades sociais nos indivíduos as quais, designadamente, se traduzem ao nível das dificuldades de acesso a um conjunto de bens e serviços existentes na sociedade. Neste sentido, a compreensão dos processos que geram desigualdades sociais é fundamental para a consolidação do quadro teórico de referência.

1.3 AS DESIGUALDADES SOCIAIS

É milenar a existência de desigualdades sociais nas estruturas das sociedades, com variabilidade quanto ao seu nível de amplitude. Desde as desigualdades relacionadas com o sexo, religião, idade, etnia, cultura, origem geográfica, poder económico, até às desigualdades de amplitude sócio-profissional.

Sem haver neste trabalho a pretensão de elaborar uma análise explicativa e exaustiva sobre as dinâmicas geradoras das desigualdades sociais, a sua compreensão torna-se importante também para a compreensão de alguns factores que podem potenciar situações de exclusão social e a pobreza.

Para J.Ferreira, João Peixoto, Anabela Carvalho, Rita Raposo, João Graça e Rafael Marques (1995) as desigualdades sociais são o resultado dum grau desigual de acesso a bens, serviços e oportunidades, cuja compreensão das mesmas tem por base os próprios mecanismos da sociedade. Roger Girod, citado pelos autores, refere que uma desigualdade social assenta sobretudo numa **repartição não uniforme**, na população de um determinado país ou região, das mais diversas vantagens e desvantagens pelas quais a sociedade desenvolve as suas influências.

Em analogia com a «privação» que se postula na situação de pobreza, referem os autores anteriormente citados que, uma desigualdade social é entendida como uma diferença social que condiciona o acesso a determinados bens e serviços disponíveis em sociedade. Nesta perspectiva, a posse dum determinado padrão de riqueza, dum maior ou menor prestígio ou valorização social; as diferentes possibilidades de acesso ao ensino; as diferentes formas de acesso e exercício da cidadania são todos factores que, em certa medida condicionam os mecanismos de desigualdade social.

Existe uma enorme diversidade de tipologias de desigualdades sociais. J.Ferreira, João Peixoto, Anabela Carvalho, Rita Raposo, João Graça e Rafael Marques (1995) apresentam um quadro, através do qual, fazem a sua categorização:

- **Desigualdades sócio-económicas:** ao nível do acesso à riqueza, rendimento ou nível de vida para consequente acesso a bens e serviços;
- **Desigualdades sócio-profissionais:** relacionadas com o tipo de profissão, situação na profissão, capacidade de decisão, controlo ou supervisão;
- **Desigualdades relacionadas com instrução/qualificação;**
- **Desigualdades não directamente ligadas ao processo económico:** são aquelas radicadas no *género (gender)* «masculino/feminino»; na etnia ou raça; estilos de vida; local ou região de origem ou residência; nacionalidade; religião, entre outras.

Decorrentes das desigualdades, referem os autores que, surgem atributos objectivos que se traduzem nos cenários de riqueza, um determinado status ou prestígio social e, também atributos subjectivos, relacionados com uma identidade comum e oportunidades de vida diferenciadas. **É neste contexto das desigualdades sociais que, os indivíduos em situação de pobreza ou de exclusão social, não desenvolvem o seu processo de socialização numa perspectiva integradora.** Tal facto é, consubstanciado em desigualdades, dificuldades de acesso a bens e serviços existentes na sociedade, bem como pelas próprias situações sócio-familiares, traduzindo-se num déficite de socialização.

1.4 EXCLUSÃO SOCIAL OU DÉFICIT DE SOCIALIZAÇÃO⁸: O JOGO DAS OPORTUNIDADES!

É sobretudo através do exercício de uma profissão que os indivíduos adquirem a sua identidade social e, cumulativamente, desenvolvem o seu processo de socialização.

Segundo Claude Dubar (1991) a identidade social não se transmite de geração em geração mas, é sim, construída por cada uma das gerações tendo como base as categorias e posições «herdadas» pela geração precedente, bem como pelas estratégias identitárias que se desenvolvem pelas instituições que exercem influência sobre o indivíduo, e influências na sua transformação. O exposto, leva-nos a considerar que **o processo de socialização ocupa um papel decisivo na construção e na evolução das identidades sociais pelo que, as diferentes instituições com as quais o indivíduo estabelece interações, influenciam a sua história social, despoletando mecanismos de aprendizagem cultural e de construção da sua própria identidade.**

Numa perspectiva de normal/patológico, nas sociedades modernas, o «estar integrado» é tido como o normal, enquanto que o «estar excluído» assume traços de patológico. Refere Martine Xiberras que, “praticamente, todas as esferas da sociedade moderna parecem submetidas a este níveis ou limites de normalidade que definem, em resposta, um insucesso em relação à norma. Ora, este insucesso em relação à normalidade parece constitutivo de processo de exclusão.” (1996:29)

⁸ Entenda-se, apesar das discussões que o conceito possa gerar, a socialização como o processo através do qual um indivíduo interioriza normas de viver em grupo, ou seja, aprende a ser membro duma sociedade. Segundo R.Boudon, P. Besnard, M.Cherkaoui e B. Lécuyer a socialização é, “em sentido forte (...) transformar um indivíduo de um ser associal num ser social inculcando-lhe modos de pensar, de sentir, de agir. Uma das consequências da socialização é tornar estáveis as disposições de comportamento assim adquiridas” (1989:227).

Entre os diversos agentes de socialização que influem na integração social e profissional do indivíduo, o «factor emprego» tem uma influência decisiva no mesmo pois, por sua influência, o indivíduo para além de receber o rendimento para o seu sustento, estabelece «redes» de relações de sociabilidade que, por sua vez, têm influência decisiva no seu processo de socialização. Face a tal, será lícito definir que o «factor emprego» assume um papel nevrálgico na construção, quer da identidade do indivíduo, quer no seu processo de socialização, rumo a uma inserção sócio-profissional caracterizada por padrões da normalidade social.

Desta forma, o mercado de emprego assume-se como um quadro fundamental para o desenvolvimento do processo de socialização e consequente factor de inserção social e profissional.

Por outro lado, numa sociedade onde o trabalho se assume como um vector de status social do indivíduo, o **desemprego** assume efeitos contrários e até mesmo perversos, ao nível da **fragilização de laços sociais**, conducentes à situação de exclusão social. Neste sentido, **a exclusão será efectivamente resultado de dois factores: a ruptura com o mercado de trabalho e, a ruptura com vínculos sociais e consequente quebra das redes de sociabilidade.**

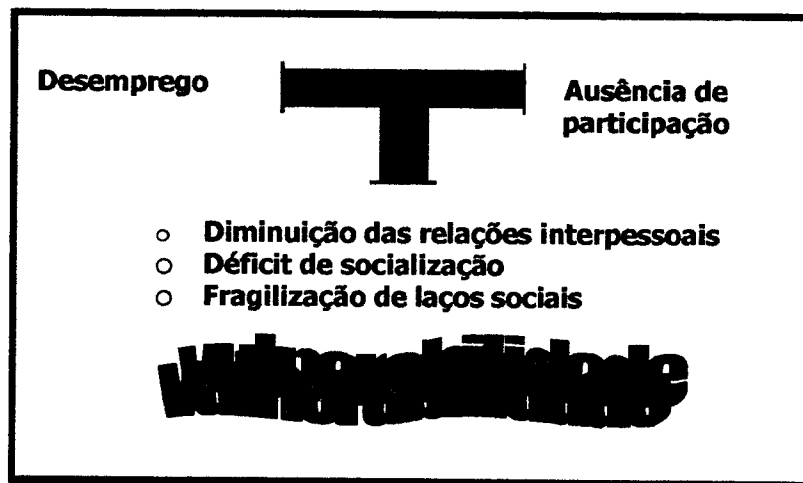
É sobretudo através do exercício de uma determinada profissão que os indivíduos adquirem a sua identidade social e estabelecem as suas relações de socialização. Para Claude Dubar (1996) a exclusão é um processo específico de determinadas categorias de indivíduos no decurso da sua existência, entre os quais os desempregados.

O emprego é inquestionavelmente um dos principais mecanismos de integração social nas sociedades europeias contemporâneas, enquanto que o desemprego é sinónimo de privação de rendimento, de ausência de vínculos de ligação à

sociedade e de diminuição da rede de relações interpessoais, traduzindo-se num déficite de participação, com efeitos nefastos no processo de socialização do indivíduo, conforme se pode verificar, através da leitura do quadro a seguir apresentado:

Figura 3

Efeito do desemprego



A existência de situações de desemprego, consoante a sua durabilidade, podem acentuar os fenómenos de exclusão social e profissional. A exclusão profissional tem efeitos na participação social do indivíduo na sociedade, limitando-o no exercício dos seus direitos básicos de cidadania.

Estar excluído pressupõe a existência dum contexto de referência do qual o indivíduo se encontra excluído ou seja, estar excluído de algo... Este contexto de referência é múltiplo, dado o indivíduo poder estar em situação exclusão relativamente ao mercado de trabalho, relações familiares ou sociais ou, até mesmo, na totalidade dos contextos. Por conseguinte, esta situação tem, inquestionavelmente, influências extremamente nefastas na construção do processo de socialização do indivíduo.

Também nestes indivíduos, em várias situações, as suas capacidades permanecem ocultas, sobressaindo os seus aspectos mais negativos, cujo efeito é relevante ao nível da “construção” do seu percurso de exclusão social e profissional.

Contudo, o exercício de uma determinada profissão não depende apenas da existência de ofertas de emprego ou a existência de recursos humanos qualificados para o exercício dessa mesma profissão. Para além destes requisitos, as aptidões sociais são cada vez mais fundamentais para o exercício de uma profissão.

Na sequência da abordagem aqui desenvolvida, é lícito afirmar que o «factor emprego» é fundamental na construção do processo de socialização do indivíduo. Schnapper (2000), referindo-se ao desemprego, associa-o ao descomprometimento social. Acrescenta a autora que “aqueles que, nos dias de hoje, já não participam através do emprego na actividade produtiva podem viver esta condição na passividade, encontrando-se condenados a sofrê-la; fazem, pois, a experiência de uma *dessocialização* progressiva e interiorizam mesmo, em certos casos, a estigmatização, sob formas concretas variáveis, dimensões ligadas a esta condição nas sociedades organizadas em torno da produção.” (SCHNAPPER;2000:131-132)

A ausência de emprego conduz, inquestionavelmente, à *dessocialização* pois, “a experiência do «desemprego total», definida como a simples interiorização do destino imposto, que alimenta no desempregado o sentimento de humilhação, de tédio e o condena à *dessocialização* progressiva; é a experiência da «reforma-retiro», qualificada de «morte-social».” (SCHNAPPER;2000:132)

A inexistência do «factor emprego», caso o indivíduo não possua uma sólida estrutura sócio-económica, conduz a um déficit de socialização que, por sua vez se traduzirá em situações de exclusão social e profissional.

Contudo, o fenómeno de exclusão social quando ocorre na vida do indivíduo, não se verifica em todas as suas dimensões. Paralelamente, podem coexistir várias dessas dimensões mas, nem sempre tal acontece. Neste sentido, é fundamental compreendermos algumas das dimensões/factores que estão na base dos processos de exclusão social.

1.5 DIMENSÕES/FACTORES DA EXCLUSÃO SOCIAL

O discurso sobre as dimensões ou factores da exclusão social não é consensual, com algumas oscilações de autor para autor.

Martine Xiberras coloca ênfase nas dimensões físicas, geográficas e até nas materiais. Assim, para a autora, “os excluídos não são simplesmente rejeitados fisicamente (racismo), geograficamente (gueto) ou materialmente (pobreza). Eles são simplesmente excluídos das riquezas materiais, isto é, do mercado e da sua troca. Os excluídos são-no também das riquezas espirituais: os seus valores têm falta de reconhecimento e estão ausentes ou banidos do universo simbólico (...) ele não é simplesmente excluído da troca material e simbólica, ele ocupa um lugar em falta ou negativo, um mau lugar.” (XIBERRAS;1996:18-19)

Por outro lado, Rogério Roque Amaro (2000) apresenta um quadro com seis dimensões da exclusão social que ocorrem ao nível do quotidiano dos indivíduos:

- **SER:** a personalidade, dignidade, auto-estima e auto reconhecimento individual;
- **ESTAR:** com enfoque para as redes de pertença social, entre as quais a família, vizinhança, grupos e na sociedade em geral;
- **FAZER:** relacionado com o exercício de tarefas socialmente reconhecidas, quer através do emprego remunerado ou até mesmo do exercício de trabalho de voluntariado;
- **CRIAR:** empreender algo, assumir iniciativas, projectos e criar acções, independentemente do seu carácter;
- **SABER:** o ter acesso à informação escolar ou não, formal ou informal, como forma de potenciar a tomada de decisões e gerar capacidade crítica em relação à sociedade;
- **TER:** relacionada com o rendimento á sua disposição e consequente capacidade de poder de compra.

Sobre a relação entre factores e dimensões, o autor, aponta para uma associação entre ambos, isto é, “os factores de exclusão social estão inevitavelmente associados às dimensões em que ela [exclusão social] se exprime, ou seja, há factores ambientais, culturais, económicos, políticos e sociais na origem das diversas formas de exclusão social.” (AMARO;2000:34)

Os factores económicos são aqueles que têm um maior enfoque, na medida em que, não sendo únicos, assumem uma maior peso ao nível dos factores potenciadores da exclusão social.

Roque Amaro (2000) apresenta também três conjuntos de factores explicativos das situações de exclusão social. Os factores de **ordem macro** que se assumem de natureza estrutural e intimamente relacionados com o funcionamento global das sociedades, como por exemplo os condicionantes do sistema político e as relações económicas. Os factores de **ordem meso**, também associados à natureza estrutural das sociedades e também a incidências conjunturais; estes são geralmente de cariz local, e contextualizam-se no âmbito das relações ou até mesmo das condições e influem no quotidiano do indivíduo, como por exemplo as políticas autárquicas ou as características do mercado local de emprego. Por ultimo, os factores de **ordem micro**, relacionado com o nível individual e familiar do indivíduo, associados às suas características pessoais, aos seus percursos de vida. Sublinha o mesmo autor que, surgem, nos dois primeiros factores (macro e meso) a (in)existência de oportunidades oferecidas ou negadas pela sociedade, enquanto que, nos factores de ordem micro o acento tónico vai para as capacidades e competências individuais e familiares. Refere também o autor que, nos três factores encontramos situações relacionadas com o foro económico

Alfredo Bruto da Costa apresenta também uma **tripartição de domínios da exclusão social**. Segundo este autor, o desemprego “acarreta perda de rendimentos normais (domínio económico), por outro, afecta as relações sociais (domínio social) e, por outro, ainda, atinge o excluído na sua identidade social (domínio das referências).” (COSTA;1998.17) Sublinha ainda o autor que nem toda a exclusão pressupõe a falta de acesso a todos os sistemas sociais básicos.

Existem pois “formas de exclusão que não se vêem, mas que se sentem, outras que se vêem mas de que ninguém fala e, por fim, formas de exclusão completamente inviabilizadas, dado que nós nem sonhamos com a sua

existência, nem possuímos a fortiori nenhum vocábulo para designá-los.” (XIBERRAS;1996:20)

O quadro seguinte traduz a multiplicidade de enfoques dos três autores aqui referenciados relativamente à abordagem do fenómeno de exclusão social.

Quadro nº 1

Enfoques de abordagem da exclusão social

<i>Autor</i>	<i>Dimensões/factores/domínio⁹</i>
Martine Xiberras	<ul style="list-style-type: none">• Dimensões físicas• Dimensões geográficas• Dimensões materiais
Roque Amaro	<ul style="list-style-type: none">• Factores ambientais• Factores culturais• Factores económicos• Factores políticos• Factores sociais <p>} <ul style="list-style-type: none">• Ordem macro• Ordem meso• Ordem micro</p>
Alfredo Bruto da Costa	<ul style="list-style-type: none">• Domínio económico• Domínios social• Domínio das referencias

Em suma, a abordagem do fenómeno de exclusão social tem por base uma multiplicidade de enfoques, cuja variabilidade assenta nas intenções do investigador. Contudo, apesar desta variabilidade, existe um factor comum em todos eles, que assenta na compreensão, através de determinadas condições, das causas que conduziram ao processo de exclusão.

⁹ A utilização dos termos DIMENSÃO, FACTOR e DOMÍNIO surge associada pelos três autores à tipologia de condições que conduzem à exclusão social.

1.5.1 Critérios de classificação e percursos de exclusão

Nem todas as situações de exclusão social apresentam as mesmas características. Dada a heterogeneidade que está na base deste fenómeno, importa ter em conta alguns critérios para a sua classificação e, sobretudo, consequente compreensão.

Alfredo Bruto Costa, apresenta o critério de classificação assente nas causas imediatas, apresentando para o efeito, cinco causas fundamentais para o efeito:

- a) **Tipo económico:** “normalmente caracterizada por más condições de vida, baixos níveis de instrução e qualificação profissional, emprego precário (instável, sem contrato, mal remunerado e/ou em más condições de trabalho), em actividade no domínio da economia informal”. (COSTA;1998:21)

- b) **Tipo social:** aqui a causa da exclusão tem por base a rede de laços sociais existentes. “É uma situação de privação de tipo relacional, caracterizada pelo isolamento, por vezes associada à falta de auto-suficiência e autonomia pessoal (...) todavia, este tipo de exclusão pode também dever-se à falta de recurso, caso em que teremos uma situação de exclusão de tipo social sobreposta à exclusão de tipo económico, ou mesmo decorrente desta.” (COSTA;1998:22)

- c) **Tipo cultural:** relacionada com factores de ordem cultural, como por exemplo o racismo, xenofobia, minorias étnicas, emigração, entre outros.

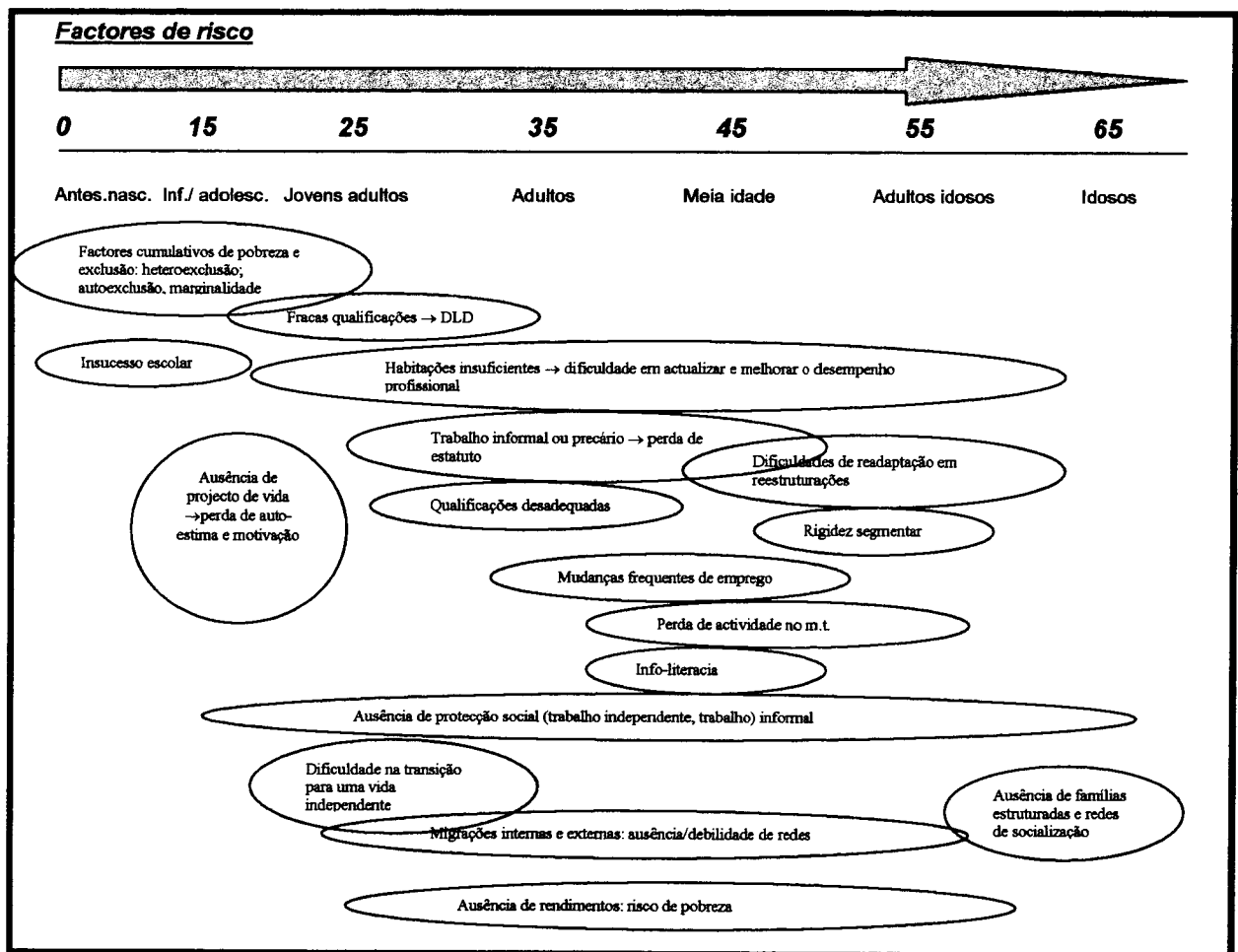
- d) **Origem patológica:** associada a factores de base patológica, ao nível do foro mental e psíquico.

- e) **Por comportamentos auto-destrutivos:** reporta-se a comportamentos adoptados pelos excluídos com base auto-destrutiva, como por exemplo a toxicoddependência, alcoolismo ou a prostituição.

Estes tipos de exclusão aqui apresentados, muitas vezes, surgem de forma sobreposta, mas não significa que a sua totalidade esteja sempre presente pois, podem acontecer situações, onde se verifique apenas um dos critérios.

A estes tipos de exclusão social aqui apresentados, estão subjacentes a diversos factores de risco que, consoante a idade dos indivíduos, apresentam características específicas. O quadro que se segue traça um conjunto de factores que são potenciadores de situações de exclusão social nos indivíduos e permite identificar algumas características que ocorrem nos percursos de exclusão social.

Figura 4
Factores de risco potenciadores de exclusão



Fonte: OEFP, "Estudos e Análises" nº19 Percursos Profissionais de Exclusão social, pág.70

Apesar destes critérios de classificação e dos percursos diversificados, os fenómenos de pobreza e exclusão social têm sido e continuam a ser alvo das preocupações dos Estados-Membros da União Europeia os quais, também têm

envidado esforços no sentido de aferir e até minorar os fenómenos em causa através da prossecução de instrumentos de medição do fenómeno.

1.5.2 Indicadores¹⁰ para medição da pobreza e exclusão social

Como temos referido no decurso desta reflexão teórica sobre os fenómenos de pobreza e exclusão social constata-se, que ambos apresentam uma natureza pluri-dimensional e que para a sua compreensão, se torna fundamental termos em conta um conjunto de indicadores.

A panóplia de indicadores dispersos pelas várias abordagens do fenómeno, variam consoante o enquadramento e pretensões de cada uma delas. Contudo, a classificação de indicadores, apresentada pelo Comité da Protecção Social (2001) da União Europeia é ampla e abrange diversos indicadores¹¹ que importa reter, ao nível da compreensão e até medição dos fenómenos de pobreza e exclusão social.

O quadro a seguir apresentado mostra uma panóplia de indicadores primários e secundários que foram definidos de comum acordo pelo Estados-Membro e que daí resultaram planos de acção específicos¹². Por outro lado, dadas as especificidades de cada Estado, fica ainda em aberto um quadro de indicadores específicos que, inquestionavelmente, se justifica a sua existência, na medida em que existem especificidades nacionais, regionais e locais muito particulares.

¹⁰ Entenda-se por indicador o conjunto de elementos que podem ser utilizados para proceder à medição de um determinado fenómeno.

¹¹ Os indicadores apresentados pelo Comité de Protecção Social (2001) da União europeia serviram de base para cada Estado-Membro elaborar os seus Planos Nacionais de Inclusão.

¹² Um destes planos, é o Plano Nacional de Acção para a Inclusão, implementado em Portugal (2001-2003)

Quadro 2
Indicadores

Nível	Indicadores Primários	Indicadores Secundários	Indicadores Específicos dos Estados-Membros
Função	Principais elementos que conduzem à exclusão social. Indicadores principais.	Sustentam os indicadores principais e descrevem outras dimensões do problema.	Indicadores que são específicos de cada Estado-Membro.
Descrição	Indicadores definidos de comum acordo e utilizados pelos Estados-Membros na elaboração dos seus planos de acção. 1) Nível de baixos rendimentos após transferências, correspondendo o limiar inferior a 60% do rendimento mediano (com repartição por sexo, idade, situação na actividade principal, tipo de agregado familiar e regime de ocupação; como exp. Os valores de agregados familiares típicos); 2) Distribuição do rendimento; 3) Persistência dos baixos rendimentos; 4) Disparidades de baixos rendimentos medidos pela mediana; 5) Coesão regional; 6) Taxa de desemprego de longa duração; 7) Pessoas que vivem em agregados familiares sem emprego; 8) Abandono escolar precoce sem continuação de ensino ou formação; 9) Esperança de vida à nascença; 10) Saúde declarada	11) Dispersão em torno do limiar de baixos rendimentos (60% do rendimento mediano) 12) Taxa de baixos rendimentos num dado momento; 13) Taxas de baixos rendimentos antes das transferências; 14) Distribuição de rendimento (coeficiente de GINI); 15) Persistência de baixos rendimentos (com base em 50% do rendimento mediano); 16) Proporção do desemprego de longa duração; 17) Taxa de desemprego de muito longa duração; 18) Indivíduos com baixos níveis de instrução	

Fonte: Comité da Protecção Social; Relatório sobre indicadores no domínio da pobreza e da exclusão social, Outubro de 2001

1.6 SITUAÇÕES DE EXCLUSÃO SOCIAL FACE AO MERCADO DE EMPREGO

Tal como já foi referido anteriormente, o emprego nas sociedades modernas funciona como um mecanismo integrador que, por sua vez, fomenta as relações e o desenvolvimento sócio-profissional do indivíduo. Neste sentido, ter um emprego é fundamental para evitar, ou pelo menos diminuir, as probabilidades de exclusão social dos indivíduos.

De tal forma que, **“desviado sob a forma perversa de «emprego», o trabalho dá de facto fundamento à civilização ocidental, que domina por inteiro o planeta.”** (FORRESTER;1997:7). Esta reflexão é, inquestionavelmente, o reflexo da importância que o emprego pode assumir nas sociedades modernas ocidentais.

O funcionamento dos mercados pode, em última análise, ser potenciador de situações de exclusão social pois, “o mercado mundial move o crescimento e destrói os empregos; permite financiar a economia, mas limita as margens de manobra orçamentais; multiplica as riquezas, mas aumenta as desigualdades a um ponto insuportável.” (FITOUSSI et ROSANVALLON;1997:3)

Nos nossos dias, os riscos de desemprego são mais elevados pelo que, maiores são também as probabilidades de se gerarem desigualdades sociais “num momento em que, porque o risco do desemprego era menor, a desigualdade nas probabilidades de obtenção de um emprego não vinha perturbar a interpretação que se podia fazer dos dados sobre a repartição dos rendimentos ou das riquezas. Estas desigualdades subsistem como é evidente e tendem mesmo a aprofundar-se.” (FITOUSSI et ROSANVALLON;1997:4)

O «factor emprego» assume-se como um ELO de ligação do indivíduo à sociedade pois, "é a partir do seu elo mais fraco que precisamos de compreender a sociedade. Não faz qualquer sentido dizer que «tudo vai bem com a excepção do desemprego». Porque é justamente a «excepção» que constitui o problema." (FITOUSSI et ROSANVALLON;1997:8)

O desemprego, segundo a perspectiva de Schnapper (1996) remete-nos para a questão do estatuto que o indivíduo desempenha na sociedade e também a sua integração na família. Reforça a autora que o risco de passar por um processo de exclusão se encontra estreitamente ligado à solidão que afecta o indivíduo.

A reflexão sobre os factores que geram a exclusão face ao mercado de emprego, por parte de certos grupos sociais, não pode ser desenvolvida isoladamente. No cerne, devem equacionar-se os problemas globais do tipo de crescimento económico, as estruturas do mercado de emprego, os níveis de escolarização e de qualificação profissional dos indivíduos, bem como outros sistemas que eventualmente mantenham interacções com o processo de exclusão. (CAPUCHA;1998a)

A análise da situação face ao emprego é fundamental, na medida em que, através desta sinergia, o indivíduo usufrui dum rendimento que, por sua vez lhe permitirá aceder à satisfação das suas necessidades básicas e da sua família. A figura seguinte ilustra a importância central do emprego ao nível da satisfação das necessidades dos indivíduos, bem como o papel potenciador de inserção que o mesmo assume.

Figura 5

Emprego e satisfação de necessidades



Por conseguinte, decorrente desta relação aqui apresentada, o indivíduo manterá e construirá, entre outros factores, a sua identidade e prestígio social e, estabelecerá redes de relacionamento social e de pertença institucional. (CAPUCHA, 1998a)

O emprego nas sociedades industrializadas desempenha também um papel fundamental na vida da sociedade, fomentando a inserção e a realização pessoal e social do indivíduo. Neste sentido, "ter emprego" possibilita aos indivíduos a obtenção dum rendimento que, por sua vez, permite "gastos de socialização" e, igualmente a obtenção dum estatuto social e profissional, consubstanciado pela aquisição simultânea de competências profissionais e sociais, e ainda, a ampliação das suas redes de socialização.

Assim, será lícito afirmar que a relação **emprego ou actividade profissional/rendimento/estatuto social**, assume uma função integradora na sociedade.

No lado inverso, a perda de emprego desencadeia ou pode desencadear situações exclusão, com maiores repercussões nos trabalhadores com baixas qualificações. Contudo, sempre que procedemos à reflexão sobre as causas do desemprego, não encontramos uma única mas, encontramos sim uma multiplicidade de causas que conduziram a tal situação.

Robert Castel (1996) alerta para o facto de não podermos encarar exclusivamente a exclusão social como sinónimo de desintegração do mercado de trabalho pois, devem também considerar-se questões ao nível da não inserção na sociabilidade sócio-familiar, denominado esta situação de **desvínculo/desfiliação**. O mesmo Robert Castel (1996), postula a exclusão num duplo processo, no qual assentam as questões da precarização do emprego e, por outro lado, a fragilização dos laços sociais. Neste sentido, solidifica-se a exclusão social como resultado não apenas das alterações do sistema económico produtivo, mas também, como consequência das alterações nas estruturas familiares.

Segundo Oliveira Neves e Susana Graça “a situação face ao mercado de trabalho é, cada vez mais, reveladora da inclusão/exclusão sócio-profissional, a qual, no caso da segunda, terá implicações negativas no rendimento, na realização pessoal e, ainda, no exercício da cidadania” (2000:16).

Luís Capucha, reportando-se a alguns estudos realizados da Europa, afirma que as “possibilidades de reverter uma situação de desemprego diminuem à medida que aumenta a duração do mesmo e que esta situação atinge principalmente os trabalhadores mais velhos e menos qualificados (...) trabalhadores

desempregados sem qualificações ou com qualificações obsoletas são sistematicamente relegados para o fim da lista de espera e vêem diminuir as suas hipóteses de conseguir um emprego estável, emergindo o que alguns autores designam como «desemprego de exclusão¹³» (1998a:62) Perante o exposto, fica evidente que, quanto menor for o nível de qualificações, menores serão as probabilidades de inserção profissional.

Ilustrando a importância que o emprego assume, Schnapper, apresenta um estrato de uma entrevista a um desempregado, na qual, este considera o desemprego como ***“um túmulo, é isso, um túmulo, mesmo um túmulo. Um tipo deixa-se ir muito calmamente, depois cai muito calmamente, depois vai até ao fundo e depois acabou-se.”*** (2000:132)

Segundo Alfredo B. Costa, parafraseando Robert Castel; “a fase extrema do processo de «marginalização», entendido este como um percurso «descendente», ao longo do qual se verificam sucessivas rupturas na relação do indivíduo com a sociedade resulta da situação de desemprego. Um ponto relevante deste percurso corresponde à ruptura em relação ao mercado de trabalho, a qual se traduz em desemprego (sobretudo desemprego prolongado) ou mesmo num «desligamento» irreversível face a esse mercado. A fase –a da «exclusão social» - é caracterizada não só pela ruptura com o mercado de trabalho, mas por rupturas familiares, afectivas e de amizade.”(1998:11)

Luís Capucha (1998a) apresenta um quadro tipológico, no qual são visíveis os factores que, no seu entender, originam a exclusão do mercado de emprego:

¹³ Citando Simon Whul, (1996), “Politiques d’emploi et politiques d’insertion: quelques perspectives”, in AA.VV, L’exclusion : l’état des savoirs, Paris, La Découverte, p. 508

Quadro 3

Factores desencadeadores

Nível Societal

Factores materiais	<ul style="list-style-type: none"> ○ Oferta e procura de emprego; ○ Níveis de qualificação da população activa; ○ Funcionamento dos sistemas de ensino, de formação, de saúde, de protecção social; ○ Escassez de incentivos aos empregadores; ○ Outros apoios ao desenvolvimento das comunidades pobres (habitação, infraestruturas, etc) 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Representações negativas e preconceitos por parte dos empregadores e de outros agentes a respeito das características das pessoas em situação de exclusão; ○ Défice de sentido solidário por parte de empregadores; ○ Falta de informação e de sensibilização de actores estratégicos e da sociedade em geral. 	Factores subjectivos
	<ul style="list-style-type: none"> ○ Qualificações escolares e profissionais muito baixas ou inexistentes; ○ Desemprego, desemprego desencorajado, emprego sem qualidade e sobre explorado; ○ Insuficiência ou distância de serviços de formação profissional especial; ○ Dificuldades de acesso a serviços e equipamentos (apoio à família, saúde, protecção, etc.); ○ Más condições de habitação e acesso a transportes; ○ Pertença a círculos de pobreza instalada. 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Auto-imagem desvalorizada; ○ Falta de informação; ○ Fraca capacidade de mobilização colectiva e de reivindicação; ○ Escassez de iniciativa para procurar ou criar emprego e orientação para a sobrevivência quotidiana, ○ Acomodação à escassez das oportunidades e falta de motivação; ○ Frequentes situações de desorganização familiar, indisciplina pessoal e incapacidade de desempenho social regular. 	

Pessoas e seus contextos

Fonte: Luís Capucha; Exclusão Social e Acesso ao Emprego: paralelas que podem convergir, 1998, pag.62

Em síntese, tal como advoga Luís Capucha, “exclusão social é o produto de processos sociais objectivos – entre os quais sobressai a dificuldade temporária ou prolongada de acesso ao mercado de trabalho- e também de processos subjectivos que dizem respeito à forma como as pessoas excluídas vivenciam a sua condição de excluídos, reagindo perante o estatuto desvalorizado que lhes é

imposto e desenvolvendo formas de adaptação às situações com que são confrontados.” (1998b:20)

A inclusão no mercado de emprego, resultante da obtenção duma colocação é fundamental e decisiva para evitar as situações de exclusão social, na medida em que, o «factor emprego» funciona como um elemento integrador e, conseqüentemente, potenciador da inclusão social e profissional.

1.7 A IMPORTÂNCIA DO FACTOR EMPREGO: PARA UMA PROBLEMATIZAÇÃO DAS VULNERABILIDADES POTENCIADORAS DE PERCURSOS DE EXCLUSÃO SOCIAL E DE POBREZA NOS DESEMPREGADOS

Como já foi referido anteriormente, estar excluído, etimologicamente, significa estar fora de algo ou seja, há uma ausência de participação, num determinado processo ou até de um padrão de vida em sociedade.

Nas sociedades modernas, como já referimos, o emprego, assume um papel de socialização extremamente importante e decisivo, proporcionando ao indivíduo um determinado patamar de acesso a bens e serviços, ou seja, o consumo.

Na base dos processos de exclusão social estão, decisivamente, com influência significativa, alguns factores que, individualmente ou em simultâneo influenciam o processo de exclusão social.

Luís Centeno, Angus Erskine e Célia Pedrosa (2000) apresentam três factores de vulnerabilidade que potenciam os processos de exclusão social:

- ***A situação de pertença a um agregado familiar, cuja base de origem seja pobre e excluída;***
- ***A realização dum percurso escolar pautado pelo insucesso e abandono;***
- ***Uma vida activa pautada por uma excessiva mobilidade profissional, em profissões com baixas qualificações.***

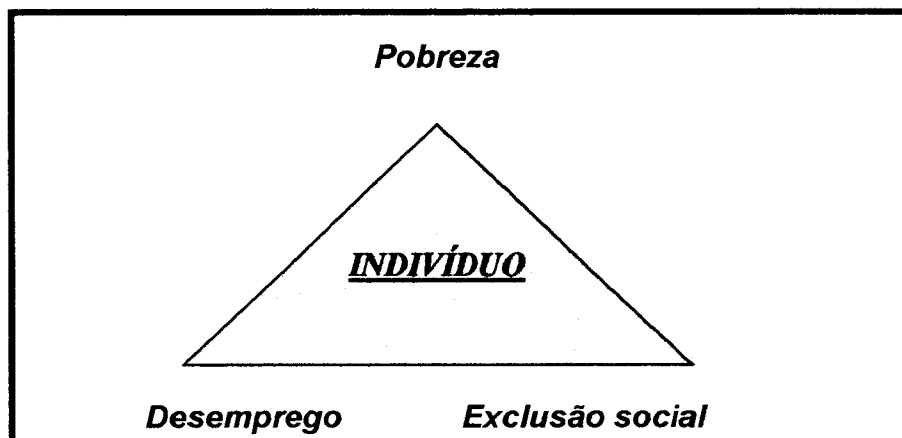
Por outro lado, pelo facto de se estar excluído não é sinónimo de ser pobre pois, tal como já referimos inicialmente neste trabalho, pobreza não significa necessariamente exclusão social. Os pobres, pelo facto de não terem dinheiro, podem ter acesso a determinados recursos e manterem assim a sua inserção na sociedade.

A situação de desemprego, a acontecer, também não significa uma imediata situação de exclusão social pois, eventuais economias realizadas pelo indivíduo podem, efectivamente, ser suficientes para a sua sobrevivência durante a situação de desemprego. Este cenário, conquista maior alarmismo quanto se tratam de períodos de desemprego prolongados e, durante os quais as economias anteriormente referidas, não são suficientes para a manutenção do indivíduo.

Face ao que aqui referimos, é pertinente termos em consideração que, o desemprego não é sinónimo de pobreza e de exclusão social. Contudo, o factor emprego é um elemento fundamental no equilíbrio psico-sócio-económico e profissional do indivíduo.

Figura 6

Indivíduo: elemento central do processo



Atkinson, citado por Luís Centeno, Angus Erskine e Célia Pedrosa (2000), apresenta três características fundamentais e que são comuns nos fenómenos de exclusão social as quais, através da sua interpretação, permitem a compreensão da relação que ocorre entre a exclusão social e participação no mercado de trabalho:

- 1. A exclusão social é um processo relativo, no qual as pessoas saem dum determinada sociedade ou até mesmo dum conjunto de relações sociais. A natureza dessa exclusão bem como o processo em si, apresenta variações influenciadas pelo factor tempo e lugar.**
- 2. O elemento meio. O processo de exclusão dos indivíduos pode ser desenvolvido quer pelo próprio, quer por outras pessoas. Uns podem ter como opção de vida a sua própria exclusão, enquanto que outros podem ser excluídos pela influência de terceiros (mercado, estado, empregadores, etc.). Neste cenário, a integração (do próprio e do meio) pode ser decisiva no processo de exclusão.**

3. A ***dinâmica***. A exclusão social não acontece apenas num determinado momento. Trata-se de um processo cumulativo, no qual os indivíduos excluídos não apresentam grandes perspectivas de futuro.

Figura 7

Exclusão social e mercado de trabalho

Factores para a compreensão	<i>→ Tempo e lugar</i> <i>→ Meio</i> <i>→ Dinâmica</i>
------------------------------------	--

Face ao cenário aqui traçado, podemos considerar a situação de desemprego como um mecanismo potenciador de vulnerabilidade no indivíduo o que, por sua vez tem repercussões ao nível das situações de exclusão social.

Nesta base encontram-se:

- a) **Dificuldades de acesso ao consumo, na medida em que, nas sociedades modernas, o consumo é um factor de identidade social;**
- b) **A diminuição do número de contactos regulares, traduzidos num decréscimo das redes de relações sociais e, conseqüente tendência para o isolamento;**
- c) **Perda de rendimentos, sendo certo que, quanto maior for o consumo, mais complexas serão as situações de exclusão social;**

d) Diminuição da auto-estima e perda de capacidade de iniciativa (redução das capacidades criativas);

e) Instabilidade social, familiar, económica, afectiva, psicológica e profissional, ou seja, um cenário de incertezas.

Referem Luís Centeno, Angus Erskine e Célia Pedrosa (2000) que os processos e situações de exclusão social são fruto de determinadas mudanças estruturais que exercem influência na economia e nas sociedades modernas, através de mutações tecnológicas, de transformações no próprio mercado de trabalho, do processo de fragilização das estruturas familiares, da tendência que paira na sociedade para a fragmentação social, os fenómenos migratórios, as alterações nos padrões de valores, entre outros factores. Concluem os autores, que “a vulnerabilização crescente que daí resulta para uma vasta parcela da população, exposta à exclusão social devido às mudanças ocorridas na estrutura do emprego e nas estruturas sociais e familiares, não existe apenas num conjunto de pessoas efectivamente pobres ou excluídas, mas num conjunto crescente e heterogéneo de pessoas cuja integração económica e social é precária.” (2000:29)

Por outro lado, o do crescimento económico que presenciamos nos nossos dias e a matriz de competitividade que a nossa sociedade exige, pressupõe que os indivíduos se encontrem cada vez mais qualificados para responder às necessidades constantes. Neste contexto, os mais vulneráveis, vêem a sua situação mais complicada.

1.7.1 – Factores de vulnerabilidade do desemprego e potenciadores de exclusão social: reflexões fecundas

Tal como temos vindo a referir, o emprego assume um papel decisivo na integração social e profissional do indivíduo. Por outro lado, a ruptura com o mundo do trabalho reveste-se de enormes perdas com efeitos ao nível do equilíbrio profissional e social do indivíduo, tornando-o vulnerável a processos de pobreza e exclusão social.

Refere José Grosso de Oliveira que “a situação de desempregado é humilhante, sobretudo para os indivíduos que aspiram readquirir o estatuto de trabalhadores ocupados e que interiorizam os valores relativos ao emprego tão profundamente que se sentem marginalizados e excluídos da sociedade. O traumatismo causado pela perda de emprego será assim tanto maior quanto mais elevado for o investimento de si no trabalho”.(1990:98)

Esta ruptura com o mercado de emprego torna o indivíduo mais vulnerável e, na ausência duma rede sócio-familiar estável que suporte a situação de desemprego, os danos a provocar podem ser bastante complexos ao nível do equilíbrio bio-psico-social do indivíduo. Contudo, “o desemprego nem sempre se traduz na miséria extrema, mas, em termos económicos, está geralmente associado à insegurança, à dependência da família e ao abandono forçado de projectos relacionados com a melhoria do nível de vida (...) pode provocar a desestruturação das relações sociais no seio da família, bem como a desmoralização e a angústia e a degradação do equilíbrio nervoso.” (OLIVEIRA;1990:98)

Esta relação entre o desemprego e a exclusão social tem por base vários factores que obstaculizam e condicionam a integração do indivíduo.

Luís Capucha, Ana Sofia Marques, José L. Castro, Carlos Pereira e Paula Monteiro (2002) reportam-se a esta vulnerabilidade através da identificação de um conjunto de desvantagens que estes indivíduos apresentam frequentemente:

- ***Estão ou estiveram em situação de insucesso escolar e apresentam baixos níveis de escolaridade;***
- ***Não possuem uma qualificação profissional que lhe possibilite a ascensão a um emprego estável e mais qualificado;***
- ***Os laços familiares apresentam debilidades que não sustentam o projecto de vida;***
- ***Pertencem a comunidades socialmente estigmatizadas;***
- ***Adoptam comportamentos de risco;***
- ***Possuem imagens de si extremamente negativas, desvalorizadas e de baixa auto-estima.***

Tal como apresentam os autores, e tendo por base o referido anteriormente, a falta de competências e de recursos, aptidões pessoais e relacionais, debilidade e/ou ausência de saberes básicos como a leitura, escrita, cálculo e as tecnologias da informação, tornam este grupos e categorias sociais distantes dos níveis de estruturação da vida social, económica e cultural. No quadro apresentado, os desempregados de longa duração e as pessoas com baixas qualificações ou qualificações obsoletas apresentam uma maior “representatividade”.

Face a estas considerações, referem ainda os autores, que o desemprego de longa duração é um dos principais factores potenciadores de exclusão social.

1.7.2 – Pobreza, exclusão e inclusão no mercado de emprego

As questões inerentes ao emprego têm assumido, ao longo dos tempos, um lugar central no discurso social e político. É, fundamentalmente, através dum acesso de todos ao emprego que se constrói uma sociedade mais justa.

Nos últimos anos temos assistido à implementação de políticas activas de promoção e criação de emprego, que se incluem numa nova geração de políticas sociais. Como exemplo, o Rendimento Mínimo Garantido ou, na versão recente, Rendimento Social de Inserção, assume-se como testemunho vivo destas políticas.

Estas políticas são também um factor de combate à pobreza e à exclusão social, tendo como principal objectivo, potenciar a inclusão de desempregados no mercado de emprego.

Tal como se tem referido nesta dissertação, pretende-se conhecer as dinâmicas de inclusão no mercado de emprego de indivíduos que estiveram em situação de desemprego de longa duração e, por influência duma acção de formação profissional se desencadeou a sua reinserção no mercado de emprego.

Para além do que já foi referido sobre a exclusão social, é pertinente ter associado ao conceito um conjunto de direitos e deveres que se encontram consagrados nas estruturas sociais e que, solidificam consensos entre membros duma sociedade. A expressão destes consensos surge consignada, por exemplo,

em documentos como a Constituição da República Portuguesa, a Declaração Universal dos Direitos do Homem e até o no Tratado de Amesterdão. São estes documentos que conferem aos indivíduos um estatuto de cidadão e lhe garantem o acesso a um conjunto de direitos e deveres.

Entre estes direitos encontram-se os direitos cívicos básicos, como por exemplo a liberdade de expressão, o direito ao voto, entre outros. Entre os direitos sociais e culturais, encontramos as questões do acesso ao emprego, à saúde e habitação, a educação, a protecção social entre outros.

Contudo, apesar da consagração explícita destes direitos, nem todos os cidadãos lhe conseguem aceder. Entre estes cidadãos estão os excluídos que, por influência das dinâmicas de exclusão social os torna vulneráveis. São exemplo concreto e objectivos os desempregados de longa duração que, por várias razões se encontram privados de participar nos padrões de vida tidos como aceitáveis pela sociedade em que vivem.

Estes cidadãos, tal com já se referiu anteriormente, podem estar em situação de pobreza, com insuficiência de recursos de natureza social, cultural e/ou económica.

Tal como já foi também discutido anteriormente, a noção de pobreza transporta dimensões associadas aos recursos e às condições materiais de vida, ou seja a cenários de privação e de desigualdades sociais, sobretudo ao nível do acesso a bens e serviços.

Tal como foi dito anteriormente, a pobreza poderá ser **relativa** (escassez de recursos que impossibilita um padrão de vida dentro dos definidos na sociedade em que se inserem) ou **absoluta** (situação de carência e insuficiência para

assegurar uma situação de **subsistência** mínima e uma eficácia física sustentável).

Neste quadro de subsistência, ganha principal enfoque a noção de pobreza absoluta. A esta escassez resultante da ausência de recursos, enquadra-se na tipologia de pobreza primária, enquanto que a pobreza secundária se associa a situações de ineficiência de utilização de recurso parcos.

Em suma, são pobres toda os indivíduos e famílias que, pela influência da escassez de recursos materiais, culturais e sociais, se encontram excluídos dos modos de vida padrão da sociedade em que estão enquadrados.

Esta situação coloca-os numa quadro de exclusão social ou «*deseinserção*» social.

Neste quadro, ganham enfoque as políticas de combate à pobreza e exclusão social cuja razão da sua existência é a inserção e integração social.

Esta relação terminológica de inserção e integração por vezes confunde-se pelo que, é pertinente proceder à sua desmultiplicação.

A integração social¹⁴ remete-nos para o agregado de laços e relações que atribuem identidade e unidade a um dado sistema societário. A inserção social¹⁵ remete-nos para o processo de passagem de indivíduos das situações de exclusão para quadros de participação ou do exercício da cidadania através, por exemplo, da participação no mercado de emprego.

¹⁴ Esta questão é desenvolvida e aprofundada no ponto “3. INTEGRAÇÃO/INCLUSÃO INSERÇÃO E EXCLUSÃO NAS SOCIEDADES MODERNAS”

¹⁵ Nesta dissertação privilegia-se a utilização do termo INSERÇÃO E REINSERÇÃO pelas razões aqui apontadas ou seja, a passagem duma situação de exclusão e de pobreza, para uma situação de inclusão.

Em síntese, a formação profissional poderá ser uma estratégia para potenciar a reinserção de desempregados de longa duração no mercado de emprego.

Pelas suas características particulares, é pertinente estabelecer alguns elementos teóricos que enquadrem a situação específica do desemprego de longa duração.

1.8 VULNERABILIDADES DOS DESEMPREGADOS DE LONGA DURAÇÃO (DLD'S)

1.8.1 Para uma compreensão da problemática do desemprego

As concepções de desemprego que percorrem os nossos dias são o resultado da concepção que a sociedade tem de desemprego, num determinado momento.

Até ao século XIX, antes de se construir um verdadeiro mercado de emprego, assente nas leis da oferta e da procura de mão-de-obra qualificada, não existia um verdadeiro conceito de desemprego.

Numa perspectiva generalista o desemprego pode ser considerado como produto da economia capitalista que impera nas sociedades modernas. Numa economia dirigida e em certa medida totalitária¹⁶, o desemprego pode ser associado a diversos factores: más colheitas ou desastres, a vicissitudes geradas pela guerra, nível de qualificação dos indivíduos, leis da oferta e da procura que regulam os

¹⁶ Entenda-se por economia totalitária aquela em que prevalece um sistema político em que todas as actividades sociais são dominadas pelo Estado sem qualquer forma legal de oposição.

mercados, relação entre oferta e procura de mão-de-obra, à livre concorrência, entre outros factores.

Ao nível da sua classificação, na diversa bibliografia sobre o tema, podemos encontrar quatro designações, como podemos verificar pelo quadro seguinte:

Quadro 4
CLASSIFICAÇÃO DO DESEMPREGO

Designação	Descrição
Normal	Tem por base uma inevitabilidade do sistema económico, assente num mercado de trabalho livre, em que existe um desajustamento entre as características das pessoas desempregadas e as necessidades do mercado.
Sazonal	Tem por base mudanças sazonais que ocorrem no processo produtivo. Afecta sobretudo os trabalhadores agrícolas e trabalhadores de outras ocupações associadas à indústria de artigos sumptuários. É de complexa resolução.
Cíclico	A sua origem está associada a crises económicas e depressões na economia. Os principais efeitos repercutem-se no comércio grossista e estende os seus efeitos até a produção de bens de consumo e daí passa por indústrias básicas. Ex ^o Crise no sector automóvel.
Tecnológico	Está associado à mecanização das indústrias e introdução de novas formas de produção nas mesmas. Substituição do homem pela máquina.

Estas descrições da classificação de desemprego não ocorrem isoladamente. Pode coexistir uma acumulação de situações tipológicas de desemprego.

Fonte: Grande Dicionário Enciclopédico, Edição Clube Internacional do Livro, 2000, vol V, pág. 1975

Para além das classificações existentes, relativamente ao desemprego, podemos ainda encontrar diferentes tipologias de desempregados, cujas características e

percursos apresentam várias oscilações. O quadro seguinte ilustra uma tipologia de classificação da situação de indivíduos face ao emprego que, é utilizada designadamente pelo serviço público de emprego em Portugal.

Quadro 5
Tipologia de desempregados

Tipologia de desempregados¹⁷	<u>Descrição</u>
Desempregado	Indivíduo que não tem trabalho, procura emprego como trabalhador por conta de outrem, está disponível e reúne capacidades para trabalhar
Desempregado de longa duração (DLD's)	Desempregado há um ano ou mais
Desempregado de muito longa duração	Desempregado há dois anos ou mais
Candidato ao primeiro emprego	Indivíduo que nunca teve emprego e procura actividade profissional

Fonte: POEFDS

São sobretudo os desempregados de longa duração que, pelo facto de se encontrarem em situação de desemprego há pelo menos um ano, apresentam maiores vulnerabilidades e, conseqüentemente, maior tendência para os fenómenos de pobreza e exclusão social, os quais resultam sobretudo da situação de desintegração sócio-profissional de que são alvo.

¹⁷ Conceitos elaborados com base nos glossários do POEFDS – Programa Operacional para o Emprego, Formação e Desenvolvimento social. Consultados em www.poefds.pt

1.8.2 Desemprego no Alentejo: considerações enquadradoras

O equilíbrio entre a oferta e a procura de emprego está longe de ser uma realidade. O «pleno emprego» e o cenário «emprego para toda a vida» são, nos nossos dias uma utopia. Na reflexão empírica sobre este cenário, não podemos relegar, para uma posição obscura, as novas tendências da modernidade, assentes nas novas tecnologias. Este factor, vem consubstanciar a necessidade de actualização profissional, na medida em que pressupõe uma redefinição das competências profissionais.

Neste contexto, se o estado de desemprego já era preocupante, o enfoque agrava-se, na medida em que, são os menos qualificados que vêm aumentar o fosso que os separa dos «mais qualificados».

Na mesma linha de reflexão, o desemprego de longa duração, dadas as características específicas que já referimos anteriormente nesta dissertação e que estão na sua base, redobra as preocupações relativamente às questões da empregabilidade.

É nesta óptica que têm surgido diversas medidas políticas estruturantes, cujo primado é a promoção da empregabilidade¹⁸. Entre elas, o Plano Nacional de Emprego (PNE)¹⁹ vem estabelecer diversas linhas de orientação para a política de emprego em Portugal. Decorrente do PNE, o Plano Regional de Emprego para o Alentejo, fundamentado pela situação preocupante de desemprego persistente na

¹⁸ Genericamente, entenda-se por empregabilidade o processo desenvolvido com vista à obtenção/promoção de emprego.

¹⁹ O PNE foi adoptado pela Resolução do Conselho de Ministros nº59/98, de 6 de Maio e dá corpo ao compromisso assumido por Portugal no âmbito da Cimeira Extraordinária sobre o Emprego de Luxemburgo (Novembro de 1997) criando uma estratégia europeia para o emprego. A nível nacional o PNE apresenta um conjunto de medidas de política de emprego cujo principal objectivo é promover a empregabilidade.

região, aponta para um conjunto de medidas que procuram ir ao encontro das necessidades regionais.

No seu PILAR 1 – “Melhorar a empregabilidade” as orientações do Plano Regional de Emprego, assentam sobretudo no reforço das qualificações profissionais como caminho para a empregabilidade:

- ✓ ***Incentivar a criação de emprego, combater o desemprego de longa duração e favorecer a inserção de jovens na vida activa;***
- ✓ ***Facilitar o acesso à formação profissional e adequar as qualificações às necessidades actuais e futuras do mercado de trabalho;***
- ✓ ***Criar uma rede de informação e um sistema de monitorização do emprego e da formação profissional***²⁰.

Na análise deste pilar, sobressaem questões estruturais, intimamente relacionadas com o baixo nível de qualificação/escolarização da população e preocupações relativas à existência de grupos com dificuldades de inserção no mercado de emprego, entre os quais, os desempregados de longa duração.

Os dados a seguir apresentados, reflectem o peso relativo dos desempregados de longa duração face ao total dos desempregados. O quadro seguinte, e através dos dados apresentados, faculta uma leitura que assenta numa tendência para a diminuição do desemprego entre o período de 1995 e o segundo trimestre de 2001 e, por outro lado uma tendência para a persistência do desemprego de longa duração no mesmo período. Também, pelos dados apresentados, podemos constatar que, a persistência do desemprego de longa duração apresenta uma

²⁰ IN: IEF – Plano Regional de Emprego para o Alentejo

maior complexidade ao nível da sua resolução, na medida em que não acompanha a diminuição geral do número de desempregados a nível nacional.

QUADRO 6

Peso relativo dos DLD's face ao total dos desempregados a nível nacional

	Desempregados	DLD	Peso Relat. (%)
1995	378,9	181,6	47,91
1996	400,4	207,6	51,84
1997	384,2	207,7	54,06
1998	300,3	162,7	54,17
1999	258,7	124,4	48,09
2000	245,6	129	52,53
2001 (2º T)	237,4	112,3	47,3

Fonte: Estatísticas do Emprego, INE, ²¹

Por outro lado, também os dados a seguir apresentados evidenciam um quadro preocupante ao nível das qualificações da região Alentejo. Pela sua leitura e, comparativamente com as outras regiões apresentadas, verificamos um enorme fosso de qualificações que agudizam o problema do desemprego na região. É ao nível²² do 1º Ciclo (46,10%) e do 2ºCiclo (18,13 %) que se situam as habilitações escolares da população da região. Apesar do quadro geral do país ser preocupante, o quadro regional carece de preocupações redobradas, na medida em que os mais baixos níveis se situam aqui.

²¹ In: "Portugal 1995-2000, Perspectivas da Evolução Social", pag.219.

²² Entenda-se por 1º Ciclo até quatro anos de escolaridade (4ª Classe) e entenda-se por segundo ciclo até 6 anos de escolaridade (6º ano).

Quadro 7
Trabalhadores por conta de outrem segundo habilitações/1996

	<Ensino básico	1ºCiclo	2ºCiclo	3ºCiclo	Ens. Secund.	Curso Esc.prof.	Bach.	Lic.	Total
Continentes	2.99	40.14	22.48	17.74	13.76	0.23	1.78	3.88	100
Norte	3.02	44.39	27.56	11.30	9.88	0.18	1.25	2.43	100
Centro	2.74	43.64	25.31	13.30	11.16	0.19	1.42	2.24	100
Lisboa e V.Tejo	2.72	34.06	17.09	18.43	18.52	0.29	2.53	6.36	100
Algarve	3.61	39.98	19.40	17.27	16.27	0.26	1.12	1.50	100

Fonte: Base de Dados SISED In: IEFP/Plano Regional de Emprego para o Alentejo, pag.12

De acordo com os dados que enquadram o Plano Regional de Emprego para o Alentejo e, tendo como referência dados de 1998, são tecidas as seguintes considerações²³:

- ✓ *É a região do país que apresenta o maior rácio bruto de desemprego;*
- ✓ *É uma região em que os níveis de habilitações literárias são mais baixos e em que o peso dos que não sabem ler e apenas lêem e escrevem, regista os valores mais elevados, 9,6% e 8,1%, respectivamente;*
- ✓ *É uma região em que o peso das mulheres é expressivamente superior ao dos homens (68,5%);*

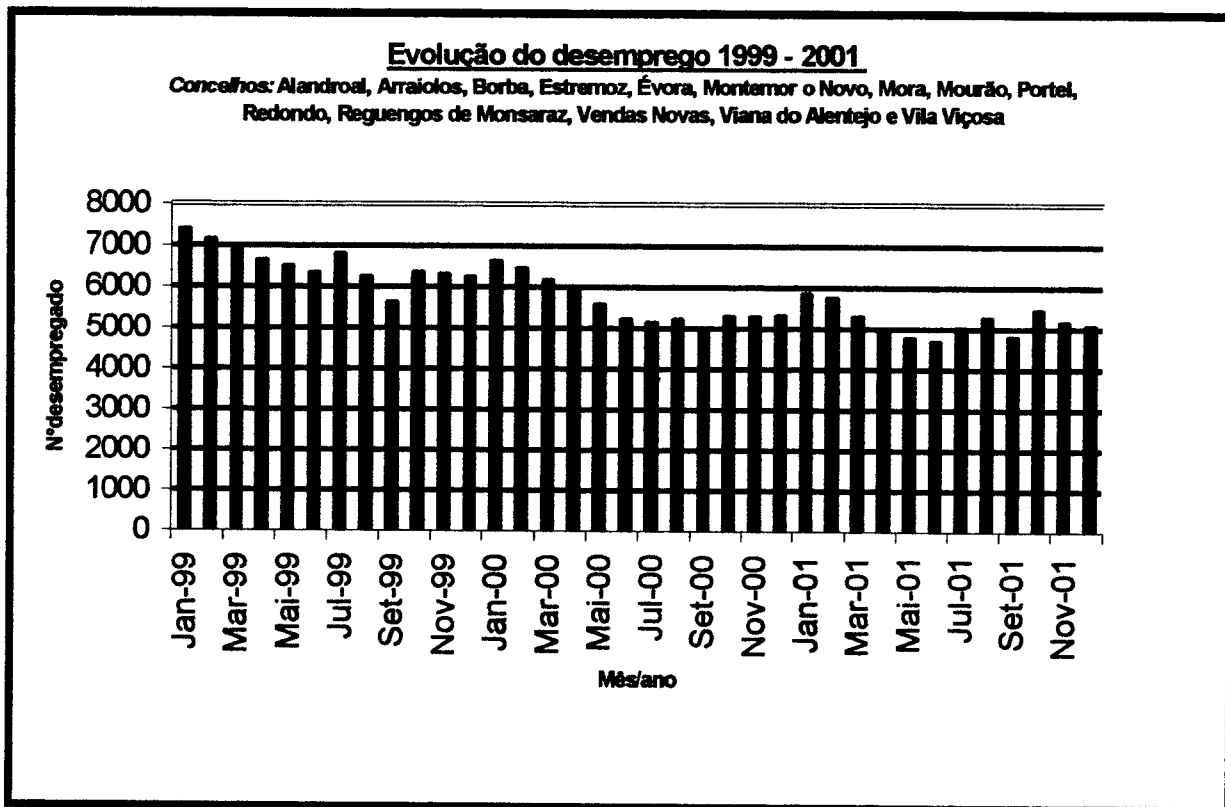
²³ As considerações apresentadas resultam do documento da apresentação e enquadramento do Plano Regional de Emprego para o Alentejo (pág. 16-17), editado pelo IEFP, 2ª Edição de Julho de 1999. Apesar de serem relativos a 1998, a sua função nesta investigação é meramente de enquadramento explicativo da problemática regional do desemprego.

- ✓ *Por profissões, é também a região que apresenta os níveis de desemprego mais elevados de trabalhadores da agricultura e de trabalhadores não qualificados;*
- ✓ *Predomínio da procura de novo emprego (86%);*
- ✓ *Nítida supremacia do desemprego feminino;*
- ✓ *Predominância da faixa etária dos 25 a 49 anos (52%);*
- ✓ *Significativo peso do desemprego de longa duração (46%);*
- ✓ *Um peso muito expressivo dos 4 e 6 anos de escolaridade, 36% e 21% respectivamente;*
- ✓ *Um peso significativo dos desempregados que não possuem qualquer habilitação (9,6%), ou apenas sabem ler e escrever (8,1%).*

Este quadro anteriormente apresentado, fundamenta a necessidade duma estratégia concertada de combate ao desemprego na região, enquadrada pelo Plano Regional de Emprego. Contudo, pelo quadro a seguir apresentado, podemos verificar também que, entre o período de 1999-2001, a tendência do desemprego, no caso dos concelhos apresentados, apresenta uma diminuição, ainda que ligeira, do desemprego.

Gráfico 1

Evolução do desemprego 1999/2001



Fonte: IEFP/Sigae

Num contexto geográfico onde o desemprego é um fenómeno que suscita preocupações acrescidas, a promoção de acções de formação profissional podem ser decisivas para a promoção da tão aludida empregabilidade.

1.8.3 Vulnerabilidades dos DLD's

Apesar de algumas nuances, parece ser unânime na vasta literatura que o desemprego, principalmente o de longa e muito longa duração potencia e agrava a situação de exclusão social.

Claude Dubar (1996) refere que todas as pesquisas que recorreram à noção de exclusão assentam no sistema produtivo, como papel central para a sua génese e extensão. Acrescenta o autor que, toda a construção de um novo tipo de desemprego, por vezes denominado de «desemprego de exclusão» [Wuhl,1992], é considerado por todos como o principal mecanismo –mas não o único- que gera processos de marginalização social, que afecta sobretudo aqueles que são durante muito tempo privados de emprego.

As constantes mutações das sociedades modernas e os quadros de evolução gerados, provocam efeitos devastadores nas populações. Desta forma, “o desemprego e, em particular, com o desemprego de longa duração que é, antes de mais, gerado pela modernização do aparelho produtivo e mesmo pela transformação das relações de trabalho. O desemprego provoca assim outra população de exclusão, desde que se considere os desempregados de longa duração do ponto de vista de uma empregabilidade que não seria mais possível.” (XIBERRAS;1996:16)

Neste sentido, “a situação dos desempregados de «longa duração» é a de mais difícil resolução” (COSTA;1998:58), resultado do facto do desempregado ter rompido, independentemente das causas, com o mercado de emprego por um período muito significativo,

Robert Castel, citado por Alfredo B. Costa (1998) reportando-se aos DLD's considera-os em situação de «desligamento» ou seja, desligados do sistema produtivo encontrando-se diminuídas as suas redes de relações sociais e profissionais.

Nesta tipologia, o factor tempo de desemprego é crucial pois, "quanto mais longo for o tempo de desemprego, mais se atenua o peso das variáveis clássicas e mais os desempregados conhecem de modo uniforme a provação do «desemprego total» que exprime a verdade da condição de desempregado." (SCHNAPPER;2000:135)

Refere Claude Dubar (1996) que toda a trajectória anterior do indivíduo terá, posteriormente, efeitos socialmente condicionadores da sua capacidade para conseguir emprego. São sobretudo os trabalhadores de idade mais avançada e os jovens sem qualquer tipo de qualificação, que são considerados os trabalhadores «menos empregáveis», nos quais, a matriz comum assenta na baixa qualificação. Prefraseando Robert Castel, Claude Dubar (1996) reitera o postulado de que a exclusão não se pode definir unicamente como uma não integração no trabalho, pois esta, é também uma não-inserção na sociabilidade sócio-familiar, uma «dissociação dos lugares sociais, uma desafiliação».

Nesta situação de «desligamento» é pertinente sublinhar que "do ponto de vista dos desempregados de longa duração, o desemprego conduz à interrogação sobre a vontade e capacidade em aderir de novo a outras relações de trabalho, fundadas na responsabilidade e no desempenho." (XIBERRAS;1996:17)

Denis Fougère (1996), apresenta um quadro, no qual tipifica algumas das características determinantes nos desempregados de longa duração:

- **Características individuais «demográficas»:** sexo, idade, nacionalidade, situação familiar;
- **Características individuais sócio-económicas:** formação inicial, qualificação, trajectória profissional anterior.

Contudo, outros factores podem ter também a sua influência na durabilidade da situação do desempregado, designadamente o tempo em que se encontra à procura de emprego pode, com o fluir do mesmo, diminuir as probabilidades de conseguir emprego; bem como outras variáveis relacionadas com a conjuntura económica, global e local. (FOUGÉRE;1996)

A ausência de qualquer tipo de qualificação ou até mesmo “a baixa qualificação profissional poderá dificultar a reconversão profissional eventualmente necessária para conseguir novo emprego e tenderá a prolongar a duração do desemprego. Assim, entrando na situação de «desemprego de longa duração», terá cada vez mais dificuldade em tornar a empregar-se.” (COSTA;1998:48)

Estes indivíduos apresentam normalmente “baixos níveis de instrução, idade avançada e qualificações obsoletas, que são, continuamente, marginalizados pelo mercado de trabalho e condenados a longos períodos de desemprego ou a situações de exploração inaceitável, em esferas desprotegidas e desregulamentadas do mercado de trabalho” (NEVES;2001:1-2)

A manter-se a situação, o desempregado tenderá a caminhar para uma situação de desmotivação e tédio. Neste cenário, “o desempregado, humilhado, vive num tempo e num espaço desprovido de sentido, que é gerador de tédio e o impede de adoptar actividades de substituição.” (SCHNAPPER;2000:133)

A situação do indivíduo face ao mercado de emprego fornece-nos vários indicadores.

A inexistência do vínculo trabalho, pode ser potenciadora de situações de exclusão social, com implicações negativas ao nível dos rendimentos, da própria realização pessoal e, num cenário mais abrangente, ao nível do exercício da sua cidadania.

Denis Fougère (1996), acrescenta que uma das características dos desempregados de longa duração são as suas constantes entradas e saídas do mercado de trabalho ou seja, actividade *versus* inactividade. Esta tendência tem maior incidência nos grupos cujas características são mais desfavorecidas: desempregados de idade mais avançada, menos qualificados, ou os que passaram por longos períodos de interrupção de actividade

Para Luís Capucha “a situação de desempregado de longa duração ou de socialização em situação de exclusão, não só tende a gerar a erosão das aptidões profissionais e a progressiva diluição de hábitos e de laços sociais que balizam a vida quotidiana, como provoca perturbações psicológicas que se reflectem na vida familiar e se traduzem no surgimento da desmotivação, desorganização familiar e eventuais hábitos de alcoolismo ou toxicodependência que dificultam as perspectivas de (re)inserção social e laboral.” (CAPUCHA;1998a:65)

Oliveira Neves e Susana Graça (2000) apresentam um conjunto de imperativos que caracterizam os desempregados de longa duração:

- **Gera dificuldades económicas e problemas sociais** como consequência do desemprego;

- **Diminuição do poder económico;**
- **Perturbações psicológicas** como resultado da diminuição das competências sociais;
- Crescente **diminuição de hábitos e laços sociais;**
- **Diminuição da auto-estima;**
- **Perda de prestígio social.**

Didier Demazière (1996) apresenta também algumas consequências provenientes do desemprego de longa duração: degradação do nível e condições de vida, desorganização das relações familiares, diminuição das actividades socioculturais, perda da noção do tempo, e consequente desestruturação das rotinas quotidianas.

Perante este conjunto de imperativos, acentua-se o cenário da perda de hábitos de trabalho conducentes a situações de conformismo instalado o que, por sua vez, poderá ser um mecanismo desencadeador de outros problemas sociais: alcoolismo, toxicodependência, destruturações familiares. Na base deste conjunto de factores, existirá no desempregado uma tendência para a auto-desvalorização da sua imagem.

Denis Fougère (1996), refere que o tempo passado no desemprego afecta o capital humano do indivíduo, as suas capacidades produtivas. Contudo, acrescenta o autor que, alguns desempregados de longa duração são mais «empregáveis» que outros. **Entre as características que favorecem a sua**

empregabilidade estão o gosto pelo trabalho e a sua motivação para o mesmo.

Sem dúvida, e tal como consubstancia Didier Demazière (1996) as consequências económicas, materiais e monetárias da privação de emprego conduzem a uma «inferioridade social», a uma desvalorização do desempregado, a uma «impotência social», sendo confrontados com o sentimento de humilhação e rejeição. É o que o autor chama de «apatia generalizada».

Neste contexto, quanto maior for o período de desemprego, maiores serão as dificuldades de reintegração profissional e social do indivíduo. Neste cenário é também relevante termos em consideração outros factores, designadamente, as «qualificações» que podem ser decisivas para a alteração da situação.

Contudo, tal como advogam M^a Teresa Seródio Rosa, M^a Fortunata Gonçalves e Paula Ferreira, assistimos nos nossos dias “a uma recomposição da figura do desempregado de longa duração, dadas as profundas mutações tecnológicas implantadas e as novas possibilidades e constrangimentos que daí decorrem” (2000:16). Com base nalguns estudos efectuados, as autoras apresentam algumas das especificidades mais comuns dos desempregados de longa duração, entre elas “o *desencorajamento* – muitas vezes ligado à idade e ao sexo do desempregado; as *grandes deficiências* – relacionadas com a falta de saúde, quantas vezes como consequência de acidentes de trabalho, doenças profissionais, trabalhos duros, etc. a *ausência de qualificação* – muitos dos desempregados de longa duração não estão preparados para ocupar novos postos que exigem “habilitações” que não conseguem adquirir.” (2000:16)

À ideia que o desemprego de longa duração pode ser sinónimo de exclusão social e de pobreza, M^a Teresa Seródio Rosa, M^a Fortunata Gonçalves e Paula Ferreira,

refutam-na e referem, nos nossos dias “é possível sobreviver-se durante um determinado tempo como desempregado, pois existem subsídios calculados na base dos rendimentos auferidos no período em que se trabalhou (...) há também a solidariedade familiar, que obsta que muitos desempregados de longa duração cheguem a ser pobres.” (2000:16).

Em suma, independentemente dos efeitos que o desemprego de longa duração possam causar no indivíduo, parece consensual entre os autores consultados que, esta situação se traduz em perdas de várias ordens, e que atingem o indivíduo em diferentes graus de intensidade.

1.8.4 Factores de marginalização no mercado de emprego

Nas sociedades contemporâneas, pautadas por matrizes de competitividade e exigência, os trabalhadores mais qualificados encontram-se mais aptos para se adaptarem e responderem às exigências do mercado, ao invés dos menos qualificados que, por força dessa situação, se encontram mais vulneráveis ao desemprego. É nesta relação qualificação/desqualificação que actuam os factores de marginalização no mercado de emprego.

A existência de dificuldades de inserção profissional não são sinónimo efectivo de dificuldades de inserção social. Contudo, a coexistência de ambas, são potenciadoras de dificuldades de inserção profissional. Por outro lado, a inserção profissional funciona como veículo facilitador da inserção social, principalmente para os indivíduos mais qualificados.

Para Luís Capucha, **o défice de qualificação é o centro nevrálgico do processo de inserção**. Segundo o autor “o problema da inserção laboral, para muitos indivíduos pertencentes a estes meios deriva, principalmente, da

epidémica ausência de qualificações escolares e profissionais, mas também da prevalência de mentalidades que induzem facilmente à desmotivação perante o trabalho, à dificuldade de adaptação à disciplina em meio laboral, à habituação a uma vida instável e centrada na resolução imediatista dos problemas do dia-a-dia e ao recurso frequente, e por vezes preferencial, aos sistemas de protecção social como forma de garantir a subsistência.” (CAPUCHA;1998:65)

Em suma, os cinco factores a seguir indicados, actuando individualmente ou cumulativamente são, segundo Luís Capucha (1998) constrangimentos ao processo de inserção do indivíduo:

- a) **Baixas ou inexistentes qualificações escolares e profissionais;**
- b) **Prevalência de mentalidades vulneráveis e passíveis de forte desmotivação para o trabalho,**
- c) **Dificuldades de adaptação à disciplina em meio laboral;**
- d) **Acomodação a uma vida instável e centrada na resolução imediatista dos problemas do dia-a-dia;**
- e) **Opção constante pelos sistemas de protecção social como mecanismo para garantia da subsistência;**

Luís Capucha (1998a) aponta também quatro factores que podem funcionar como entraves complexos à inserção sócio-profissional dos indivíduos:

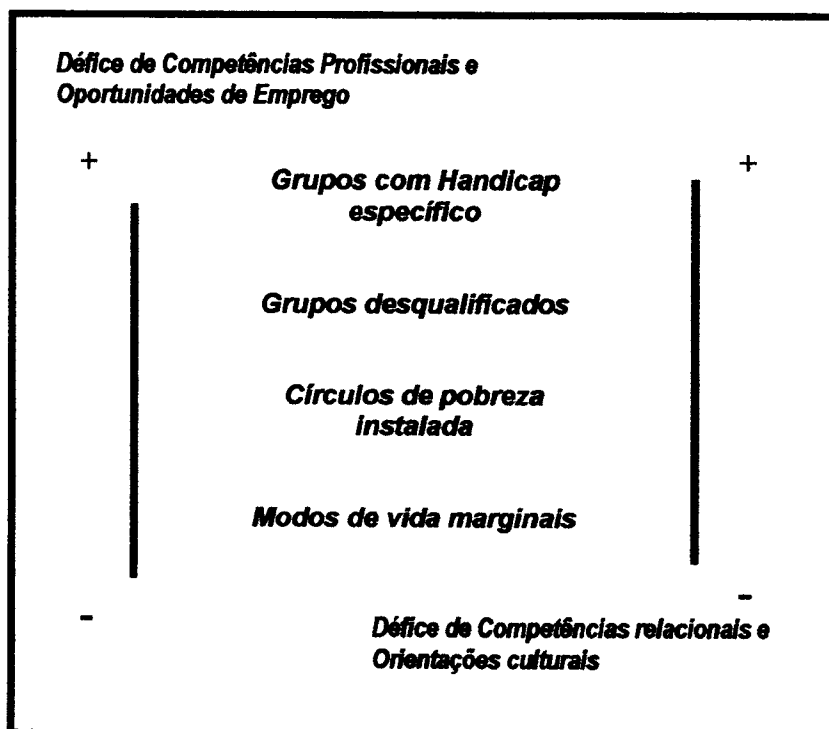
- As **reduzidas qualificações** escolares e profissionais e capacidades dos indivíduos;
- A existência de situações de **acomodação** a circuitos de pobreza instalada;
- A existência de determinados “**handicaps**” nos indivíduos;
- A adopção de **formas de vida marginais**.

Relativamente ao primeiro factor, Capucha reporta-se á desqualificação como um obstáculo associado à inexistência de respostas ou de oportunidades de formação qualificante e/ou de ausência de oportunidades de integração no mercado de emprego. A existência de situações de acomodação a circuitos de pobreza instalada, conjugadas com a “desqualificação” coloca o indivíduo em situação de vulnerabilidade conducente a situações/problemas de desorganização das suas vidas pessoais. Por outro lado, a existência dum determinado “handicap” pode também funcionar como constrangimento à inserção sócio-profissional, na medida em que pressupõe respostas adaptadas a essa situação, o que nem sempre é possível. Por último, a adopção de formas de vida marginais, conduz à estigmatização destes indivíduos/grupos, que, segundo o autor, se desinteressam pela sua inserção na vida profissional.

A presente classificação, desenvolvida por Luís Capucha (1998) apresenta como principais vectores os factores das qualificações profissionais e das oportunidades de emprego e, num outro agrupamento, os factores associados às competências relacionais e às orientações culturais dos indivíduos.

Figura 8

Modos de afectação dos factores de exclusão



Fonte: Luís Capucha; *Exclusão Social e Acesso ao Emprego: paralelas que podem convergir*, 1998, pág.67

Nesta linha quanto mais elevado for o nível de qualificações dos indivíduos maiores serão as probabilidades de sucesso do ponto de vista do emprego e, cumulativamente, menores serão as probabilidades de situações de exclusão social.

2. A FORMAÇÃO PROFISSIONAL COMO “ESTRATÉGIA” PARA A REINSERÇÃO

A formação profissional tem, nos últimos anos, beneficiado dum «boom» significativo, suportada pelos contributos de vários programas co-financiados pelo Fundo Social Europeu. Ao nível dos benefícios, áreas como a formação profissional e o emprego, educação, as novas tecnologias e a sociedade da informação, a economia, a saúde, bem como o combate à pobreza e à exclusão social têm, efectivamente, recebido um forte impulso ao nível do seu desenvolvimento.

No campo concreto da formação profissional e, atendendo à sua massificação que se tem verificado e, sobretudo aos ainda baixos índices de qualificação da população portuguesa, ganha fundamento a questão “porquê formar”, como ponto de partida para uma discussão aberta sobre a qualificação de recursos humanos.

2.1 PORQUÊ FORMAR?

Por mais elementar que possa ser a resposta a este “porquê formar?” é obvio que o conteúdo da mesma estará, seguramente, distante de um consenso geral.

Certamente que o processo de formar pessoas nos nossos dias é totalmente diferente de há dez anos a esta parte e, radical e vertiginosamente diferente do tempo em que dirigentes políticos pensavam que «um povo culto, é um povo infeliz».

Efectivamente, estamos perante uma sociedade que é dinâmica e que necessita, progressivamente, de aprender e de ser formar. É nesta relação entre a

necessidade de aprender para responder a necessidades constantes que procuraremos responder com clareza a esta questão: Porquê formar?

A necessidade de «formar» pessoas surge, nos nossos dias como um imperativo do processo de globalização. Por outro lado, o paradigma das novas tecnologias ou das mutações tecnológicas, enquadrado sob o postulado das TIC – Tecnologias da Informação e Comunicação, fundamenta e suporta a necessidade de formar pessoas que, por sua vez, estejam aptas a dar respostas eficazes e eficientes a essas constantes mutações.

José Tavares, sublinha que “estamos, na verdade, diante de uma sociedade que não só tem de aprender mais e melhor, mas tem de o fazer a um ritmo de aceleração estonteante e, sobretudo, é necessário que o faça de uma maneira diferente se quer ser uma sociedade mais educada e à altura dos seus novos destinos.” (TAVARES;1996:22)

Referiu Luís Costa, num seminário desenvolvido pelo Instituto para a Inovação na Formação²⁴ que “A batalha da educação e da formação é um pressuposto primordial (...) é absolutamente vital, tendo em conta as fragilidades específicas da população portuguesa que nos colocam atrás dos países europeus, e em situação desvantajosa.” (1999:89) Posição semelhante, foi também partilhada por Luís Mira, no mesmo seminário, reforçou que “a formação é uma peça fundamental na construção do indivíduo, contribuindo para a sua valorização como pessoa, para a sua integração social e para a sua qualificação profissional. A nível sectorial, desempenha um papel indispensável no âmbito da introdução de novas tecnologias, no incentivo à inovação e nos próprios investimentos.” (1999:91)

²⁴ INOFOR – Instituto para a Inovação na Formação

Numa estreita ligação, a formação é simultaneamente um processo de aprendizagem. Mário Ceitil, reportando-se a Kolb, advoga que “toda a prática de formação visa a operacionalização de um dispositivo facilitador da aprendizagem, esta última sendo entendida como um processo ao longo do qual o conhecimento é gerado através da transformação da experiência”.(2000:329)

Ainda Mário Ceitil, reportando-se a Pereti, sublinha que a formação “responde necessariamente às necessidades de desenvolvimento das pessoas e das empresas cumprindo a dupla função de produzir satisfação profissional e elevados padrões de performance económica.” (2000:327)

Posto isto, não restam dúvidas que a necessidade de «formar pessoas» é um imperativo fundamental quer para o desenvolvimento pessoal, social e profissional dos seus destinatários, bem como para a promoção da competitividade das empresas e organizações.

Por outro lado, uma lógica de formação sustentada e virada para a empregabilidade, em contraposição com lógicas de formação «avulso», gerará certamente um impacto positivo nas competências pessoais e profissionais dos indivíduos.

2.2 A FORMAÇÃO PROFISSIONAL COMO VEÍCULO DE REINserÇÃO

Numa sociedade em constante mutação e, sobretudo, assente no conhecimento, o acesso à informação e a constante actualização de conhecimentos é um factor crucial para a vida em sociedade e, sobretudo para a competitividade.

Paul Samuelson e William Nordhaus (1993) sublinham também a importância da formação profissional e das qualificações, do nível de habilitações e de instrução como factores determinantes para a qualidade do factor trabalho. Acrescentam os autores que, um país em que predomine uma população com baixas qualificações, dificilmente, poderá aspirar a empregar novas tecnologias, bem como aumentar os seus índices de produtividade.

Neste contexto a necessidade premente de actualização, o «saber mais» pode ser decisivo em vários aspectos da vida das pessoas. Assim, tal como consubstancia o “Memorando da Aprendizagem ao Longo da Vida”, emitido pela Comissão das Comunidade Europeias (2000), ***“a educação, no seu sentido mais lato, é fundamental para aprender e compreender (...) [e] promover a cidadania activa e fomentar a empregabilidade.”***

Foi neste contexto, efectivado por uma necessidade de reforço das aprendizagens que, nos anos 90 a “Educação e a Formação ao Longo da Vida” surgiram como uma das bandeiras da União Europeia, como factor para a promoção da empregabilidade. Na *Recomendação do Parecer nº3/2001*, do *Conselho Nacional de Educação*, publicado em *Diário da República a 14 de Julho*, é reforçada a ideia de que a educação e a formação deve ser encarada como um processo ao longo da vida no qual todas as pessoas, independentemente do seu estatuto social ou nível de base o necessitam de prolongar pela vida fora, como meio para melhorar os seus conhecimentos, aptidões e competências.

Por outro lado, o «boom aparente» que se tem registado nos últimos anos em matéria de formação profissional, quer a nível Europeu, quer a nível nacional, em

muito tem contribuído para o aumento do nível de qualificações da população portuguesa e conseqüente diminuição das taxas de desemprego²⁵.

Mais que um instrumento, a formação profissional assume-se como uma «mais valia» para o indivíduo, traduzindo-se, inexoravelmente, num vector decisivo na estratégia de aumento das qualificações dos recursos humanos.

Apesar de estarmos em pleno III Quadro Comunitário de Apoio e perante a massificação das acções de formação profissional, dispersas pelos quatro cantos do país, sobressaem algumas franjas da população que, pelas mais diversas razões ainda não foram abrangidas. Aqui, ganham destaque os desempregados, cujo déficite de qualificações, escolares e profissionais, é tão significativo que obstaculiza o seu ingresso no mercado de trabalho.

Neste sentido, o déficite de qualificações, escolares ou profissionais, torna os indivíduos mais vulneráveis e, conseqüentemente, mais complexa será a sua reinserção no mercado de emprego.

Para Carlota Quintão e Lurdes Cunha “o objectivo central de uma intervenção formativa integra, regra geral, outras dimensões, a montante ou a jusante, de uma qualificação profissional específica, (...) criação/reforço de competências básicas aos níveis da leitura, expressão oral e escrita, cálculo, raciocínio lógico, e das atitudes e comportamentos favoráveis à gestão equilibrada da situação profissional.” (2000:98)

Para as autoras a formação não pode ser considerada “uma actividade isolada ou isolável, antes deve relacionar-se com outras actividades e instrumentos, a

²⁵ Segundo dados da revisão anula de para 2000 do Plano Nacional de Emprego. Resolução do Conselho de Ministros nº81/2000 de 10 de Julho.

montante e a jusante, dos processos de inserção sócio-profissional.” (QUINTÃO e CUNHA;2000:100) Apesar da massificação, a formação não pode ser vista como um acto isolado, mas sim, tem que ser encarada e interiorizada como “uma actividade de um projecto mais amplo, cuja centralidade deve ser ponderada face às características dos problemas de inserção sócio-profissional.” (QUINTÃO e CUNHA;2000:101)

Sublinha Alfredo Bruto da Costa que, “quando é baixo o nível de qualificação, é alta a probabilidade de o trabalhador só conseguir emprego num sector onde os salários médios são comparativamente mais baixos.” (COSTA;1998:46-47)

Segundo Carlota Quintão e Lurdes Cunha “os processos de inserção sócio-profissional constituem uma temática complexa e multifacetada do ponto de vista da abordagem conceptual de que se revela a complexidade de dimensões/causas/factores inerentes a este tipo de processos, a heterogeneidade de situações e respostas individuais dos públicos desfavorecidos e as especificidades dos contextos territoriais e institucionais em que se desenvolvem este fenómenos.” (2000:97)

Neste sentido, um aumento das qualificações dos desempregados, pressuporá, também, um aumento das probabilidades de emprego e, cumulativamente, um reforço quer das competências profissionais, quer das competências sociais e pessoais.

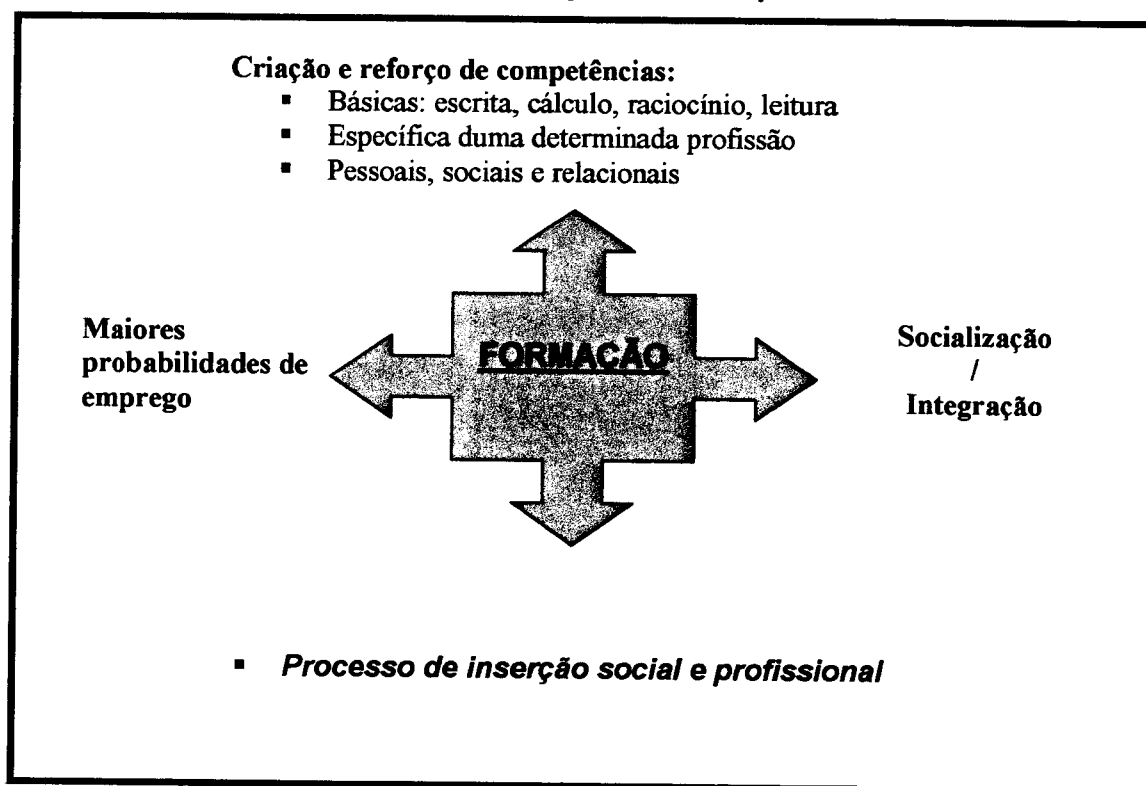
Nikolas Rose, citado por António Nóvoa no prefácio do livro de Marie-Christine Josso sublinha, reportando-se às questões do exercício da cidadania que “o novo cidadão deve implicar-se num trabalho incessante de formação e re-formação, de aquisição de capacidades e qualificações, de melhoria das suas certificações e de

preparação para um trabalho incessante de procura de emprego: a vida está a tornar-se uma contínua capitalização económica do *self*.” (2000:8)

Em face dos elementos teóricos até aqui referidos, bem como pela figura a seguir apresentada, o processo de qualificação ou de formação de pessoas é, certamente, um factor decisivo para um aumento das probabilidades ou até mesmo das oportunidades de emprego em determinadas áreas profissionais, rumo a um processo de reintegração social e profissional.

Figura 9

Processo de inserção social e profissional



A figura anteriormente apresentada, sugere uma forte complexidade entre a criação e reforço de competências e o processo de inserção social e profissional do indivíduo. Pelo quadro, podemos verificar que a um reforço de competências, poderá corresponder um aumento das probabilidades de emprego e, conseqüentemente, um processo de reinserção social e profissional do indivíduo.

2.3 A FORMAÇÃO PROFISSIONAL COMO ESTRATÉGIA DE “EMPOWERMENT”: UMA LÓGICA DE PARCERIA²⁶

As constantes mutações tecnológicas que se têm vindo a registar em diversos sectores de actividade, bem como o ritmo que está na sua base, torna desactualizado o que, num passado recente era considerado foco de modernidade.

Mesmo assim, Portugal, enquanto membro da União Europeia, ainda apresenta baixas taxas de produtividade, de rendimento per capita e sobretudo, mantém um défice de qualificação de recursos humanos considerável, entre outros factores que, directa ou indirectamente daí emergem.

A inversão (ou minimização) deste cenário passará forçosamente por uma estratégia de competitividade (apesar dos perigos que o termo pode suscitar), assente, em parte, numa lógica de qualificação de recursos humanos. A acontecer, esta estratégia de competitividade pressuporá uma redução do fosso económico e social que ainda impera em determinadas franjas da sociedade em

²⁶ A percepção da lógica de parceria é fundamental, na medida em que a mesma, sempre que operacionalizada, permite uma aproximação real do formando ao mundo do trabalho e, conseqüentemente um reforço de competências profissionais numa perspectiva real.

geral em determinados grupos em particular (desempregados, beneficiários do RMG²⁷, etc.).

O reforço das competências pessoais, profissionais e sociais (saber ser, estar, fazer e saber) dos recursos humanos deverá ser um factor nevrálgico para a diminuição deste fosso. Genericamente, este processo denominado em inglês como *empowerment*, pressupõe um aumento das competências e capacidades do indivíduo, grupo social, profissional ou até mesmo duma comunidade.

Quer o tecido social ou o empresarial é, inquestionavelmente, fruto duma acerbada complexificação e, conseqüentemente, necessidade de constantes adaptações às mutações suscitadas. Num outro lado do processo, ficam os grupos que se encontram em situação de pobreza ou de exclusão social que, por défice de competências várias, perdem as «carruagem» da complexificação.

Não basta dotar as pessoas de competências técnico-profissionais se, as restantes peças do puzzle não entrarem no jogo. Aqui, uma intervenção em parceria, de trabalho partilhado e de co-responsabilização de todos os actores sociais é fundamental para inverter a lógica de pobreza e exclusão social instalada em determinados grupos.

As redes de parceria, como, por exemplo, com associações de desenvolvimento local, autarquias, IPSS, entre outras, possibilitam em certa medida uma visão global do problema, em que todos partilham a mesma realidade, saberes e conhecimentos próprios, num só sentido: a pessoa.

²⁷ Utilizou-se a terminologia RMG (Rendimento Mínimo Garantido) pela sua fácil identificação. Contudo, a terminologia será substituída pelo RSI (Rendimento Social de Inserção).

A parceria, segundo Carlos Nunes, citando McDonough, pode ser vista como “um processo que envolve uma variedade de diferentes actores provenientes de uma variedade de sectores, que unem esforços com o objectivo de trabalhar em conjunto para alcançar um objectivo comum acordado (...) para produzir *outputs* que vão acrescentar valor à actual posição” (2000:27). Esta lógica de parceria não pode ser encarada numa perspectiva de manta de retalhos na qual, cada um procura dar o melhor ponto ao seu retalho. Deve, antes pelo contrário, ser encarada de forma aberta e virada para o exterior, como forma de garantir a mudança do estado inicial: *input*. Todos os parceiros deverão ter um sentido de visão e de compromisso para com a parceria em que estão envolvidos. Apesar de não existirem modelos certos ou errados sobre o trabalho em parceria, este pode ter resultados extremamente profícuos para a comunidade sócio-profissional.

Em contextos locais, as parcerias são um pilar fundamental para dar respostas específicas às necessidades locais sob a forma de reforço de competências dos actores locais, rumo a um desenvolvimento local, assente numa estratégia de *empowerment*.

O Estado, sem intervir de forma isolada, deve também ter um papel pro-activo na resolução dos problemas das comunidades e não vestir o papel de “inimigo (...) burocrático, corrupto e insensível às necessidades dos carenciados. Muitas vezes, está nas mãos de elites civis e militares que o consideram como se fosse propriedade sua” (FRIEDMANN;1996:7).

Esta questão do trabalho em parceria tem sido geradora de processos de inclusão, de norte a sul do país, em termos de desenvolvimento local. Digamos, o local, enquanto espaço onde tudo se passa, assume-se como um palco privilegiado para este tipo de actuação. Contudo, embora um desenvolvimento

alternativo²⁸ deva começar localmente, não pode terminar aí. Quer se queira quer não, o Estado continua a ser o parceiro principal, com fortes responsabilidades na mediação da relação do cidadão com a sociedade. Pode ser necessário que se preocupe mais com os carenciados e que ouça mais as suas reclamações. Mas, sem a colaboração do Estado, a totalidade dos pobres não pode melhorar significativamente. A acção de *empowerment* local necessita de um Estado forte (FRIEDMANN;1996) ou melhor, dum parceiro/mediador forte, isto porque, tal como refere José M: Henriques “os problemas nas localidades não são só problemas das localidades”(2000:16). Sublinha Roque Amaro, “o desenvolvimento local mostra a extraordinária diversidade de situações em que assenta a sociedade, em que assenta o quotidiano e em que têm que assentar respostas aos problemas e capacidades das pessoas”(1999:120). O desenvolvimento local é nos nossos dias um ponto essencial e central em matérias de luta contra a pobreza e exclusão social, bem como na criação de emprego.

Estas respostas, assentes nas capacidades das pessoas devem ter por base processos de *empowerment*, numa perspectiva de reforço das competências para inovar, criar, gerar algo de novo, quer seja num contexto empresarial, quer seja num outro qualquer ponto, o que importa é voltar a dar às pessoas a capacidade de sonhar e criar, e ultrapassarem o estado de «excluído» para o estado oposto, rumo a uma sociedade inclusiva em que, tal como refere Michael Walzer, citado por Friedmann, “o primeiro bem que distribuímos uns aos outros é a pertença a uma qualquer comunidade humana” (1996:11). Não basta incluir numa só dimensão. É imperioso a coexistência das várias dimensões, já anteriormente referidas. Reforça Friedmann que é “possível que os sectores desprovidos de poder sejam incluídos nos processos políticos e económicos e tenham os seus direitos de cidadania e o reconhecimento como

²⁸ Para o autor o desenvolvimento alternativo é “melhorar as condições de vida e de existência da maioria excluída em qualquer das escalas global, nacional ou mesmo regional.”(1996:39)

seres humanos”(1996:XI). Para tal, o recurso a processos de *empowerment* assume um papel fundamental e, acrescenta o autor: “se a pobreza é a condição de um relativo (*dis*)*empowerment* respeitante a um acesso dos grupos familiares a especificadas bases de poder social, então uma chave para a vitória sobre a pobreza das massas é o *empowerment* político e social dos pobres.” (1996:XII)

Não basta dar o peixe às pessoas. É preciso dar cana, ensinar a pescar e a “gerir” o pescado, sob a pena de não conseguirmos um processo de *empowerment*. É também fundamental um envolvimento dos grupos na construção e implementação dos seus projectos, assente numa metodologia de *empowerment*.

Os mecanismos tradicionais de combate à pobreza e à exclusão social, baseados em transferências financeiras para os beneficiários, tornaram-se obsoletos e desajustados. Apesar da importância que esta forma de “*intervir*”²⁹ representa, cada vez mais se solidifica o postulado de que a simples manutenção dos rendimentos por si só não permite ultrapassar estas questões da pobreza e da exclusão social. É preciso estimular a participação dos beneficiários das intervenções locais e reforçar as suas competências (*empowerment*) rumo à sua autonomia e ao exercício de uma cidadania activa.

É fundamental estimular a acção local como forma de mudança deste cenário e criar processos de desenvolvimento local. É preciso dar voz às populações e estimular o seu envolvimento em acções social e politicamente relevantes em detrimento de medidas populistas, assentes em “subsídios a populações urbanas para alimentos básicos, transportes públicos e habitações económicas. Medidas deste tipo não são no entanto, em si, *empowering*. Todo o genuíno e duradouro

²⁹ Esta forma de *intervir* suscita algumas interrogações pelo simples facto de não resolver mas, adiar o problema. Em analogia ao conhecido provérbio chinês, não se deverá dar o peixe mas sim, ensinar a pescar. Neste caso, a intervenção dever-se-á pautar por uma promoção de competências de várias ordens pessoais, sociais, profissionais, etc), em detrimento duma simples transferência financeira.

empowerment tem que envolver um processo de acção colectiva pelos próprios pobres.”(FRIEDMANN;1996:81)

A territorialização das intervenções, promovendo o desenvolvimento local, terá que ter por base uma visão multidimensional do problema ou seja, sob a forma de parceria alargada e activa.

O reconhecimento consciente sobre os problemas individuais e colectivos, o reconhecimento sobre as necessidades locais e de acção colectiva são benefícios que as comunidades locais podem retirar através de processos de *empowerment*. Todas as comunidades locais são detentoras de potencialidades e recursos da mais variada índole que, por vezes permanecem no oculto. Através do *empowerment* podemos, localmente, rumar no sentido de uma «emancipação» dos actores locais e de uma cidadania activa e, fazer desabrochar, todas essas capacidades e recursos que permanecem no oculto.

Esta mudança local que aqui se refere pressupõe um processo de mobilização colectiva em que a assunção da necessidade de mudar, por parte dos destinatários, tem um papel nevrálgico. Não basta criar medidas e soluções que não encaixam nas necessidades locais. É preciso definir estratégias que vão ao encontro do interesse das populações e das necessidades locais, como forma de atrair a sua participação dos mesmos. Estas questões da exclusão social e da luta contra a pobreza pressupõem, tal como consubstancia José M. Henriques “a iniciativa e auto-organização das comunidades locais na procura de soluções para os seus próprios problemas (...) envolvimento activo no controlo, mobilização e valorização de recursos locais para a resolução dos problemas” (2000:18). Este envolvimento activo das populações em prol da resolução dos seus problemas e consequente mobilização dos recursos locais é um caminho essencial e uma das grandes potencialidades para o processo de desenvolvimento local e,

consequentemente de *empowerment*. Com a concretização deste cenário, estaremos perante um acesso às oportunidades por parte dos grupos excluídos pois “o desenvolvimento local é o melhor contexto para um processo de *empowerment* e de inserção do indivíduo na comunidade” (AMARO;S/D:48).

3. INTEGRAÇÃO/INCLUSÃO/INSERÇÃO E EXCLUSÃO NAS SOCIEDADES MODERNAS

3.1 OS CONCEITOS

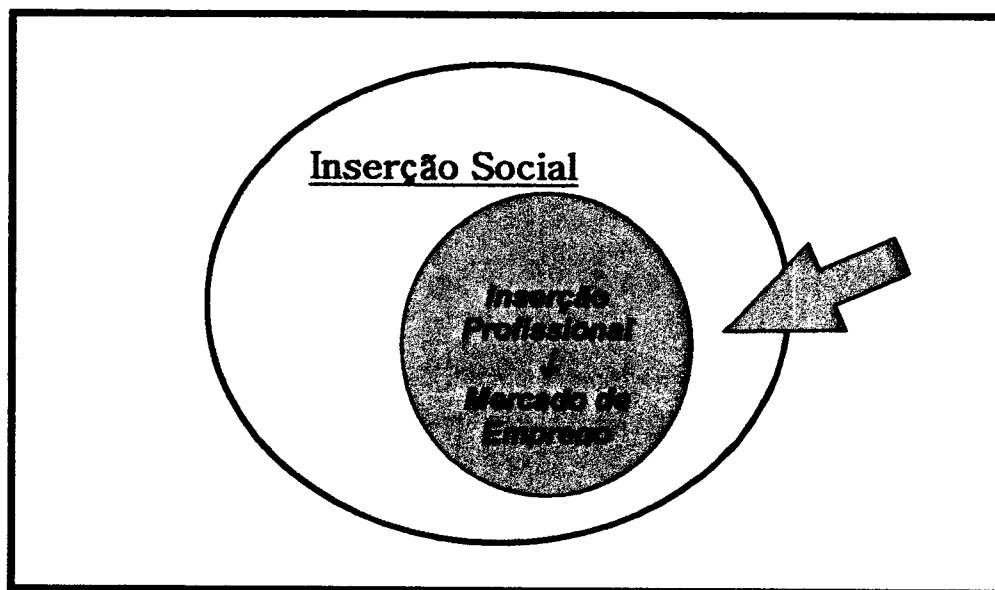
Etimologicamente, os conceitos «integração», «inclusão» e «inserção» apresentam uma raiz comum, inerente a um estado de “**estar incluído**” e “**estar dentro de...**”. No discurso corrente, sobre as questões da integração ou inserção de grupos, os termos fluem com muita frequência, sem por vezes se estabelecer uma relação analítica sobre o que cada um deles transporta consigo. É nesta perspectiva que aqui se traçam algumas considerações breves, inerentes ao sentido dos termos em causa.

Estar integrado não é apenas estar inserido num determinado contexto, pressupõe estar incluído no todo, ser aceite e assimilado pela sociedade a que pertence, independentemente dos traços pessoais (cor, etnia, idade, sexo, etc.) que o caracterizam.

A inserção remete-nos para o processo através do qual uma sociedade ou até mesmo instituição/organização elege para conseguir incluir nos seus sistemas indivíduos ou grupos que até aí se encontravam em situação de exclusão.

Existe, efectivamente, uma forte correlação entre os conceitos de inserção social e inserção profissional. O processo de inserção social diz respeito a um processo global e permanente através do qual o indivíduo/grupo assegura o seu vínculo à sociedade enquanto que, a inserção profissional é uma das componentes do processo de inserção social, conforme podemos compreender pelo esquema a seguir apresentado:

Figura 10
Inserção social e profissional



Contudo, o discurso sobre a “inserção” remete-nos para uma panóplia de “inserções”, todas elas inter-relacionadas com a inserção social e profissional.

Importa aqui também reforçar o peso da inserção económica, proveniente do emprego, do rendimento do trabalho e consequente possibilidade de poder de compra que, efectivamente, proporciona ao indivíduo o acesso a um conjunto de bens e serviços.

3.1.1 Integração/inclusão/inserção e exclusão nas sociedades modernas

Não restam dúvidas que as sociedades modernas se encontram em pleno estado de mutação e transformação a vários níveis: económico, social, cultural, tecnológico, etc. Face a esta realidade surgem alterações nas estruturas tradicionais de enquadramento social, gerando, consequentemente, novos

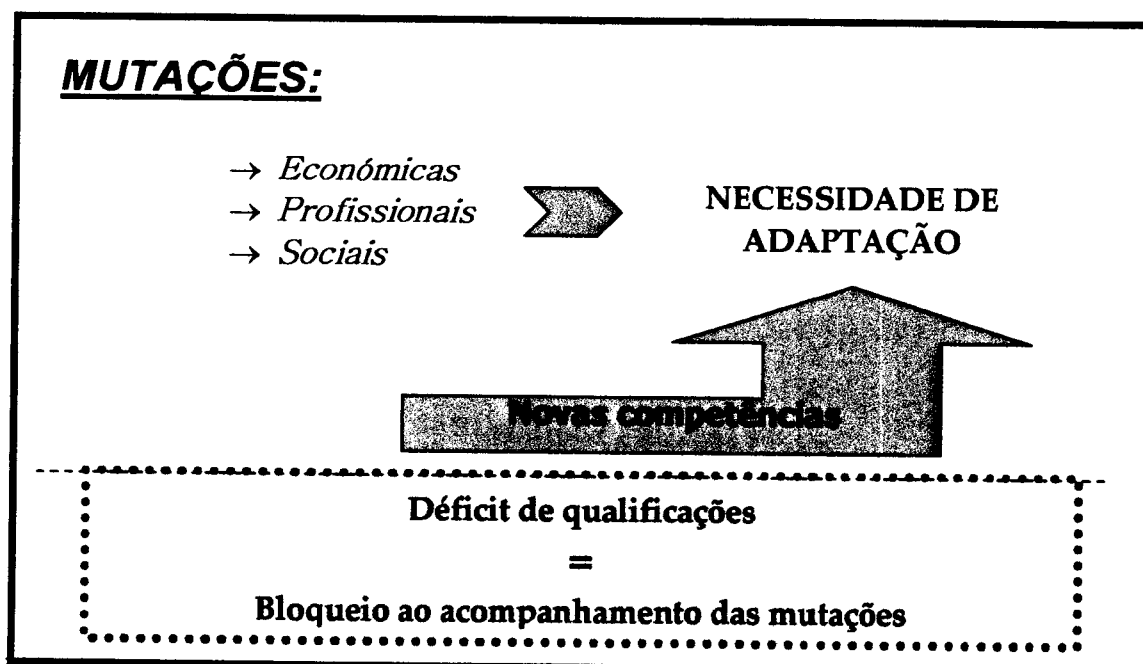
fenómenos sociais, entre os quais a exclusão social, que ocupa um lugar central quer, no discurso político, quer no discurso académico e científico.

Por outro lado também, as mutações económicas, decorrentes das alterações nos processos de organização das actividades ditas tradicionais, assentes, em grande parte na agricultura, vieram despoletar, também, a necessidade de se repensar o espaço gerado por esta dinâmica.

As constantes mutações tecnológicas, decorrentes da introdução do «elemento computador» reconduziram também a uma nova cultura, assente nas novas tecnologias da informação e comunicação. Surge a necessidade de organização de novos quadros mentais, rumo a uma reorganização da actividade sócio-económica:

Figura 11

As mutações e a necessidade de novas competências



Neste acompanhamento de alterações sócio-económicas e profissionais, os menos qualificados, acabam por ter menores probabilidades de o fazerem com sucesso pelo que, ganha sentido a matriz de reforço de competências, assente num processo de aprendizagem ao longo da vida.

Por oposição ao conceito de exclusão social, surgem os conceitos de inclusão social, integração social e inserção social.

Figura 12
Inclusão/integração e inserção

<i>Fazer parte de ... participar!</i>	<i>Inclusão social</i>	<i>Espaço...</i>
	<i>Integração social</i>	<i>Tempo...</i>
	<i>Inserção social</i>	<i>Contexto...</i>

Os conceitos de inclusão e exclusão têm um valor relativo, na medida em que estão condicionados a um espaço de referência, espaço este associado às relações económicas, contextos sociais, traços simbólicos ou até mesmo espaços geográficos.

Assim, no oposto da exclusão estará a integração social. O oposto do estado de integração é, para Ferreira et.al. (1995) a impossibilidade de participar nas organizações e instituições da sociedade:

- Instituições económicas: acesso ao emprego, profissão e consequente rendimento;
- Instituições políticas: direito a voto e à elegibilidade;

- Instituições escolares: educação e condições de sucesso;

- Não participação na relações sociais decorrentes de:
 - Associações desportivas e recreativas;
 - Vida familiar e conseqüente isolamento,
 - Relações de amizade

O trabalho e/ou o emprego assumem, nas sociedades modernas com factores de industrialização visíveis, um papel nuclear, assente em vários pilares. Ao nível do **primeiro pilar**, assegurar ao indivíduo um rendimento que lhe permite efectuar gastos em bens e serviços, que assim ficam ao seu dispor. Por outro lado, ao nível do **segundo pilar**, faculta ao indivíduo um estatuto social. Cumulativamente, permite também a aquisição permanente de competências de vária índole: profissionais, sociais, relacionais, etc. e, **por fim**, assume um papel de criação ou ampliação das redes de sociabilização do indivíduo.

A relação trabalho/inserção, independentemente das especificidades de cada situação, é fundamental para a integração do indivíduo. Segundo Alfredo Bruto da Costa, “precisamente por causa do papel da integração social inerente ao trabalho, um emprego, mesmo quando precário e com salário baixo, é preferível ao desemprego, mesmo quando lhe corresponde um subsídio de desemprego razoável.” COSTA; 1998:15)

Para Roque Amaro a erradicação da exclusão pressupõe um duplo processo de interacção positiva entre os excluídos e a sociedade a que pertencem e que assenta em dois caminhos “o dos indivíduos que se tomam cidadãos plenos; o da sociedade que permite e acolhe cidadania.” (2000:35) A este processo, denominado de integração e numa perspectiva sistémica, “permite considerar a

integração como um processo de interacção entre uma das partes e as outras partes de um todo e com este todo, assumindo essa interacção episódios de interdependência positiva (solidariedade), mas também de tensão e confronto (conflitualidade).” (AMARO;2000:35)

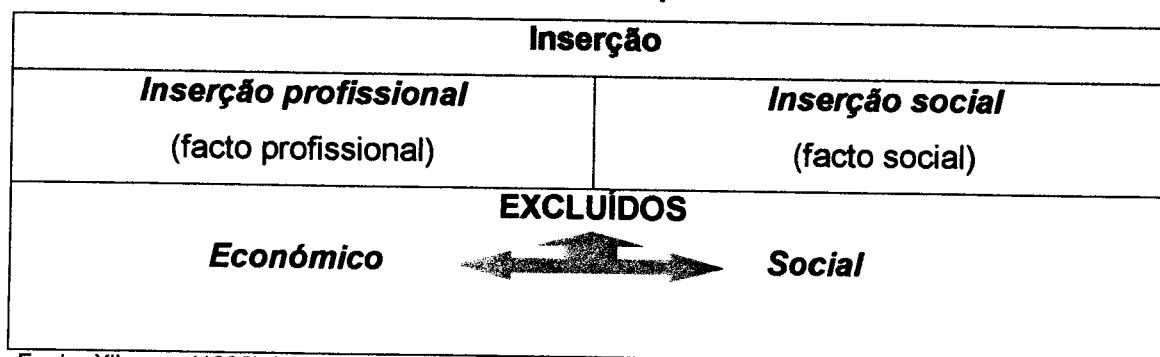
O processo de inserção profissional pressupõe também uma transição profissional, enquanto que, a **reinserção profissional tem como base indivíduos que já possuem experiência profissional**. Assim, “inserção e inclusão são assim duas faces de um processo (duplo) que é a integração.” (AMARO;2000:36)

Michel Vernières, citado por Oliveira Neves e Susana Graça (2000), reporta-se à inserção profissional como o processo através do qual os indivíduos que pertencem a uma população activa têm acesso ao sistema de emprego.

Inserção e reinserção estão associados ao factor tempo, desde a saída do sistema educativo no primeiro caso e, no segundo, desde o ultimo emprego. Em comum e, na base de ambas, coexiste um processo de transição profissional. Neste sentido, investigar um processo de reinserção implicará uma análise do processo de transição.

Figura 13

Inserção social e profissional



Fonte: Xiberras (1996) Adaptado

Para Martine Xiberras “a inserção profissional necessita de uma participação ou, pelo menos, de uma preparação do campo considerado: a sociedade económica.

Contudo, a inserção social necessita de uma preparação de diferentes instâncias sociais a considerar: sociedade familiar, doméstica, política, religiosa, etc., ou os quadros integradores, tal como são definidos pela tradição sociológica.” (XIBERRAS;1996.25)

3.2.INSERÇÃO SOCIAL: PERSPECTIVAS RUMO A UMA SOCIEDADE INCLUSIVA

O conceito de “sociedade inclusiva” não é recente. A sua génese remete-nos para a Organização das Nações Unidas que, em 1990, o apresentou e passou a utilizar nos seus documentos. Foi neste contexto que, a ONU, definiu como meta até 2010, rumar para uma sociedade inclusiva, ou seja, uma sociedade com todos e para todos.

O simples facto de incluir/integrar um indivíduo/grupo no mercado de emprego não é sinónimo de integração sócio profissional. Neste sentido, a delimitação do conceito é fundamental para a compreensão do processo de reintegração sócio-profissional.

A reflexão sobre os problemas de inserção social de grupos que se encontram excluídos do mercado de emprego remete-nos para factores de ordem material, bem como para as dinâmicas subjectivas e relacionais que frequentemente estão na base desta problemática. Neste sentido, esta reflexão pressupõe um enfoque para a multidimensionalidade da questão, tendo por base as realidades de nível

global das dinâmicas da sociedade e de nível local. (CAPUCHA;1998a; AMARO;2000).

Estar integrado é decisivo para beneficiar de um sentimento de pertença social que vincula o processo de integração/inclusão. Assim, é lícito afirmar que “se a pertença é o tesouro dos que têm a sorte de beneficiar dela, é a sepultura dos que, em cada vez maior número, não se inscrevem em qualquer percurso familiar estruturante.” (FITOUSSI et ROSANVALLON;1997:28)

Nas sociedades modernas a inclusão é a norma e a exclusão o desvio. Contudo, “as formas mais visíveis, ou mais chocantes, do processo de exclusão residem na rejeição para fora das representações normalizantes da sociedade onde o modelo dominante continua a ser o do «homo economicus» convém participar na troca material e simbólica generalizada (...) todos aqueles que recusam ou são incapazes de participar no mercado serão logo percebidos como excluídos (...) o desemprego sublinha a incapacidade de participar no mercado de produção.” (XIBERRAS;1986:28)

Neste jogo dos conceitos importa ter em conta que um processo de inserção profissional pressupõe uma aquisição de experiência profissional para ser qualificado, enquanto que a reinserção profissional pressupõe uma valorização da experiência adquirida anteriormente. Quer a inserção, quer a inclusão remetem-nos para a existência de um processo de transição profissional que culmina com uma colocação/estabilização no mercado de emprego.

Sobre este processo de transição, Oliveira Neves (2001) refere que este depende por um lado da situação do mercado de trabalho (com muitas ou poucas ofertas de emprego) e, por outro, do estado/posição do indivíduo (empregado/desempregado não qualificado). Sublinha também o autor, que as

estruturas produtivas regionais ou a situação regional do emprego influenciam o processo de inserção profissional em duas formas distintas: a situação do mercado de trabalho e, as características do tecido produtivo local.

3.2.1 A inserção sócio profissional

Nos nossos dias o trabalho funciona como um elemento central na coesão das sociedades industrializadas, na medida em que os trabalhadores dele dependem para auferirem o seu sustento e capacidades de trabalho/profissionais, mas, paralelamente, possibilitam o desenvolvimento do seu estatuto e interacções sociais com o contexto em que se inserem, rumo a projectos de vida e à sua realização pessoal e profissional na sociedade em que estão inseridos (NEVES e GRAÇA;2000).

Figura 14

Relação trabalho e inserção



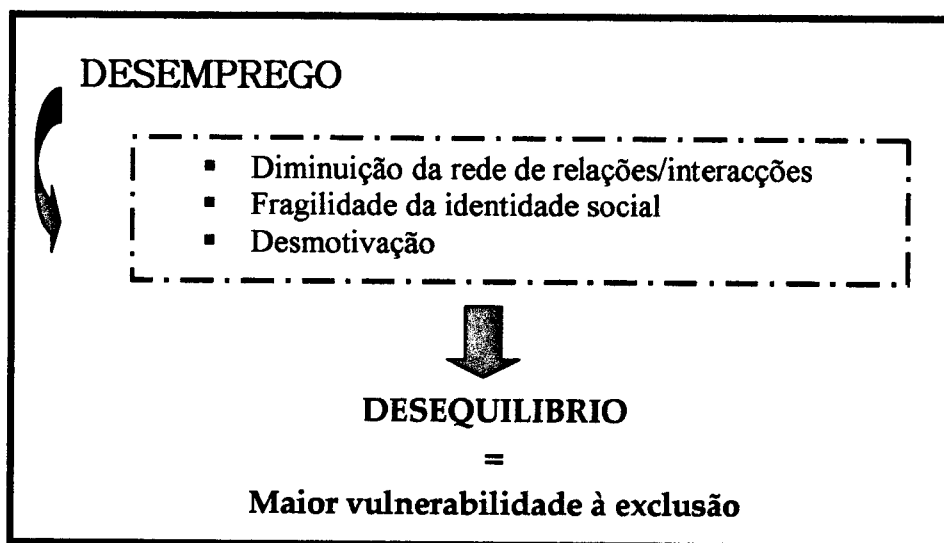
No lado oposto ao do trabalho, o «estado de desemprego» pressupõe uma consequente diminuição da rede de relações. “Se for desempregado, verá a sua rede de relações ainda mais limitada, perdendo, (...) uma parte significativa da sua identidade social e um dos principais mecanismos de integração social (o emprego).” (COSTA;1998:29)

Tal como consubstancia Luís Capucha, “a questão da integração social sobrepõe-se e antecede a da possível integração profissional. Quando estão criadas condições para o abandono de carreiras marginais, a reinserção social e profissional, para além das dificuldades criadas pelos estigmas de que são portadores os indivíduos pertencentes a estes grupos, exige a superação de problemas que passam pela ausência de qualificações profissionais e escolares, mas também dos que decorrem da necessidade de restabelecimento de laços sociais e da (re)aprendizagem da vida em sociedade.” (CAPUCHA;1998a:65)

Assim, a ausência dum emprego pressuporá, inquestionavelmente, uma diminuição das interações por parte dos indivíduos, com efeito nefastos ao nível das situações de exclusão social. Porém, quer a inserção social, quer a inserção profissional são factores que contribuem decisivamente para o equilíbrio sócio-profissional do indivíduo, sendo que, um indivíduo em “pleno estado de integração social” terá, mercê das redes que desenvolve, maiores facilidades em, rapidamente, ultrapassar a barreira da desintegração profissional.

Figura 15

Desequilíbrios resultantes do desemprego



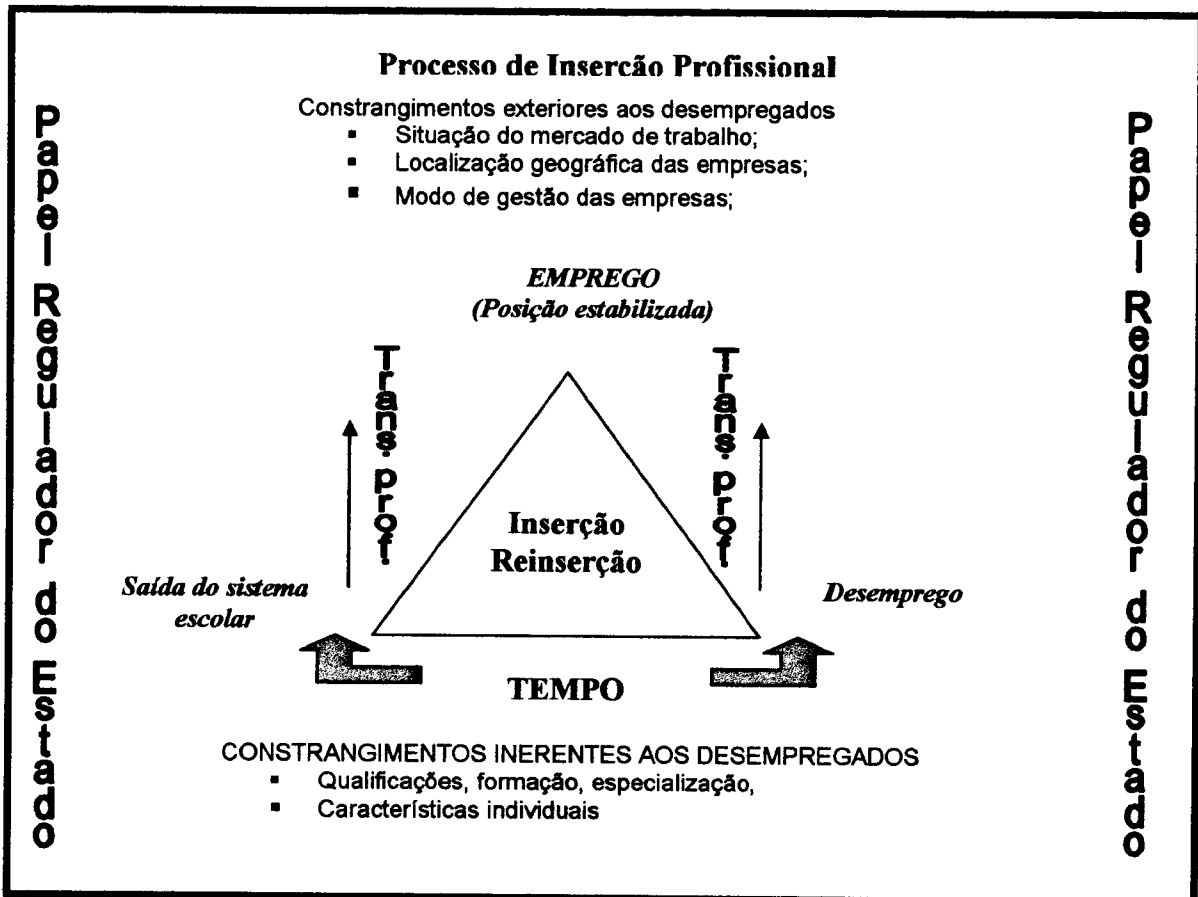
Assim, será lógico afirmar que o «factor emprego» assume um papel estruturante na inserção sócio-profissional dos indivíduos, na medida em que lhe possibilita uma panóplia de interacções e benefícios de várias ordens que, cumulativamente, contribuem para a inserção sócio-profissional do indivíduo. No lado oposto, a situação de «desemprego» tem efeitos extremamente nefastos na vida do indivíduo, potenciando, em certa forma, uma maior vulnerabilidade para a situação de exclusão social e profissional.

Na ausência do emprego, a formação profissional poderá funcionar como um veículo para a reintegração no mercado de trabalho, capacitando o indivíduo com competências que, posteriormente, poderão ser fundamentais para o seu regresso ao mercado de emprego, fornecendo-lhe, cumulativamente, uma maior segurança para encarar o seu futuro em termos sócio-profissionais.

O quadro seguinte reflecte alguns dos condicionalismos que podem funcionar como constrangimentos ao processo de inserção profissional.

Figura 16

Processo de inserção profissional



Fonte: A Oliveira das Neves e Susana Graça (coord.) "Inserção no mercado de trabalho de populações com especiais dificuldades": Cadernos de Emprego 21/22; 2000, pág.29

Neste quadro de constrangimentos, a promoção de competências decorrentes da frequência de acções de formação profissional pode funcionar como um mecanismo reintegrador do indivíduo no mercado de emprego.

3.3 A PROMOÇÃO DE COMPETÊNCIAS³⁰ COMO TRUNFO PARA UMA INSERÇÃO SÓCIO-PROFISSIONAL

Nos nossos dias o conceito de competência surge, com alguma frequência, associado ao de qualificação, sem que seja traçada uma reflexão epistemológica sobre o sentido de cada um. Também, por vezes, confunde-se o conceito de competência com o de qualificação. Contudo, competência e qualificação são faces da mesma moeda e inter-dependem uma da outra. Sem qualquer rigor teórico, poderemos dizer que um indivíduo tem muitas competências e não é qualificado e, vice-versa. Efectivamente, o conceito de qualificação reporta-se, como veremos, mais na perspectiva da aprendizagem profissional, a qual, inquestionavelmente produz saberes e aptidões fundamentalmente técnicas. Por outro lado, e sem estabelecer uma visão redutora, um processo de qualificação também é sinónimo de promoção de competências: profissionais, sociais e pessoais.

Com o fim de estabelecer as vicissitudes, semelhanças e diferenças entre os termos em causa, recuaremos à “*episteme*” dos conceitos.

O conceito de competência, cuja génese nos remete para as Ciências da Educação, é recente e pautado por uma complexidade acrescida. Segundo Claude Lévy-Leboyer, “não se adquirem competências sem a experiência da actividade, sem a experiência dos erros cometidos e que dominámos, sem a experiência da coordenação e integração de tudo o que integra esta «cozinha» de competências.” (1999:18-19)

³⁰ Genericamente entenda-se:

- Competência: capacidades/aptidões duma determinada pessoa para resolver determinado assunto, independentemente do seu teor;
- Qualificação: preparação específica para o exercício de qualquer tarefa/cargo.

Os conceitos de «competência» e de «qualificação» fluem com muita frequência no discurso quotidiano de técnicos e investigadores da área do emprego e da formação profissional.

O *Decreto-lei nº401/91*, de 16 de Outubro, refere que “as competências designam, por um lado, capacidades³¹ que constituem a extensão das anteriores aptidões e destrezas, ou seja, competências em sentido restrito, e, por outro, comportamentos necessários ao exercício profissional, isto é, competências em sentido amplo.” (IMAGINÁRIO;1991) O primeiro tipo de competências remete para as «competências profissionais» e o segundo para as «competências sociais».

Segundo Guggenheim, “a noção de competência é uma noção estreita que se limita ao saber-fazer e, eventualmente, ao saber-estar em situação de trabalho ou, por outras palavras, estar em actividade (também se podem ter competências lúdicas, desportivas, etc.). A competência corresponde à eficiência, ao domínio dos gestos e das situações.”(1999:196)

Por outro lado, para Le Boterf (1994) as competências são capacidades dos indivíduos para mobilizarem os conhecimentos que são necessários para a resolução de determinados problemas que lhes são colocados para o exercício duma actividade profissional e/ou social, num dado contexto.

Na base da distinção dos conceitos, prima o «social» e o «individual». Enquanto que “a qualificação é, de facto, um conceito social, a competência um conceito

³¹ Entenda-se por capacidades as aptidões, talentos, as qualidades para desempenhar determinada tarefa ou actividade.

individual. A qualificação reporta-se à partilha do produto social, a competência, à retribuição das capacidades individuais.” (GUGGENHEIM;1999:196)

Figura 17

Competências e qualificação



As exigências crescentes do mercado de trabalho e a necessidade de mão-de-obra cada vez mais qualificada obrigam e legitimam a operacionalização de uma panóplia de competências, quer sejam elas profissionais ou sociais/relacionais.

G.P. Bunk (1994), clarifica, através dum quadro comparativo, saber profissional/qualificação profissional e competência profissional:

Quadro 8

Saber profissional, qualificação profissional e competência profissional

Saber profissional, qualificação profissional e competência profissional			
	Saber profissional	Qualificação profissional	Competência profissional
Elementos de carácter profissional	Conhecimentos - Destrezas - Capacidades	- Conhecimentos - Destrezas - Capacidades	- Conhecimentos - Destrezas - Capacidades
Âmbito de acção	- Definido e fundamentado sobre cada profissão individual	- Flexibilidade de base profissional alargada	- Ambiente profissional envolvente e organização do trabalho
Natureza do trabalho	- Trabalho de execução de carácter vinculativo	- Trabalho de execução de carácter não vinculativo	- Trabalho de actuação livre
Grau de organização	- organizado por terceiros	- Autónomo	- Organização pelo próprio

Fonte: G.P. Bunk (1994) "Prestação de competências da formação profissional inicial e contínua na RFA"

Reforça também Bunk que: "possui competência profissional quem dispõe dos conhecimentos, destrezas e capacidades exigidas por uma profissão, sabe solucionar tarefas laborais com autonomia e flexibilidade e tem capacidade e disposição para participar de forma actuante no ambiente profissional que o envolve e no seio da organização do trabalho." (1994)

Como refere Luís Imaginário, "as relações entre competências e qualificações podem ser vistas como predominantemente de oposição ou como predominantemente de contiguidade, complementaridade ou continuidade." (1999:103) Acrescenta o autor, citando Fragnière, que, ao acentuarmos a

oposição entre competência e qualificação, constatamos que “as competências relevam do domínio da subjectividade – não existiram «competências objectivas», mas apenas «pessoas competentes» –, as qualificações relevam do domínio da objectividade – por isso apenas seriam «socialmente definíveis». (IMAGINÁRIO;1999:103).

Refere Bunk que “as qualificações profissionais compreendem, em primeiro lugar, todos os conhecimentos, destrezas e capacidades para a profissão individual, mas agora alargada á flexibilidade e autonomia numa base profissional ampla.” (1994:8) Assim, lícito será dizer que as qualificações habilitam o indivíduo para o exercício duma actividade profissional qualificada, na qual, o saber profissional e as qualificações profissionais são os conhecimentos e destrezas referentes ao exercício duma determinada actividade profissional.

Numa visão estreita, uma competência pode ser encarada como uma capacidade que seja passível de comprovação e que, por sua vez, permita a realização duma tarefa específica e em condições específicas. No caso dos sistemas de formação, “a oposição entre qualificações e competências resultará de se pressupor que, enquanto as qualificações são adquiridas, sempre e só, nas estruturas da formação inicial, onde são avaliadas, reconhecidas e certificadas por exames, as competências seriam adquiridas no exterior dessas estruturas, através da experiência e praticamente excluídas, pelo menos, de tal certificação.” (IMAGINÁRIO;1999:103).

Luís Imaginário, tendo por base a noção de competência da cultura francesa e, citando Le Boterf (1994), reporta-se à competência como um “saber agir socialmente reconhecido e conseqüentemente articulado com um sistema de valores.” (1999:104). Esta perspectiva boterfiana assenta num postulado essencialmente de «saber agir reconhecido».

As competências podem apresentar vários níveis:

- **Competências de base:** relacionadas à cultura geral, expressão oral e escrita, raciocínio e cálculo, à capacidade de compreensão e crítica;
- **Competências profissionais:** conjuntos de saberes que possibilitam o exercício **duma determinada profissão;**
- **Competências instrumentais, cognitivas e relacionais:** relacionadas com os saberes técnico e capacidade de pensar e agir;
- **Competências sociais: de carácter pessoal, relacional e organizacionais.** Estão relacionadas com os aspectos do saber-ser, saber-ser com os outros e saber fazer com o sistema. (Adaptado/Inofo)

Para além deste quadro de competências, Bunk, apresenta uma tipologia, quadripartida, assente nas competências técnicas, competências metódicas, competências sociais e competências participativas:

Quadro 9

Conteúdos das competências

Conteúdos das competências			
Competência técnica <i>- continuidade-</i>	Competência metódica <i>-flexibilidade-</i>	Competência social <i>-sociabilidade-</i>	Competência participativa <i>-iniciativas-</i>
<i>Conhecimentos, destrezas, capacidades</i>	<i>Processos</i>	<i>Comportamentos</i>	<i>Iniciativas</i>
Extravasando a profissão, relacionados com a profissão de aprofundamento sobre a profissão, relacionados com a empresa, relacionados com a experiência.	Processos de trabalho variáveis, processos de solução perante situações, processos de solução de problemas, pensamento e trabalho, planeamento, realização e controlo autónomos, capacidade de reorganização.	Individuais Brio, mobilidade, capacidade de adaptação, disposto a entrar em acção Inter-humanas Disposto a cooperar, sentido de justiça, honestidade, presteza, espírito de equipa	<ul style="list-style-type: none"> ○ Capacidade de coordenação, ○ Capacidade de organização, ○ Capacidade de combinação, ○ Capacidade de persuasão, ○ Capacidade de decisão, ○ Sentido de responsabilidade, ○ Capacidade de chefia
Competências da acção			

Fonte: G.P. Bunk (1994) "Prestação de competências da formação profissional inicial e contínua na RFA"

Com base neste quadro, relativo ao conteúdo das competências, Bunk (1994), refere que:

- É detentor de **competências técnicas** todo o indivíduo que, de forma competente e profissional tem o domínio dos conhecimentos e destrezas necessárias para o exercício de determinado trabalho;

- Um indivíduo possui **competências metódicas** quando reage correctamente a eventuais desvios que possam ocorrer em determinadas tarefas profissionais, procurando soluções sensatas para o mesmo;
- A **competência social** reporta-se aos indivíduos que procuram cooperar com os outros, numa base de comportamento comunitário e de compreensão ao nível das relações humanas;
- A **competência participativa** está inerente aos indivíduos que conseguem co-organizar construtivamente, quer o seu posto de trabalho, quer o ambiente de trabalho que os envolve, ao nível da organização, cooperação e decisão actuante e assunção de responsabilidades.
- Por último, a **competência de acção** resulta da integração das quatro competências anteriormente referidas.

A promoção de competências assume um papel fundamental para a integração sócio-profissional.

Segundo o autor, “deve procurar-se a integração das competências em termos técnicos, metodológicos e sociais e de participação no sentido de uma competência de acção profissional. O respectivo processo de transmissão de conhecimentos começa no primeiro dia de formação profissional e termina com a passagem à reforma.” (BUNK;1994:149

Sobre a promoção e reforço de competências dos indivíduos, tal como já referimos atrás neste enquadramento teórico, Roque Amaro (2000) apresenta também um quadro de seis competências essenciais que funcionam como mecanismos desencadeadoras dos processos de inclusão junto dos indivíduos:

- **Competências do SER:** a promoção de competências pessoais ao nível da auto-estima, dignidade e auto-reconhecimento;
- **Competências do ESTAR:** assente em competências de nível social e/ou comunitárias, ao nível do desenvolvimento do processo de interacção social (redes de vizinhança, família, etc.);
- **Competências do FAZER:** de nível profissional, designadamente ao nível das qualificações e saber-fazer;
- **Competências do CRIAR:** de gerar iniciativas, operacionalizar projectos, “concretizar sonhos” – competências empresariais;
- **Competências do SABER:** ao nível das competências informativas das aprendizagens quer formais ou informais;
- **Competências do TER:** assentes em competências aquisitivas, traduzidas no acesso a bens e serviços.

Conclui o autor que “para que as oportunidades se tornem acessíveis, do lado do percurso de inserção, é fundamental valorizar e reforçar competências e capacidades económicas dos indivíduos e famílias desfavorecidas (nomeadamente ao nível do FAZER, do CRIAR e do TER), [entre outros factores], através de acções diversas de formação e qualificação profissional.” (AMARO;2000:37)

Pelos factores aqui traçados, os conceitos «competência» e «qualificação» são fundamentais em qualquer processo formativo, como veículos fundamentais e

facilitadores do processo de inserção do indivíduo pois, através do processo formativo o indivíduo adquire qualificações profissionais e, também, adquire competências de várias ordens.

Neste sentido, é fundamental a distinção entre os conceitos, de forma a evidenciar as características que os tornam distintos e, sobretudo a forma como ambos estão presentes no mesmo processo. A frequência de uma acção de formação profissional, no caso concreto, por parte de um desempregado de longa duração.

Em suma, a processos de exclusão e de pobreza dos desempregados de longa duração, a frequência de uma acção de formação profissional poderá ser um factor de reinserção do indivíduo no mercado de emprego. Neste processo, influirão certamente, as competências adquiridas durante o percurso formativo.

Contudo, o processo anteriormente referido, não é taxativo e de uma linearidade tão acentuada, na medida em que, tal como já referimos neste enquadramento teórico, no processo de reinserção influem factores de várias ordens: pessoais, sociais e económicos.

II Parte

4. CONTEXTUALIZAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO³²

A realização dum trabalho de investigação, independentemente da sua tipologia, pressupõe sempre a definição dum tema por parte do investigador, de tal forma que “não pode falar-se de verdadeira investigação científica em sentido estrito, se faltar a etapa (escolha do tema), uma vez que esta exige como elemento essencial o proceder de forma sistemática e metódica no estudo de um problema específico previamente escolhido” (BRAVO;1976:14).

Para além de exprimir de forma clara o assunto que vai ser alvo de investigação, a definição do tema, tal como afirma Sierra Bravo, permite também servir de orientação à investigação, bem como para a formulação de hipóteses (BRAVO;1976).

Quanto ao tema ele é sobretudo o assunto que se deseja provar ou desenvolver (LAKATOS et all.1989). Afirmam as autoras que quando se define qual o tema da investigação, devem ser tidos em conta factores internos e externos. Relativamente aos factores internos reportam-se às aptidões e tendências do investigador; ao seu *background* e ao “encontrar um objecto que mereça ser investigado” (1989:46). Sobre os factores externos, consideram a disponibilidade de tempo para desenvolver a pesquisa, a existência de bibliografia e, por ultimo a possibilidade de contactar com especialistas para encaminhamento/orientação ao nível da documentação e consequente interpretação da mesma.

³² A definição dos passos a seguir numa investigação não obedece a um caminho standard. Nesta dissertação primeiramente é apresentada a CONTEXTUALIZAÇÃO da mesma, no sentido de enquadrar o autor e o leitor sobre o que se pretende “descobrir” e só, posteriormente é apresentada a METODOLOGIA ou seja, os passos dados para o “como descobrir”. Esta opção assenta sobretudo nalgumas das leituras feitas sobre a questão da investigação em Ciências Sociais e também em discussões geradas no decurso da componente curricular do mestrado.

Em vez de tema, Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt dão ênfase à pergunta de partida, na qual “o investigador tenda exprimir o mais exactamente possível o que procura saber, elucidar, compreender melhor” (QUIVY;1992:30)

Apesar de algumas nuances, mesmo sem serem muito significativas, existentes entre os autores, a definição do tema é uma etapa crucial que possibilita o carreamento da investigação. Assim, o tema desta investigação é:

“A formação profissional como estratégia para a reinserção de desempregados de longa duração: contributos para uma compreensão dos fenómenos de pobreza e exclusão social. Um estudo de caso.”

4.1 PERGUNTA DE INVESTIGAÇÃO

O fluxo de formados que anualmente frequentam acções de formação profissional, independentemente dos operadores que a promovem, dá-nos uma visão empírica de que, muita formação se faz pelos diversos cantos do país.

O problema, actualmente, não será certamente o da quantidade, mas sim da qualidade da formação que, impulsionada pelos fundos comunitários, se tem desenvolvido significativamente desde o I Quadro Comunitário de Apoio.

No cerne da questão está também uma interrogação: *formar quem? E para quê?* Estas são, inquestionavelmente, duas pequenas interrogações que carecem duma fundamentação analítica profunda. Por outro lado, o “ainda” déficit de

qualificações que a população portuguesa apresenta, sobretudo ao nível da baixa escolaridade, associado a períodos de desemprego mais ou menos prolongados, pode, em certa medida, ser mais um constrangimento na política de qualificação de recursos humanos.

É nesta perspectiva analítica que, surge a presente pergunta de investigação que, sem ter a pretensão de criar um tratado sobre a reintegração dos desempregados de longa duração no mercado de emprego, carrega-se numa perspectiva local e analítica, ao nível da compreensão de que forma é que a formação profissional pode ser um veículo para a reinserção dos desempregados de longa duração, indivíduos estes cuja situação sócio-económica pode ser tipificada como em risco ou em situação de exclusão social e de pobreza. É neste contexto que se construiu a pergunta de investigação, a seguir apresentada:

“A frequência dum acção de formação profissional por parte dum desempregado de longa duração facilita a sua reinserção no mercado de emprego?”

4.2 OBJECTO DE INVESTIGAÇÃO

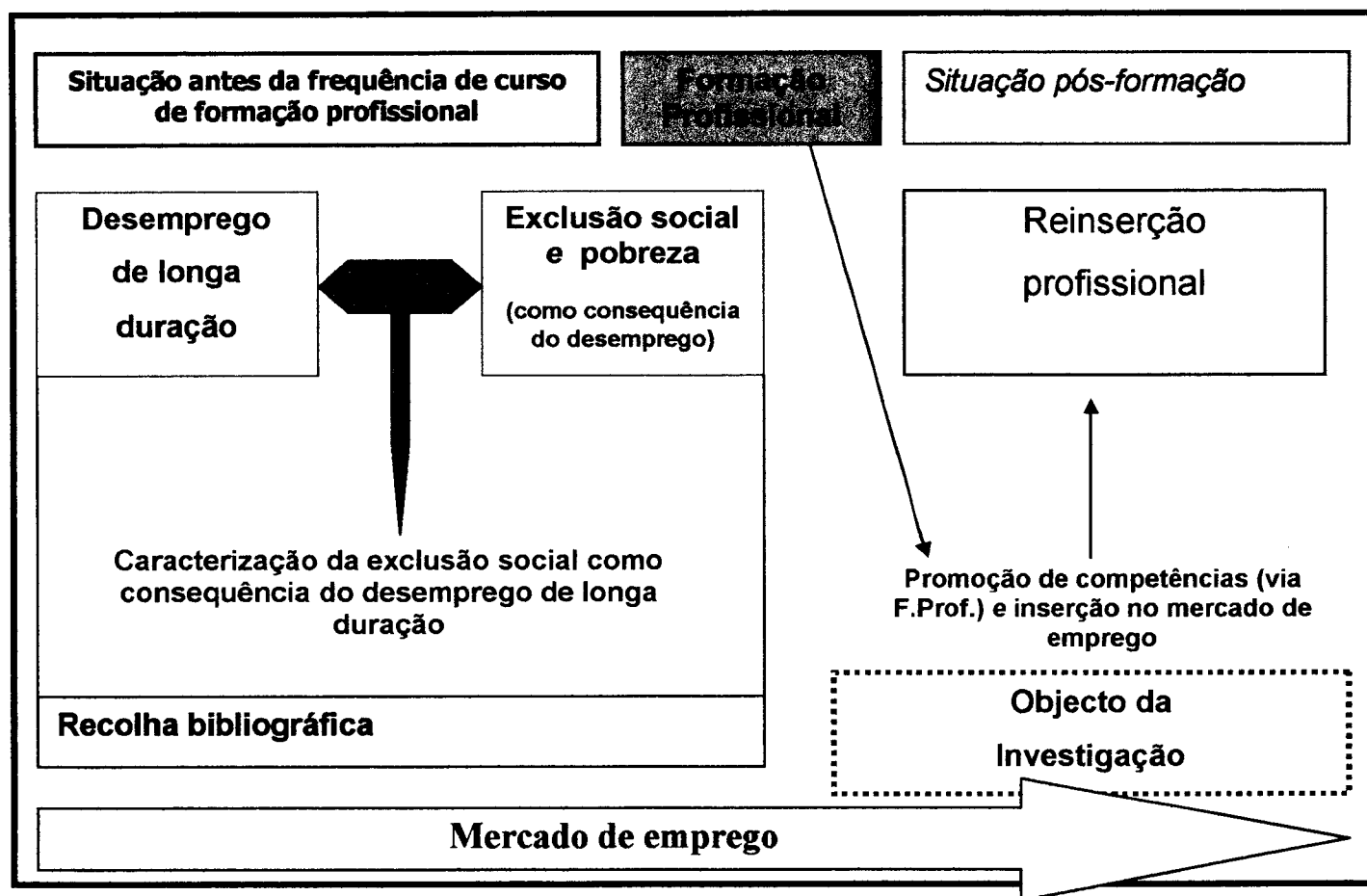
Para a prossecução da pergunta de investigação, a delimitação do objecto da investigação foi uma etapa fundamental em todo o processo, na medida em que possibilitou a compreensão dos “elementos” que estão no centro do que se quer conhecer, isto é, o que se pretende investigar.

Nesta investigação, o objecto, encontra-se interdependente entre dois pontos:

- (i) Estratégias de formação, promoção de competências e inserção no mercado de emprego – (RESULTADO);**
- (ii) Exclusão social ↔ reinserção sócio-profissional – (PROCESSO)**

O esquema a seguir indicado, traduz objectiva e sucintamente, todo o caminho a seguir nesta investigação, com principal enfoque para o objecto da investigação ou seja, a reintegração no mercado de emprego por parte de desempregado de longa duração que, por influência da formação profissional, se encontravam, à data da realização das entrevistas (Abril a Julho de 2002), empregados em instituições da área de formação³³.

Figura 18
Estrutura da investigação



³³ Foram entrevistados ex-formandos que frequentaram acções de formação de Geriatria, com duração igual ou superior a nove meses e que se encontravam empregados em instituições da área.

4.2.1 Objectivos

A definição de objectivos, em qualquer trabalho académico e/ou científico é uma etapa fundamental, na medida em que permite ao investigador perceber qual o caminho pelo qual deve seguir, clarificando, definindo e orientando, de forma decisiva para a prossecução da investigação. Face a tal, a definição dos objectivos permite uma clarificação sustentada do trabalho a desenvolver, estabelece também uma orientação do mesmo e, sobretudo, permite uma rentabilização do esforço do investigador, mercê de ter exactamente definido o que quer investigar.

Os objectivos desta investigação são:

4.2.1.1 Objectivo geral

- Perceber de forma mais aprofundada quais os contributos que a formação profissional proporciona aos DLD's ao nível da sua reinserção no mercado de emprego.

4.2.1.2 Objectivos específicos

- Identificar os motivos que levaram à saída do mercado de emprego dos desempregados de longa duração;
- Identificar os factores que caracterizam os percursos de exclusão social dos desempregados de longa duração.
- Conhecer quais as competências que adquiridas por via da formação profissional mais contribuem para a inserção no mercado de emprego;

- ✿ Perceber de que forma a inserção no mercado de emprego por parte dum DLD é condicionada pela frequência duma acção de formação profissional;

5. METODOLOGIA

O processo de construção da metodologia adoptada nesta dissertação resultou de toda a reflexão teórica sobre a temática que foi efectuada nos dois anos transactos e sobretudo para responder aos objectivos da presente dissertação que, essencialmente, assentam numa óptica compreensiva do fenómeno.

Relativamente à metodologia, explica QUIVY, esta “é o prolongamento da problemática e do modelo de análise, articulando de forma operacional os marcos, as pistas, que serão finalmente retidos para orientar o trabalho de observação e de análise.” (1992:151). A metodologia confere também, à investigação uma linha condutora, inteligível e coesa, a qual se desenvolve, permitindo relacionar as questões a investigar com os dados observados e compará-los com as referências bibliográficas existentes.

A pertinência do estudo, conjugada com os objectivos da investigação e sobretudo, a necessidade de compreensão e aprofundamento do processo que conduz à reinserção dos desempregados de longa duração no mercado de emprego foram, sem dúvida, factores preponderantes e decisivos para a opção metodológica adoptada.

A pertinência desta etapa, relativa à escolha da metodologia, é fundamental em todo e qualquer processo de investigação científica. Contudo, a metodologia apresentada não tem a pretensão de primor mas, centra-se fundamentalmente nos objectivos de compreensão e aprofundamento da pergunta de investigação, que se encontra na base desta dissertação.

5.1 NATUREZA DO ESTUDO

O estudo a desenvolver, de carácter exploratório, enquadra-se essencialmente numa perspectiva de carácter qualitativo, na medida em que se pretende a compreensão dum fenómeno e não fazer generalizações sobre o mesmo, procurando sobretudo compreender de que forma a formação profissional contribuiu para reinserção de indivíduos em situação de exclusão social no mercado de emprego, numa determinada área profissional: Geriatria

Correspondendo, embora, ao mais simples nível de investigação descritiva, não dispensa, contudo, uma análise do real, condição essencial para a compreensão do fenómeno em estudo. Contudo, a mera descrição, pouco nos serve, se não proporcionarmos um sentido aos dados recolhidos. (FORMARIER e POIRIER;1994)

Esta opção por uma abordagem de carácter qualitativo prende-se, sobretudo, pela natureza do que se pretende saber. Parse defende que na investigação qualitativa “as descrições dos sujeitos são estudadas para expor o significado das experiências humanas.” (1985:3) Ludke e André (1986), citando Bogdon e Biklen, referem que a pesquisa qualitativa envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contacto directo do pesquisador com a situação estudada, valorizando mais o processo do que o produto e preocupando-se em retractor a perspectiva dos actores.

Por outro lado, refere Teresa Haguette, as metodologias qualitativas fornecem “uma compreensão profunda de certos fenómenos sociais apoiados no pressuposto da maior relevância do aspecto subjectivo da acção social face à configuração das estruturas sociais.” (1990:55)

Christian Maroy refere também que as análises qualitativas são particularmente indutivas, principalmente quando os investigadores “encaram a análise qualitativa numa lógica exploratória, como um meio de descoberta e de construção de um esquema teórico de inteligibilidade, e não tanto numa óptica de verificação ou de teste de uma teoria ou de hipóteses preexistentes.” (1997:117)

Ocupando-se da questão da validade dos estudos qualitativos, Leininger, citada por Magão, indica referindo-se esta “à obtenção de conhecimento e compreensão da verdadeira natureza, essência, significado, atributos e características de um fenómeno particular sob o estudo.” A “medida”, diz-nos a autora, “não é finalidade, mas antes conhecer e compreender o fenómeno.” (1992;65)

Esta investigação assenta sobretudo na metodologia de **estudo de caso** sobre o processo de reintegração de ex-formandos no mercado de emprego sem ter a pretensão académica e científica de criar uma teoria explicativa e acabada sobre o tema. A intenção é apenas estudar o CASO concreto. Por outro lado, é também “uma oportunidade para estudar, de forma mais ou menos aprofundada, um determinado aspecto de um problema em pouco tempo” (BELL;1997:22). Uma vantagem em desenvolver este estudo de caso é que permite “a possibilidade de se concentrar num caso específico ou situação e de identificar, ou tentar identificar, os diversos processos interactivos em curso” (BELL;1997:23).

Em face dos objectivos da presente investigação, o recurso ao paradigma de carácter essencialmente qualitativo, ganha enfoque na medida em que:

- Se pretende aumentar o entendimento e a compreensão sobre a reintegração de formandos no mercado de emprego;

- Construir uma descrição pormenorizada do processo de reintegração no mercado de emprego;

Em face dos objectivos da investigação, a metodologia do estudo de caso é que melhor responde à necessidade de compreensão do processo de reinserção dos desempregados de longa duração no mercado de emprego.

5.1.1 Porquê dum estudo de caso: discussão

A definição da estratégia de pesquisa num processo de investigação é o factor mais complexo e, certamente decisivo, para a prossecução dos objectivos do trabalho a desenvolver. Certamente que a discussão entre paradigma qualitativo e quantitativo está distante de ser consensual, na medida em que, cada investigador poderá optar pela técnica que mais se adequa aos objectivos da sua investigação e não poderá ter a pretensão de ter a opção perfeita.

As questões da reintegração no mercado de emprego surgem, frequentemente associadas a estatísticas sobre a colocação ou seja, quantas pessoas foram colocadas em determinada organização, num dado período de tempo. Evidentemente que, essas estatísticas são fundamentais e permitem, de forma objectiva saber quantas pessoas transitaram da situação de desemprego para a de emprego e vice-versa.

Contudo, fogem-nos ao nosso óculo as questões eventualmente terão influenciado essa colocação isto é, que factores estiveram na sua influência? Faltam respostas ao Como? e ao Porquê?.

Face a tal incógnita, as razões da opção pela metodologia do estudo de caso centram-se sobretudo na necessidade de desenvolver uma compreensão da relação exclusão/reinserção no mercado de emprego, numa perspectiva de:

- *Análise em profundidade e estudo intensivo;*
- *Explicação sistemática dos factos investigados;*
- *Informação qualitativa resultante de entrevistas.*

A perspectiva descritiva e analítica que pauta um estudo de caso são fundamentais para se chegar a tal compreensão do fenómeno, através do recurso a uma lógica de descoberta.

Perante estes pressupostos, a opção foi pela realização dum estudo de caso, numa perspectiva de compreensão e descrição do fenómeno, sem ter qualquer pretensão para a generalização. Este estudo vale por si e pelas conclusões aqui apresentadas.

5.2 DELIMITAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO

5.2.1 – Critérios para selecção da amostra

Em pesquisas de carácter essencialmente qualitativo, a questão da representatividade da amostra é desprovida de significado pois, não se pretendendo extrapolar para o universo, mas sim compreender as vivências dos indivíduos ou seja, a questão da representatividade, no sentido estatístico do termo, não se coloca. Magão (1992), citando Leininger, afirma que a metodologia qualitativa se situa na qualidade, ou seja, na natureza, significado, atributos e na essência do fenómeno, enquanto a metodologia quantitativa se centra na

quantidade de fenómenos. Nos estudos qualitativos, referem Ludke e André (1996), constitui especial atenção do investigador o “significado” que os indivíduos dão às coisas e à sua vida, aos objectos do estudo.

Bogdan e Biklen (1994), referem que, na investigação qualitativa, o número de sujeitos do estudo depende do que se quer saber, da finalidade da investigação, pelo que se devem seleccionar casos ricos de informação. Assim, dependendo do objectivo e do detalhe pretendido, a maior parte dos estudos são concretizados com pequenas amostras.

Uma regra prática defendida por Parse (1985), Bogdan e Biklen (1994), para avaliar a adequação do número de sujeitos da amostra é a da saturação de dados ou redundância. Bogdan define esta adequação (o número de sujeitos adequado) como “o ponto a partir do qual a aquisição de informação se torna redundante.” (1994;96)

Assim, pretendendo atingir a adequação e saturação proposta por Parse, Bogdan e Biklen, foram seleccionados e entrevistados indivíduos que garantissem as seguintes condições:

- I. Se encontrassem em situação de desemprego de longa duração antes da frequência do curso de geriatria;
- II. Se encontrassem a trabalhar na área em que fizeram formação profissional.

5.2.2 – Pilares de delimitação

A presente investigação encontra-se delimitada através de três pilares fundamentais:

Delimitação geográfica – Alandroal, Reguengos de Monsaraz e Vendas Novas³⁴

Delimitação cronológica – Referente aos anos de 2000 e 2001, durante os quais os inquiridos fizeram formação de Auxiliares de Geriatria e encontravam-se integrados em instituições particulares de solidariedade social, nas localidades de Alandroal, Reguengos de Monsaraz e Vendas Novas.

Universo – indivíduos com qualificação profissional de nível II da União Europeia e no âmbito da Geriatria em número de 11 formandos.

5.2.3 Justificação do universo em estudo

Tal como já foi mencionado, foram realizadas onze entrevistas a formandos que se encontram empregados na área sectorial em que fizeram formação profissional. Foi elaborado um inventário de instituições que tinham funcionários que, respondiam às necessidades do estudo. A partir daqui, realizaram-se entrevistas a esses ex-formandos. A partir do momento que se começou a atingir uma saturação das respostas, ou seja, uma repetição e semelhança das mesmas, deu-se por encerrado o processo de entrevista.

³⁴ Através da metodologia de sinalização de ex-formandos referida no ponto 5.2.2 foram identificados vários concelhos com instituições que preenchiam os objectivos da presente dissertação. Contudo, a partir do momento que se começou a atingir a saturação da informação, não se avançou para outros concelhos. Por outro lado, o facto de conhecer os concelhos em causa também influenciou a sua escolha.

Assim, primeiramente as entrevistas decorreram no Alandroal, seguidamente em Vendas Novas e, por ultimo em Reguengos de Monsaraz.

5.2.4 Procedimentos utilizados para sinalização dos formandos

O processo de sinalização de formandos em situação de desemprego de longa duração obedeceu às etapas que se passam a identificar:

- I. Foi estabelecido um contacto telefónico inicial com aos responsáveis técnicos das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) do concelhos em causa, no sentido de saber se se encontravam a trabalhar na instituição indivíduos que tivessem frequentado acções de formação profissional, no âmbito da Geriatria, nos anos de 2000 e 2001.
- II. Seguidamente, foi encetado um segundo contacto, de carácter pessoal, com os ex-formandos, no sentido de saber «quanto tempo tiveram desempregados, antes da frequência da acção de formação de Geriatria».
- III. Na sequência da etapa anterior, resultou um levantamento sobre os formandos que, antes da frequência da acção de Geriatria, sem encontravam desempregado há pelo menos um ano, situação esta, tal como já referimos, os enquadra na tipologia de desempregados de longa duração.

IV. Nesta fase de sinalização, foi explicitado aos indivíduos os objectivos da investigação, bem como se se encontravam disponíveis para o efeitos.

V. Todos os casos manifestaram total disponibilidade para colaborar:

Quadro 10
Casos entrevistados

Local da IPSS	Número de DLD,s
<i>Alandroal</i>	<i>4 Casos</i>
<i>Reguengos de Monsaraz</i>	<i>4 Casos</i>
<i>Vendas Novas</i>	<i>3 Casos</i>

5.3 CONTRUÇÃO DO MODELO DE ANÁLISE

A construção do modelo de análise no processo de investigação assume-se como um momento fulcral e que “constitui a charneira entre a problemática fixada pelo investigador, por um lado, e o seu trabalho de elucidação sobre um campo de análise forçosamente restrito e preciso, por outro.” (QUIVY e CAMPENHOUDT;1992:109). Referem porém os autores que, o modelo de análise “é o prolongamento natural da problemática, articulando de forma operacional as marcas e pistas que serão facilmente remetidas para orientar o trabalho de observação e análise. É composto por conceitos e hipóteses estreitamente articuladas entre si para, em conjunto, formar um quadro de análise coerente.” (QUIVY e CAMPENHOUDT;1992:109)

Ainda segundo os autores referidos anteriormente, qualquer investigação é uma experiência nova que, por si, procura um caminho próprio, cuja escolha se encontra associada a vários critérios, tal como a pergunta de partida, a formação do investigador, os meios de que dispõe e até mesmo o contexto institucional em que se encontra inserido.

O modelo de análise é, em qualquer investigação, uma etapa essencial que deve responder aos objectivos da mesma. Contudo, a inexistência de modelos de análise completos e acabados, deixa sempre algo em aberto.



O modelo de análise adoptado para esta investigação, resulta da reflexão que foi feita em torno da bibliografia recolhida e, em articulação com a pergunta de partida e os objectivos da investigação.

O cerne deste modelo, assenta no processo de reinserção profissional ou seja, em que medida as competências adquiridas numa acção de formação profissional podem facilitar a reinserção de desempregados de longa duração no mercado de emprego.

As figuras seguintes, pretende traduzir graficamente uma relação entre os conceitos centrais desta investigação e a pergunta de investigação.

Figura 19

Esquema de investigação

<i>Desemprego de Longa Duração</i>	<i>Formação Profissional</i>	<i>Reinserção Profissional</i>
		
<i>Exclusão social</i> <i>Pobreza</i> <i>Desigualdades sociais</i>	<i>Promoção de competências</i>	<i>Qual a influência da formação profissional para a reinserção no mercado de emprego?</i>
<i>- Motivos que potenciaram o desemprego?</i> <i>- Características do percurso de exclusão social?</i>	<i>- Quais as competências que mais contribuíram para a reinserção no mercado de emprego?</i>	 <i>OBJECTIVOS</i> <i>DE</i> <i>INVESTIGAÇÃO</i>

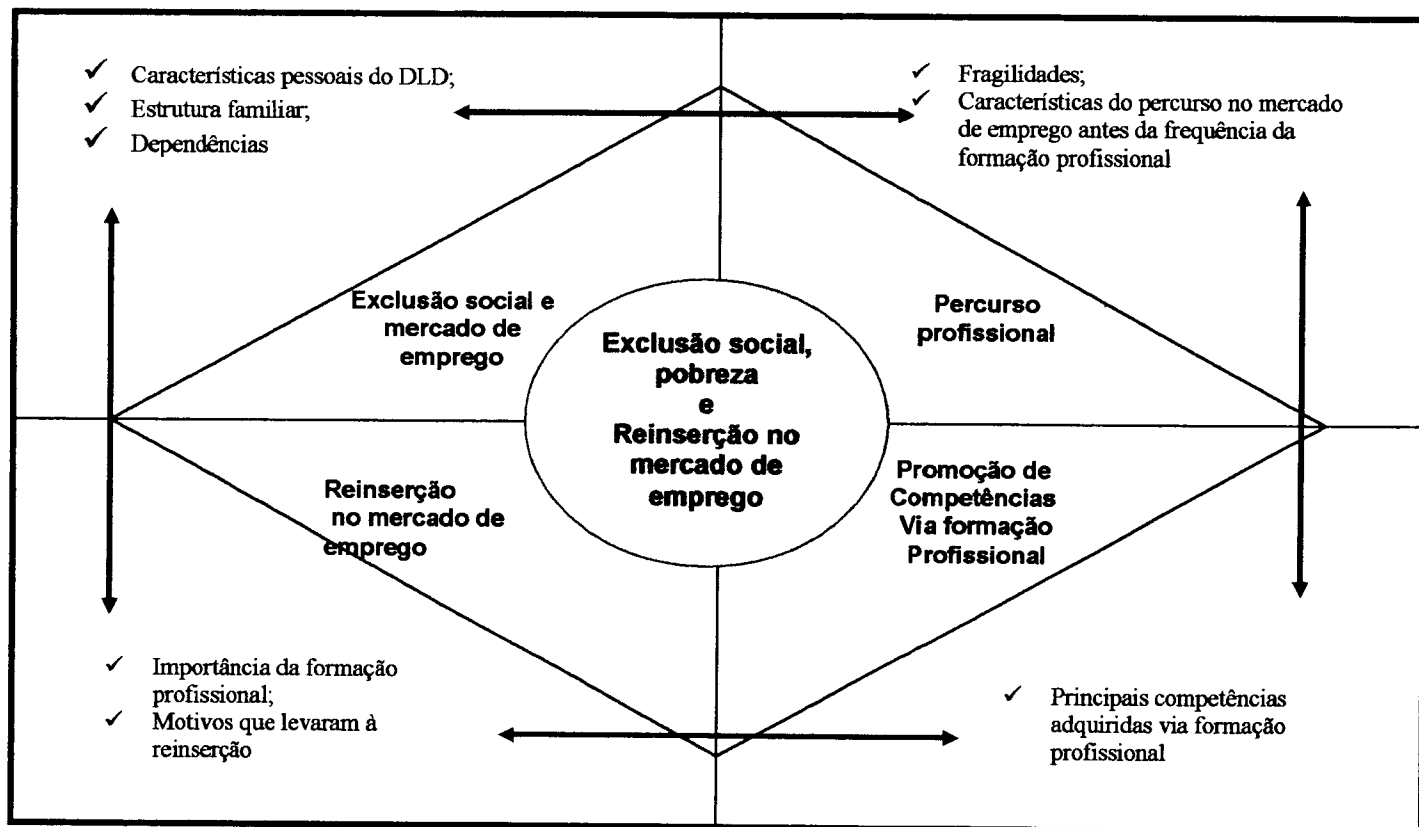
Por outro lado, a figura seguinte, pretende-se sistematizar as ideias que na componente empírica desta investigação, identificam os motivos que levaram à saída do mercado de trabalho dos desempregados de longa duração através do conhecimento do percurso profissional anterior à frequência da acção de formação, bem como os factores que caracterizam os percursos de exclusão social dos desempregados de longa duração.

Por outro lado, conhecer quais as competências que adquiridas por via da formação profissional mais contribuem para a inserção no mercado de emprego bem como, perceber de que forma a inserção no mercado de trabalho por parte

dum DLD é condicionada pela frequência dum acção de formação profissional são outros dos aspectos sistematizados na figura seguinte.

Figura 20

Sistematização da investigação



5.4 TÉCNICAS DE RECOLHA DE DADOS

5.4.1 Justificação da escolha das técnicas utilizados

Tal como já referimos, a expressão da pesquisa qualitativa, pressupõe uma pesquisa empírica que assenta sobretudo numa perspectiva compreensiva e no estudo do objecto dum forma abrangente e com profundidade.

Neste quadro qualitativo e, tendo por base a metodologia de «estudo de caso», as técnicas a seguir indicadas permitiram a recolha dos dados que constituem esta dissertação.

5.4.2 Observação participante

O método ou técnica de observação participante tem sido associado como originária da antropologia, sobretudo pelos estudos de campo de Malinowski.

A clarificação do sentido do termo não tem beneficiado dum consenso entre as ciências sociais. Contudo, Teresa Haguette (1990) classifica-a como uma técnica de recolha de dados menos estruturada nas ciências sociais, a qual não pressupõe a aplicação de nenhum instrumento específico (P.e: questionário, entrevista, etc.) para conduzir o trabalho de investigação.

Eva Lakatos e Marina Marconi (1989) falam-nos em observação directa intensiva, a qual pressupõe a observação no sentido de obtenção de informação da realidade, e a entrevista. Para as autoras a observação pode ser sistemática, assistemática, participante, não participante, individual, em equipa, na vida real ou em laboratório, enquanto que a entrevista pode ser de tipo padronizada ou estruturada, despadronizada ou não estruturada ou tipo painel.

Lacey (1976) classifica a observação participante como “a transferência do indivíduo total para um experiência significativa e emocional na qual o investigador aprendeu a viver e a compreender o novo mundo”. (BELL;1997:141)

Durante os anos em que as formandas em causa frequentaram as respectivas acções de formação profissional, o autor desta dissertação, fruto da actividade

profissional que desenvolve, efectuou um acompanhamento psico-pedagógico às mesmas, factor este que possibilitou a recolha de algumas notas de campo que aqui serão apresentadas.

5.4.3 Recolha documental

O presente trabalho tem também por base uma forte componente de recolha documental. Raymond Quivy e Luc Van Campenhout (1992), apesar da finalidade ser idêntica, reportam-se à recolha documental como o processo de recolha de dados preexistentes: dados secundários e dados documentais. Sierra Bravo (1994), reporta-se à recolha documental, como toda a variedade de documentos escritos ou de outra forma documental que se encontram à disposição do investigador.

O suporte teórico desta dissertação é fruto de cerca de dois anos de recolha de documentação e reflexão sobre a temática, com a finalidade de construir o enquadramento teórico anteriormente apresentado. O volume de bibliografia sobre a temática desencadeou uma enorme caminhada para compreender as questões da reintegração profissional dos DLD's .

5.4.4 – Observação não participante

5.4.4.1 A entrevista

Selltiz et. al., citados por Gil, defendem que a entrevista é extremamente “adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, crêem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes.” (1989:113)

Também segundo Albano Estrela, a entrevista tem finalidades variadas, sendo uma dessas a “recolha de dados de opinião que permitam não só fornecer pistas para a caracterização do processo em estudo, como também conhecer, sob alguns aspectos, os intervenientes do processo.” (1994:342) Isto é, se por um lado se procura uma informação sobre o real, por outro pretende-se conhecer algo dos quadros conceptuais dos dadores dessa informação,

Entre os tipos de entrevista existentes, nesta investigação privilegiaram-se as entrevistas de tipo preliminar e as entrevistas estruturadas.

5.4.4.2 Entrevistas preliminares

As entrevistas preliminares são colocadas num extremo do «completamente não estruturado». Nesta fase e aquando da sua aplicação, o investigador procurará saber quais os tópicos, áreas e pessoas que possam abordar o tema, numa perspectiva de procura de pistas sobre o tema da investigação. (BELL;1997)

Nesta fase, foram contactados especialistas em questões de exclusão social e formação profissional, numa óptica de definição e solidificação os caminhos a seguir na presente dissertação. Entre eles destaco o Prof. Roque Amaro, a Prof. Mariana Cascais, alguns colegas do curso de mestrado e, sobretudo os colegas de profissão do IEFP.

Esta fase foi fundamental, na medida em que possibilitou uma delimitação precisa do objecto de investigação, bem como estabelecer alguns critérios de prossecução e edificação da dissertação.

5.4.4.3 Entrevista estruturada

Nesta técnica é comum o recurso a determinados tópicos, que constituem a estrutura, através dos quais a entrevista será conduzida. Nesta entrevista o entrevistado terá uma margem considerável de flexibilidade dentro da estrutura prevista. (BELL;1997).

Judith Bell refere, como vantagem da entrevista estruturada o “facto de se estabelecer previamente uma estrutura, simplificando assim grandemente a análise subsequente. Este ponto é importante para qualquer pesquisa, especialmente para estudos limitados por um prazo de tempo.” (1997:122)

Nesta dissertação, esta técnica assumiu um lugar de destaque, na medida em que foi aplicada aos formandos que frequentaram as acções de formação profissional e agora se encontram inseridos no mercado de trabalho. No decurso das entrevistas, apesar dos tópicos predefinidos, foi sempre dada margem de manobra para os inquiridos se expressarem para além dos tópicos estabelecidos se, permitir grandes dispersões.

As entrevistas decorreram entre os meses de Abril e Julho de 2002.

No início da entrevista foi sempre priorizado um momento de «quebra-gelo³⁵», com o objectivo de aumentar a empatia e a disponibilidade dos entrevistados.

³⁵ Este momento, de cerca de 5 a 10 minutos, resumiu-se à explicitação dos objectivos da entrevista e à garantia da confidencialidade das informações recolhidas na mesma. Por outro lado, afim de aumentar a empatia e evitar bloqueios nas respostas, privilegiou-se um momento de troca de impressões sobre as mais diversas situações.

As entrevistas foram realizadas em ambiente próprio para o efeito e tiveram duração compreendida entre cerca de 1 hora e 2 horas e 15 minutos.

5.5 DESCRIÇÃO DO GUIÃO DE ENTREVISTA³⁶

Tendo como suporte a pergunta de partida formulada³⁷ e também de forma a perceber em que medida a frequência dum acção de formação profissional facilita a reinserção no mercado de emprego dum desempregado de longa duração construiu-se um guião de entrevista que responde aos objectivos específicos da investigação. Por outro lado, a construção do guião de entrevista obedeceu também aos objectivos específicos definidos, muito particularmente o eixo II ao eixo V, correspondem cada um a um objectivo específico. Este procedimento foi adoptado para uma maior organização e sistematização da informação a recolher.

A entrevista aos ex-formandos desenvolveu-se através dos cinco dimensões analíticas/eixos estruturantes que a seguir se identificam:

I. IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO SÓCIO-FAMILIAR

Neste eixo foram abordadas questões relativas à idade, sexo, estado civil, habilitações literárias, ano de frequência do curso, apoios que beneficiava antes da frequência do curso, dimensão do agregado familiar, situação

³⁶ A fiabilidade dum instrumento de recolha de dados consiste na capacidade deste fornecer resultados válidos e que permitam uma leitura o mais fidedigna possível da realidade em estudo. Para este efeito o guião de entrevista foi discutido com técnicos que trabalham na área da formação profissional e discutido com o orientador.

³⁷ *“A frequência dum acção de formação profissional por parte dum desempregado de longa duração facilita a sua reinserção no mercado de emprego?”*

profissional do conjuge, rendimento médio mensal do agregado familiar, problemas existentes no agregado familiar, tipo e dimensão da habitação.

II. PERCURSO PROFISSIONAL ANTES DA FREQUÊNCIA DO CURSO

Neste eixo procuro-se chegar à compreensão de como foi o percurso socioprofissional do entrevistado antes da frequência do curso, através do número de empregos que teve antes da frequência do curso, a proveniência do rendimentos, a rede de contactos que estabelecia/mantinha, as suas dificuldades e motivações..

III. MOTIVOS QUE LEVARAM À PERDA DE EMPREGO, ANTES DA FREQUÊNCIA DO CURSO

Neste eixo procedeu-se a uma enumeração dos motivos que levaram à perda de emprego dos entrevistados, antes da frequência do curso, numa óptica de reforço da compreensão dos motivos que levaram à saída do mercado de emprego e á situação de exclusão ou pré-exclusão.

IV. A FREQUÊNCIA DO CURSO E AS COMPETÊNCIAS NELE ADQUIRIDAS

As questões relativas ás competências adquiridas no curso foram desenvolvidas neste ponto da entrevistas, tendo como intenção uma enumeração de quais as competências que influenciaram a reintegração no mercado de emprego.

V. A REINTEGRAÇÃO NO MERCADO DE EMPREGO

Na última parte da entrevista foi abordada a importância da frequência da acção de formação profissional para o entrevistado, procurando-se atingir algumas explicações, que permitam saber em que medida o curso potenciou a reinserção no mercado de trabalho.

No decurso da entrevista foram feitas também algumas anotações, relativamente às reacções e posturas dos entrevistados quando lhe eram colocadas as questões.

6. TÉCNICA DE ANÁLISE DE DADOS

Bogdan e Biklen reportam-se à análise de dados como “o processo de busca e de organização sistemático de transcrições de entrevistas, de notas de campo e de outros materiais que foram sendo acumulados, com o objectivo de aumentar a sua própria compreensão e de lhe permitir apresentar aos outros aquilo que encontrou.” (1994:205)

Tal como já foi referido, esta dissertação assume um carácter essencialmente qualitativo e, a sua principal técnica de recolha de informação utilizada foi a entrevista.

Na sequência das informações recolhidas, a técnica de análise privilegiada foi a análise de conteúdo.

6.1 – ANÁLISE DE CONTEÚDO

Vala, reportando-se à análise de conteúdo dos dados, refere que esta técnica tem como finalidade “efectuar inferências, com uma base numa lógica explicitada, sobre as mensagens cujas características foram inventariadas e sistematizadas (...) Trata-se da desmontagem de um discurso e da produção de um novo discurso através de um processo de localização/atribuição de traços de significação.” (1986:104)

Laurence Bardin, colocando ênfase na abrangência de aplicação da análise de conteúdo, reporta-se a esta como “um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de forma e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações.” (1995:31) Acrescenta ainda a autora que a análise de conteúdo é “um conjunto de técnicas

de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.” (1995:42)

É esta dimensão inferencial defendida por Bardin (1995) e por Vala (1986) que completa a investigação, distinguindo os conteúdos a investigar de uma mera quantidade de informação ordenada. Contudo, para que tal aconteça, o investigador deverá realizar, como garante da profundidade e do rigor pretendidos na investigação, um conjunto de procedimentos metodológicos que se desenvolvem através de várias fases, e explicitar inteiramente, cada uma dessas fases.

6.1.1 – Procedimentos da análise de conteúdo desenvolvida

A análise de conteúdo desenvolvida para tratamento dos dados recolhidos nas entrevistas³⁸ aos ex-formandos assentou nas fases a seguir enumeradas:

1. **Desmembramento dos textos:** procedeu-se a uma leitura cuidada de cada uma das entrevistas com o objectivo de descodificar as ideias gerais e os conceitos predominantes e, após, seleccionar todos os conteúdos referentes aos objectivos desta investigação:

³⁸ Selltiz e Sahoda, citados por Moreira (1994) referem que pelo facto do entrevistador ser humano e não máquina podem surgir algumas oscilações de entrevistador para entrevistador na forma como as entrevistas são descritas. Apesar das percepções, julgamentos e personalidades do investigador, Moreira (1994), sugere as indicações de Robert Merton: “a orientação por parte do entrevistador deve ser mínima (...) a definição da situação por parte do entrevistado deve poder ser plena e detalhadamente expressa (...) a entrevista deve relatar os juízos de valor condidos das respostas.” (MOREIRA, 1994:144)

2. **Seleção das Unidades de Registo:** para Bardin, esta fase entende-se como “uma unidade de significação a codificar e corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade de base, visando a categorização e a contagem frequencial.” (1995.104) Nesta recriação do discurso, desenvolve-se um processo que possibilita a transformação de dados em bruto em unidades de informação imprescindíveis à investigação. Refere também Bardin que, em abordagens de carácter qualitativo, se recorre “a indicadores não frequenciais susceptíveis de permitir inferências; por exemplo, a presença (ou a ausência), pode constituir um índice tanto (ou mais) frutífero que a frequência da aparição.” (1995.114)

3. **Determinação das Unidades de Contexto:** Superior à unidade de registo, a unidade de contexto, segundo Bardin, “corresponde ao segmento da mensagem cuja dimensões são óptimas para que se possa compreender a significação exacta da unidade de registo.” (1995:107)

4. **A Unidade de Enumeração:** Segundo Vala, é a “unidade em função da qual se procede à quantificação...” (1986:115) Neste sentido, esta enumeração pode ser classificada em geométrica e aritmética. As unidades aritméticas podem ser muito variadas e ter por base (ou não) as unidades de registo.

Nesta dissertação, privilegiou-se uma análise temática, aritmética, verificando-se com que frequência os entrevistados referem as palavras ou frases (unidades de registo) relativas às categorias e/ou subcategorias.

5. **Categorização:** Para Bardin (1995), esta fase é considerada operação em que se procede à classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, posteriormente, por reagrupamento segundo o género (analogia) com os critérios previamente definidos.

Para a categorização do *corpus documental* procedeu-se a uma análise orientada de acordo com um critério semântico, orientado por categorias temáticas que tinham presidido à recolha de informação, adoptando-se um método de recenseamento dos itens de sentido, por se considerar a análise temática a mais adequada à natureza da informação que se pretendia obter.

Por outro lado, e como meio para tornar a informação tão fidedigna quanto possível, e também respeitando os princípios de exaustividade e da exclusividade preconizados por Bardin (1995), construíram-se grelhas de codificação global, nas quais foram agrupadas as unidades de registo por categorias e subcategorias, considerando-se os objectivos definidos, o enquadramento teórico e o *corpus documental*.

III Parte

7 – DESCRIÇÃO E INTERPRETAÇÃO

7.1 IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO SÓCIO-FAMILIAR

Tal como já foi referido anteriormente, os indivíduos que estiveram na base desta investigação, foram ex-formandos que frequentaram cursos de formação profissional de Geriatria e que, no momento desta investigação, e por influência da acção de formação que frequentaram, já se encontravam a trabalhar em instituições da área de formação, nomeadamente Lares e Centros de Dia para idosos.

Entre os entrevistados, em número de onze, prevalecem as mulheres. Este facto deve-se sobretudo a uma esmagadora superioridade das mulheres em profissões ligadas à prestação de cuidados de higiene e saúde ao idoso. Assim, por esta mesma razão, os indivíduos entrevistados foram exclusivamente mulheres, com um predomínio na faixa etária dos 36-40 anos, tal como se pode verificar no quadro seguinte:

Quadro 11

Faixa etária dos inquiridos

26-30 Anos	31-35 Anos	36-40 Anos	41-45 Anos	+ 45 Anos
2 Casos	2 Casos	5 Casos	1 Casos	1 Casos

Fonte: entrevistas estruturadas

Entre as entrevistadas, apenas uma se encontrava separada de facto sendo que, as restantes 10 se encontravam casadas. Relativamente à composição das famílias, prevalecem aquelas com características de tipo nuclear, em que o

agregado familiar é composto pelos dois elementos do casal (marido e mulher) e um ou dois filhos. Somente uma entrevistada vive com o seu marido, não tendo qualquer filho.

Quanto à escolaridade, 10 entrevistadas possuem o 6º ano de escolaridade e, apenas uma tem acima deste patamar, ou seja, o 9º ano de escolaridade. O facto de não existirem indivíduos com escolaridade inferior aos seis anos deve-se ao facto de, para área de formação em causa, ser exigido no mínimo, o 6º ano de escolaridade.

A situação económica do agregado familiar das entrevistadas no período que antecede a frequência da acção de formação profissional não era muito favorável, na medida em que, pelo menos duas famílias viviam com um rendimento médio mensal³⁹ inferior à Remuneração Mínima Nacional⁴⁰. Por outro lado, a maioria das entrevistadas (7) acumulava mensalmente para o seu agregado familiar, um rendimento que se localizava entre os 349 € e os 700 €. Somente duas das entrevistadas viviam em famílias cujo rendimento médio mensal se colocava acima dos 700 €.

Em consequência dos baixos rendimentos apresentados pelas famílias das entrevistadas, verificou-se ainda que, tal situação fomenta situações de alguma sujeição a apoios sociais ou seja, o recurso ao sistema de protecção social. O quadro a seguir apresentado evidencia, muito objectivamente que, durante o último ano em situação de desemprego, neste caso, de longa duração no período pré-formação, oito das onze entrevistadas beneficiaram de *Subsídio de Desemprego*. Se a este facto, associarmos também que três entrevistadas recorreram a *solidariedade de instituições*, duas a apoio do RMG e outras tantas a

³⁹ Considerou-se rendimento médio mensal a totalidade do dinheiro que, mensalmente, entra em cada família.

⁴⁰ A Remuneração Mínima Nacional, no ano de 2002 era de 348.01 €

solidariedade de vizinhos, amigos e familiares, é certo que, com referência aos indicadores apresentados, estamos perante situações de alguma pobreza relativa, na medida em que, tal como já foi analisado e discutido no enquadramento teórico, as entrevistadas apresentam algumas dificuldades na obtenção dum patamar mínimo de bens e serviços necessários para a satisfação das suas necessidades pelo que, necessitam de recorrer aos mais diversos tipos de apoios.

Também pelos dados da tabela seguinte, se constata que uma única entrevistada manteve, durante o período de desemprego de longa duração, uma total autonomia que, lhe possibilitou viver sem recurso a qualquer tipo de apoios extremos de carácter económico ou social.

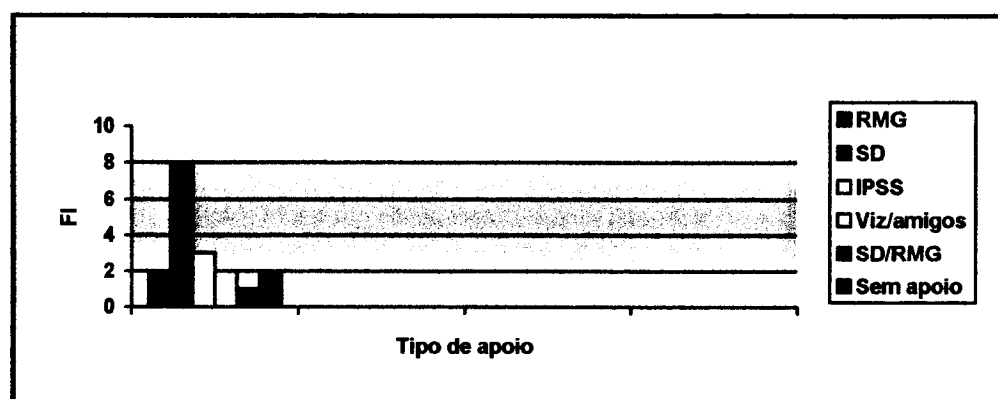
Quadro 12
Apoios antes do curso

Apoios que beneficiava antes do curso

Rendimento Mínimo Garantido (RMG)	2
Subsídio de Desemprego (SD)	8
Solidariedade de instituições (IPSS)	3
Solidariedade de vizinhos, amigos e familiares	2
Subsídio de desemprego e RMG	1
Não beneficiou de apoios	2

Fonte: entrevistas estruturadas

Gráfico 2
Apoios antes do curso



Fonte: entrevistas estruturadas

Se por um lado, com os dados anteriormente apresentados se constatou a situação de alguma dependência de apoios de carácter económico e social, os dados a seguir apresentados confirmam os anteriores, através da evidência de algumas disfuncionalidades no agregado familiar.

As situações de dificuldades económicas (9 casos) a seguir identificadas, aliadas a alguns desentendimentos e discussões no agregado familiar, consolidam o cenário de (potencial) desequilíbrio no agregado familiar.

Contudo, verificam-se também outras disfuncionalidades no agregado familiar. De registar que, para além da situação de desemprego das próprias entrevistadas, ocorreram dois casos em que, cumulativamente o marido se encontrava em situação de desemprego, sendo este facto extremamente relevante, na medida em que aumenta a fragilidade do agregado familiar.

Dois casos assinalaram algumas dificuldades em obter alimentação, facto este que os enquadra numa situação de pobreza relativa, cuja características foram descritas no enquadramento teórico.

Quadro 13

Disfuncionalidades

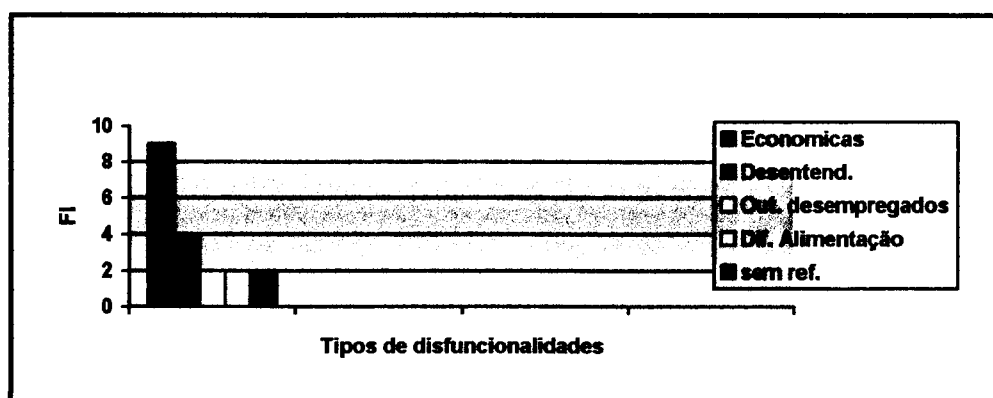
Disfuncionalidades no agregado familiar

Dificuldades económicas, conducentes a situações de privação várias	9
Desentendimentos frequentes no agregado devido à falta de dinheiro	4
Outros elementos desempregados (marido)	2
Dificuldades básicas para obter alimentação	2
Sem referência a qualquer tipo de disfuncionalidade	2

Fonte: entrevistas estruturadas

Gráfico 3

Disfuncionalidades



Fonte: entrevistas estruturadas

Com base nos dados recolhidos, constata-se que os inquiridos apresentam características comuns de indivíduos ou se encontram inseridas em agregados familiares em situações de pobreza:

- ↓ Baixos rendimentos do agregado familiar;
- ↓ Baixa escolaridade;
- ↓ Recurso ao Sistema de Protecção Social (SD/RMG);
- ↓ Recurso a solidariedade de instituições;
- ↓ Recurso a solidariedade de vizinhos, amigos e familiares;
- ↓ Dificuldades económicas;
- ↓ Situações de privação de bens de consumo vários;
- ↓ Desentendimentos/discussões frequentes no agregado familiar;
- ↓ Dificuldades para obter alimentação;
- ↓ Outros elementos do agregado familiar em situação de desemprego.

Esta lista de características recolhida não actua de forma isolada ou seja, no mesmo caso acontecem situações de acumulação de características.

7.2 PERCURSO PROFISSIONAL ANTES DA FREQUÊNCIA DO CURSO

O emprego, tal como já foi referido nesta dissertação, é um dos principais agentes de socialização do indivíduo, conduzindo a que este mantenha uma panóplia de laços sociais e profissionais que, em certa medida, contribuem para a sua integração socioprofissional.

Um percurso profissional estável, sem grandes oscilações entre situações de emprego/desemprego é factor decisivo no equilíbrio no indivíduo.

Tal como já foi referido anteriormente, Luís Centeno, Angus Erskine e Célia Pedrosa (2000) apresentam três factores de vulnerabilidade que potenciam os processos de exclusão social:

- 1. A situação de pertença a um agregado familiar, cuja base de origem seja pobre e excluída;⁴¹**
- 2. A realização dum percurso escolar pautado pelo insucesso e abandono;⁴²**
- 3. Uma vida activa pautada por uma excessiva mobilidade profissional, em profissões com baixas qualificações.**

⁴¹ Apesar de não ser intenção desta dissertação abordar as questões de pobreza e exclusão profissional dos agregados familiares das entrevistadas, os dados obtidos apontam para situações de alguma privação de recursos, entre os quais os económicos e os materiais (bens de consumo).

⁴² A questão do percurso escolar das entrevistadas não foi abordada, por não se enquadrar nos objectivos da dissertação. Contudo, é visível que estas apresentam baixos níveis de escolaridade.

O ponto 3) enquadra os percursos das entrevistadas, antes da frequência da acção de formação profissional. Entre elas, 6 referiram já ter tido 3 a 4 empregos, enquanto que 3 referiram já ter tido entre 5 e 6 empregos. Estes valores reportam-nos para os cenários de instabilidade profissional, característica comum aos desempregados de longa duração em que, como consequência das baixas qualificações oscilam entre períodos de emprego e de desemprego. Os restantes entrevistados (2), referiram apenas ter tido entre 1 e 2 empregos.

Atendendo também a que não possuem qualquer tipo de qualificação profissional, nem nunca frequentaram cursos de formação, é licito afirmar que, estes indivíduos de encontram em situação de muita vulnerabilidade face ao mercado de emprego.

Em referência ao período em que decorreram as entrevistas, constata-se pelo quadro seguinte que os casos em estudo mantinham, antes da frequência da acção de formação, uma menor rede de contactos com amigos ou outras pessoas e os níveis de motivação eram bastante baixos. A dependência de apoios de carácter social e económico e as incertezas quanto ao futuro profissional são, indicadores que nos podem fundamentar alguns dos desequilíbrios familiares verificados.

O quadro seguinte elucida o panorama descrito anteriormente.

Quadro 14

Situação antes da formação

TIPOLOGIA DE SITUAÇÃO	Em referencia com o pós- formação	Frequências
Grupo de amigos/relacionamento c/ outras pessoas (trabalho, etc)	Muitos	0
	Os mesmos	1
	Menos	10
Motivação pessoal	Muito motivado	1
	Igual motivação	1
	Desmotivado	9
Dependência de ajudas e apoio social (RMG, SD, apoio de amigos, familiares, vizinhos ou instituições)	Recurso frequente	4
	Esporadicamente	5
	Nunca	2
(In)definição quanto ao futuro profissional	Mtº indefinido	8
	Indefinido	3
	Sabia o que queria	0
Equilíbrio familiar	Discussões/dif.económicas	6
	Instabilidade	4
	Sem problemas	1

Fonte: entrevistas estruturadas

Através dos dados recolhidos, podemos verificar que existe um reconhecimento, por parte das entrevistadas que aponta para uma diminuição da rede de contactos antes do período de formação, ou seja, aquando da situação de desemprego. Contudo, é lícito referir que, por si só, a frequência da acção de formação já eleva a rede de contactos, quebrando, em certa maneira algum isolamento sentido anteriormente.

Outra das particularidades dos desempregados de longa duração, são os baixos níveis de motivação. Entre os entrevistados, nove casos reportaram-se a alguma desmotivação sentida, sobretudo relativamente ao isolamento e a todo o cenário de desequilíbrios que a situação de DLD acarreta.

A situação de alguma precariedade desencadeada pela situação de desemprego é potenciadora de algumas dependências, nomeadamente ao nível do sistema de protecção social. Nesta situação, tal como se pode verificar pela leitura do quadro anterior, quatro entrevistadas referiram que durante o período de desemprego de longa duração recorreram com alguma frequência a este tipo de ajudas e apoios. Registe-se também que, esporadicamente, cinco casos referiram ter recorrido, enquanto que, apenas dois casos, manifestaram nunca ter tido esta necessidade.

O número de empregos tidos anteriormente e o conseqüente quadro de instabilidade face ao emprego, é factor que interfere nas indefinições quanto ao futuro profissional das entrevistadas. Nesta interrogação, 8 casos referiram ter muitas indefinições relativamente a uma potencial actividade a desenvolver no futuro. Ainda neste quadro de incertezas, 3 casos referiram possuir algumas indefinições. É também ponto relevante, o facto de nenhum caso ter certezas quanto a uma possibilidade de emprego no futuro, situação esta que se enquadra no âmbito das características que compõem o perfil pessoal do desempregado de longa duração.

Por fim, o cenário de desequilíbrio familiar registado, assenta sobretudo em discussões e dificuldades de carácter económico no agregado familiar. Entre as entrevistadas, 6 casos reportaram-se a alguns desequilíbrios familiares, como resultados de dificuldades económicas e discussões no agregado familiar. Por outro lado, 4 casos reportaram-se a um quadro de instabilidade que é sobretudo

fruto dos baixos salários auferidos. Apenas um caso referiu não ter sentido as agruras do desequilíbrio familiar.

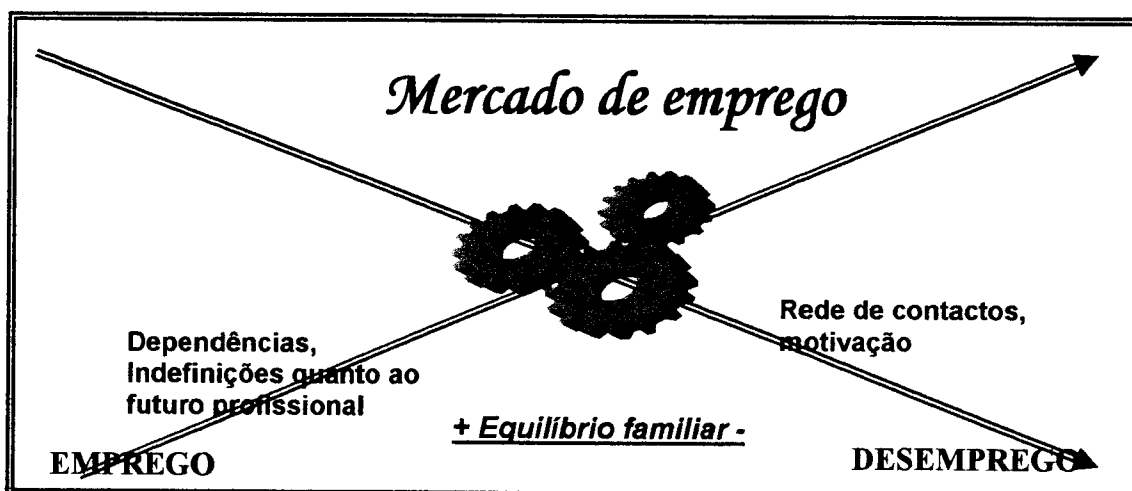
Em face dos dados apresentados, encontra-se uma relação entre cinco factores determinantes no percurso do desempregado de longa duração:

- Rede de contactos;
- Níveis de motivação;
- A dependência de apoios;
- Indefinições quanto ao futuro profissional;
- (Des) equilíbrio familiar.

Separadamente ou com influências de vários, os factores apresentados são decisivos no percurso do DLD. A figura seguinte tenta exprimir a relação entre os factores, bem como os resultados que daí possam advir.

Figura 21

Entre o emprego e o desemprego



A figura apresentada, elaborada com base nos dados recolhidos, deixa perceptível que anteriormente à passagem de períodos de emprego para períodos de desemprego, se verifica uma diminuição da rede de contactos e um decréscimo da motivação dos desempregados. Contudo, num sentido inverso, observa-se um aumento da dependência de apoios de carácter social e dos mecanismos de protecção social, como meio para fazer face às perdas resultantes da situação de desemprego. De referir ainda que a acompanhar o sentido de aumento, cimentam-se as indefinições quanto ao futuro profissional.

Este percurso entre o emprego e o desemprego, tal como se explicita na figura anterior terá sempre influências no equilíbrio do agregado familiar. Assim, em períodos de emprego, a tendência será para uma manutenção do equilíbrio no agregado familiar, acontecendo o inverso em situações de desemprego.

7.3 MOTIVOS QUE LEVARAM À PERDA DE EMPREGO, ANTES DA FREQUÊNCIA DO CURSO

Como já foi referido, o emprego nas sociedades modernas assume um papel nuclear, na medida em que assegura ao indivíduo um rendimento que lhe proporciona o acesso a bens e serviços e, por outro lado proporciona-lhe cumulativamente um estatuto social e um alargamento das redes de sociabilidade.

Recordando Schnapper (1996), o emprego é um factor de estatuto do indivíduo perante a sociedade e, cumulativamente assume um papel de integração na própria sociedade. Por outro lado, referem também Oliveira Neves e Susana Graça (2000) que, a situação do indivíduo face ao mercado de emprego é o factor

revelador da sua inclusão ou exclusão sócio-profissional, situação esta que terá implicações na realização pessoal e no exercício da cidadania.

Se nos reportarmos ao que se apresentou no enquadramento teórico desta dissertação em, o excluído é o indivíduo que, voluntária ou involuntariamente, rompeu ou foi forçado a romper com as práticas normais de viver em sociedade e, por outro lado se atendermos que o emprego é um factor de inclusão por excelência, uma ruptura com o mercado de emprego é factor de exclusão.

Este processo de entrada e saída do mercado de emprego é dinâmico e obedece a um conjunto de leis de mercado, que se consubstanciam em vários factores, influenciados pelas ofertas de emprego, potencialidades ou fragilidades do tecido económico, o nível de qualificação dos recursos humanos disponíveis, entre outras com efeitos de vária ordem no *modus vivendi* do indivíduo.

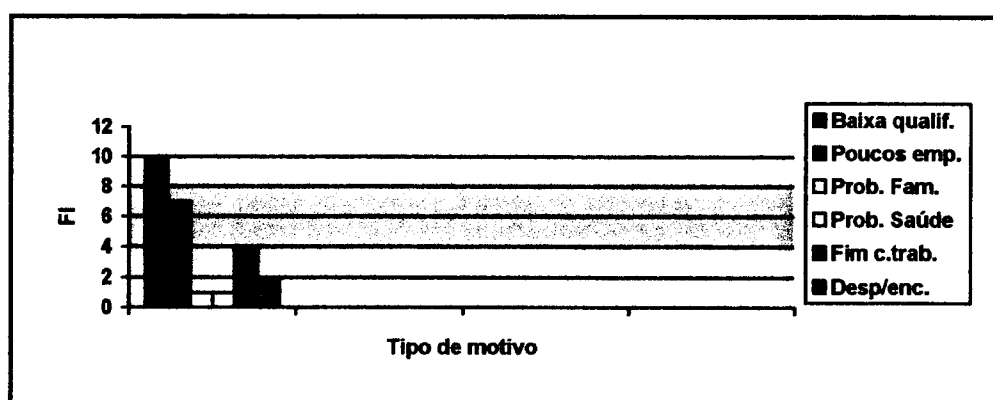
Entre os entrevistados desta investigação, reconhece-se, vincadamente que, o facto de possuírem um nível de qualificações e de escolaridade baixo (10 casos), funcionou como um constrangimento à perda/procura de emprego. Contudo, cumulativamente, como se pode verificar pelo quadro seguinte, existem também outros factores que funcionaram como móbil de perda de emprego. Assim, a debilidade do tecido empresarial, sobretudo nos concelhos do Alandroal e Reguengos de Monsaraz, no que concerne à escassez de empregos na área de residência dos entrevistados (7 casos), bem como o término do contrato de trabalho (4 casos) foram também factores referidos como conducentes à perda de emprego.

Quadro 15
Motivos da perda de emprego

Descrição dos motivos	Frequência
Baixas qualificações/escolaridade	10
Poucos empregos na área de residência	7
Problemas familiares	1
Problemas de saúde	1
Fim do contrato de trabalho	4
Despedimento/encerramento de empresa	2

Fonte: entrevistas estruturadas

Gráfico 4
Motivos da perda de emprego



Fonte: entrevistas estruturadas

A perda de emprego, tal como tem sido referido nesta investigação, acarreta no desempregado um conjunto de perturbações que tem efeitos extremamente nefastos no indivíduo. Estas perturbações são, no entender de Schnapper (2000), conducentes ao tédio, desmotivação e humilhação enquanto que, Oliveira Neves e Susana Graça (2000), se reportam a elas como geradoras de dificuldades económicas, causadoras de perturbações psicológicas, conducentes a uma diminuição dos hábitos e laços sociais, geradoras de diminuição da auto estima e de perda de prestígio social.

Os cenários apresentados e tipificados pelos autores anteriores não diferem muito daquele que se encontrou nas entrevistadas que estão na base desta investigação. Questionados sobre as dificuldades que encontraram após a perda de emprego, a totalidade dos entrevistados sublinharam que sentiram um diminuição do número de amigos/contactos ou seja, uma diminuição da rede de sociabilidade. As dificuldades económicas (9), associadas a instabilidade (5) e desequilíbrios (5) no agregado familiar foram, entre outras, dificuldades encontradas ou despoletadas pela perda de emprego.

O quadro seguinte, tipifica as dificuldades sentidas pelos entrevistados, após a perda de emprego.

Quadro 16

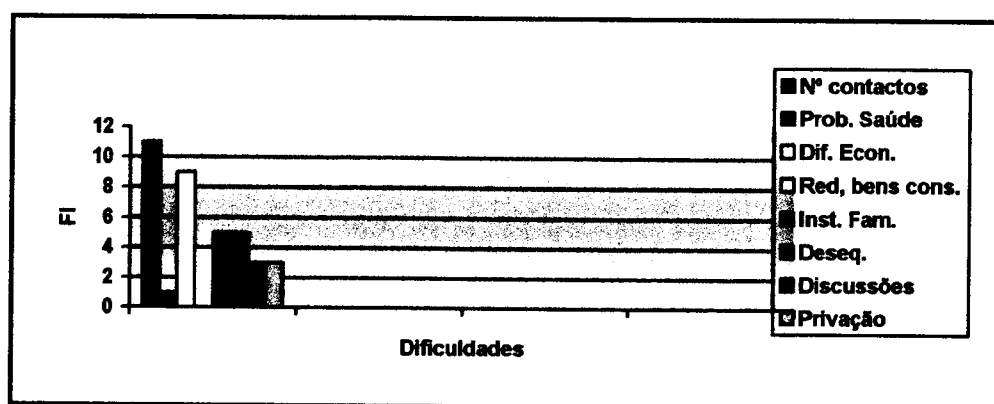
Dificuldades após a perda de emprego

Tipo de dificuldade	Frequência
Diminuição do nº de amigos/contactos	11
Problemas de saúde	1
Dificuldades económicas	9
Redução de bens de consumo (ex ^o alimentação)	4
Instabilidade familiar	5
Desequilíbrio familiar	5
Discussões no agregado familiar	3
Privação de alguns gastos	3

Fonte: entrevistas estruturadas

Gráfico 5

Disfuncionalidades após a perda de emprego

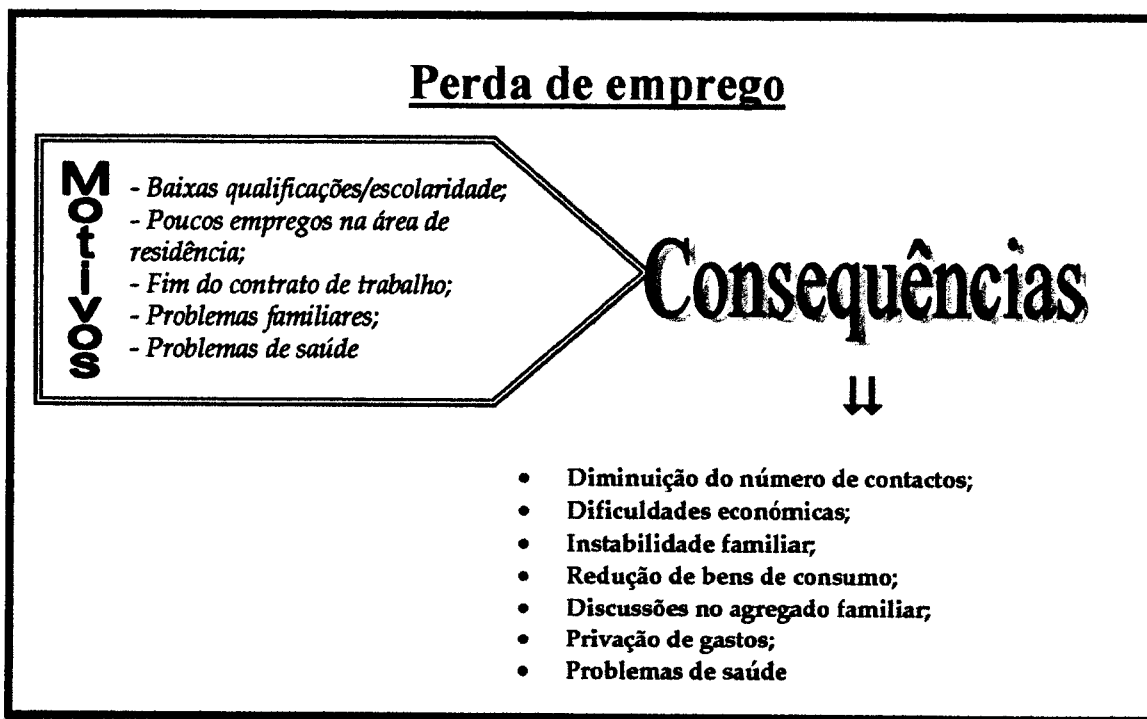


Fonte: entrevistas estruturadas

A figura seguinte, elaborada com base nas categorias do quadro anterior, traduz a relação entre os motivos que conduziram à perda de emprego dos desempregados de longa duração e as consequências que daí resultaram.

Figura 22

Motivos e consequências do desemprego de longa duração



Fontes: entrevistas estruturadas

Os motivos apresentados na figura e as suas consequências, enquadram-se no quadro de classificação que Alfredo Bruto da Costa (1998) concebeu para classificar o fenómeno designadamente as **causas imediatas de tipo económico** e as de **tipo social**:

Quadro 17

Causas

Tipo económico	<ul style="list-style-type: none">• Dificuldades económicas;• Redução de bens de consumo;• Privação de gastos;
Tipo social	<ul style="list-style-type: none">• Diminuição do número de contactos;• Instabilidade familiar;• Discussões no agregado familiar;• Problemas de saúde

Fonte: entrevistas estruturadas

No quadro de imperativos apresentados por Oliveira Neves e Susana Graça (2000), os quais caracterizam os desempregados de longa duração, alguns⁴³ encontram-se presentes nos dados recolhidos nas entrevistas:

- ↳ Dificuldades económicas como consequência do desemprego;
- ↳ Diminuição do poder económico;
- ↳ Crescente diminuição de hábitos e laços sociais;
- ↳ Diminuição da auto-estima;
- ↳ Perda de prestígio social.
- ↳ Algumas perturbações psicológicas

Em síntese, os motivos referidos na figura anterior, desenvolvem consequências várias no equilíbrio do indivíduo. Estas consequências, enquadram-se no quadro de pobreza traçado por Roque Amaro (2001) em que se considera pobre um

⁴³ Os autores, tal como se encontra referido no ponto 1.8.3 Vulnerabilidades dos DLD's, reportam-se também às perturbações psicológicas como resultado da diminuição de competências sociais. Nos dados recolhidos, para além da diminuição da motivação e da auto-estima que já se referiram, não se registaram perturbações psicológicas graves (Ex^oDepressões)

indivíduo que tenha carências ao nível da alimentação, educação, saúde, uma situação profissional instável. Esta perspectiva de privação e multidimensional, do fenómeno de pobreza, tal como refere o mesmo autor, tem influências várias no bem-estar do indivíduo.

A relação⁴⁴ que Roque Amaro (2001) estabelece entre **rendimento**, **consumo** e **bem-estar** presente nos conceitos de pobreza, que também se encontra aqui presente nesta dissertação, é um factor de fragilização dos laços dos indivíduos com a própria sociedade e conduz a uma não participação na sociedade.

Este cenário, estimula as incertezas que Henri Bartoli, citado por Roque Amaro, chama as «incertezas do amanhã» ou seja as incerteza quanto a um possível futuro profissional.

Se nos reportarmos ao facto de que a pobreza e a exclusão social pressupõem uma fragilização dos laços de pertença e uma diminuição das relações sociais, o quadro traçado anteriormente, bem como os constrangimentos a seguir apresentados, fundamentam o estado de pobreza relativa e de exclusão que os entrevistados desta dissertação foram alheios.

⁴⁴ Ver ponto 1.2 – ENTRE A POBREZA E A EXCLUSÃO SOCIAL

7.3.1 – Constrangimentos à reinserção sócio-profissional

Os dados recolhidos apontam para alguns constrangimentos que actuaram como impeditivos da reintegração sócio profissional dos desempregados de longa duração, que estiveram na base desta investigação.

A tipologia a seguir apresentada, resume vários factores que podem actuar como constrangimentos à reinserção sócio-profissional. Cada tipologia não se verifica separadamente pois, acontecem situações em que se verificam vários factores.

De forma a agrupá-los por afinidade, construiu-se uma tipologia de constrangimentos dividida em cinco conjuntos:

i. Factores de natureza desqualificante: enquadram-se neste conjunto todos os factores que correspondem às qualificações profissionais e escolares dos indivíduos.

- ↳ *Baixa escolaridade;*
- ↳ *Reduzidas qualificações profissionais;*
- ↳ *Ausência de competências profissionais certificadas;*

ii. Factores de natureza pessoal e familiar: este conjunto de factores está associado a problemas de natureza pessoal e familiar os quais, por sua influência, colocam algumas dificuldades à reintegração no mercado de emprego.

- ↳ *Dificuldades económicas no agregado familiar, conduzindo a situações de pobreza;*
- ↳ *Baixo rendimento do agregado familiar;*

- ↳ *Acomodação e desmobilização na resolução da própria situação face ao emprego (desemprego de longa duração);*
- ↳ *Desmotivação e baixa auto-estima;*
- ↳ *Desequilíbrios e instabilidade no agregado familiar;*
- ↳ *Diminuição das rendes de sociabilidade, designadamente, através da redução de contactos com colegas e companheiros de trabalho;*
- ↳ *Indefinição quanto ao futuro profissional.*

iii. Factores de dependência ou de substituição: neste conjunto de factores incluem-se todos os elementos que possam funcionar como rede de suporte em situações de privação de rendimentos ou de bens de consumo.

- ↳ *Recurso frequente a apoios de carácter social;*
- ↳ *Apoios de instituições de solidariedade social;*
- ↳ *Solidariedade de vizinhos, amigos e familiares.*

iv. Factores resultantes do contexto sócio-económico: este quadro de factores reporta-se a todos os elementos que compõem o contexto sócio-económico ao nível da oferta e procura de emprego, as fragilidades e potencialidades do tecido sócio económico.

- ↳ *Poucos empregos na área de residência;*
- ↳ *Desequilíbrio entre a procura e a oferta de empregos.*

v. Factores flutuantes: estes factores, tal como o próprio nome indica são factores que se podem verificar num determinado momento, esporadicamente ou com alguma frequência.

- ↳ *Muitos empregos já percorridos (mobilidade no emprego);*

- ↓ *Desabituação à disciplina laboral;*
- ↓ *Divórcio com a sociedade (consequência da desabituação).*

A tipologia de factores referida anteriormente enquadra-se na perspectiva de fragilização dos laços sociais do desempregado referida no *Ponto 1.4*⁴⁵, na qual o mercado de emprego é tido como detentor dum papel fundamental no desenvolvimento do processo de socialização e consequente factor de inserção social. Esta fragilização de laços sociais, conduz à situação de exclusão social com resultados a dois níveis: ruptura com o mercado de emprego e ruptura com vínculos sociais e consequente quebra das redes de sociabilidade.

Por outro lado, os factores de natureza desqualificante, bem como os factores de natureza pessoal e familiar assemelham-se ao quadro de factores apresentado por Luís Capucha (1998^a), os quais funcionam como entraves à inserção sócio profissional dos indivíduos. A saber⁴⁶, as reduzidas qualificações escolares e profissionais e a existência de situações de acomodação a circuitos de pobreza instalada. Neste ultimo, esta acomodação resulta da desmotivação e baixa auto-estima e sobretudo, das indefinições quanto ao futuro profissional.

⁴⁵ 1.4 Exclusão social ou deficit de socialização: o jogo das oportunidades!

⁴⁶ Os “*handicaps*” e as *formas de vida marginais* não foram registadas pelo que, não são referidos no texto estes dois factores.

7.4 - SITUAÇÃO PÓS FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A formação profissional é factor determinante para a construção e valorização do indivíduo, enquanto pessoa e enquanto profissional. Tal como já foi referido no enquadramento teórico a formação profissional é um factor decisivo para a inserção social e profissional do indivíduo.

Num sentido mais lato, a formação é um processo de educação que se assume como fundamental para aprender e promover a cidadania activa do indivíduo e a sua própria empregabilidade.

O processo de “recuperação social” do indivíduo dum estado desfavorável, com características como as referidas anteriormente, para um estado de inserção social e profissional passará por uma intervenção de carácter formativo.

Se por si só a bolsa de formação auferida já altera uma categoria (rendimento) pressupõe-se que, o processo de aprendizagem desenvolvido durante o percurso formativo se traduza em ganhos determinantes para a sua reinserção social e profissional.

Os dados a seguir apresentados, traduzem algumas das alterações verificadas por influência da frequência da acção de formação profissional. Estas alterações têm um carácter de melhoria nas condições de vida do próprio indivíduo e, fundamentalmente, são aqui apresentadas como competências de vária ordem.

7.4.1 – Alterações ao estado inicial

Após a frequência da acção de formação profissional, registaram-se várias transformações no agregado familiar.

Comparativamente com a situação antes da frequência da acção de formação profissional e, no que diz respeito ao rendimento médio mensal do agregado familiar, em todos os casos se verificou um aumento do mesmo.

O quadro seguinte mostra que, não existem no período pós-formação agregados familiares com rendimentos inferiores ao salário mínimo nacional (0 a 348 €), por contraposição aos 2 casos anteriormente verificados.⁴⁷

Se antes na frequência da acção se verificavam 7 casos com rendimento na ordem do **349 a 700 €**, no período pós formação esta classe ficou reduzida a 3 casos.

A grande alteração verificou-se sobretudo ao nível dos rendimentos de **700 a 1000 €**, situação em que antes da frequência da acção, apenas se registavam 2 casos. Nesta situação registram-se 6 casos, o que significa uma alteração muito expressiva ao nível dos rendimentos do agregado familiar.

Tal como se pode verificar, surge uma nova categoria, enquadrada pelos rendimentos superiores a **1000 €**, na qual, no período pós-formação, se passaram e enquadrar 2 casos.

⁴⁷ Recordar ponto 7.1 desta dissertação

Quadro 18

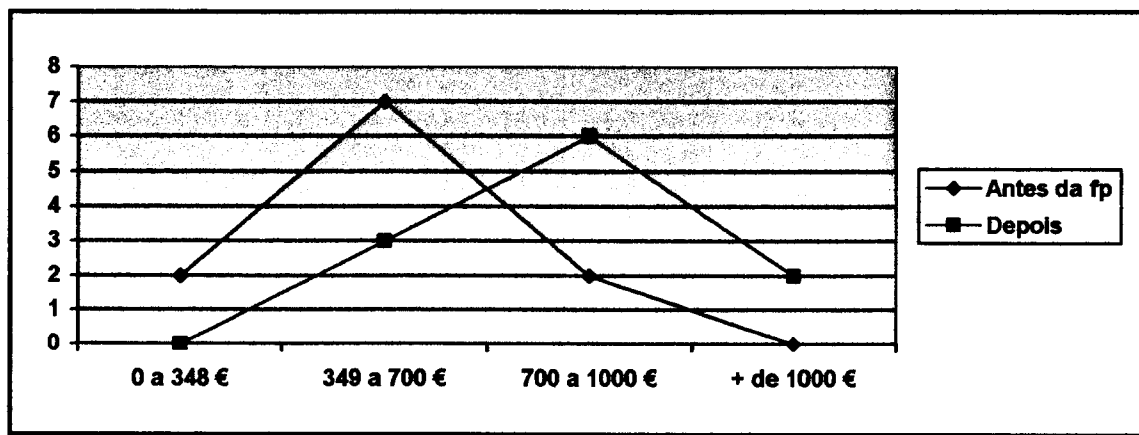
Rendimento médio mensal do agregado familiar

	0 a 348 €	349 a 700 €	700 a 1000 €	+ 1000 €
Antes da FP	2 Casos	7 Casos	2 Casos	0 Casos
Depois	0 Casos	3 Casos	6 Casos	2 Casos

Fonte: entrevistas estruturadas

Gráfico 6

Evolução dos rendimentos



Fonte: entrevistas estruturadas

Pelos dados apresentados anteriormente, estamos perante uma situação objectiva de aumento do rendimento médio mensal do agregado familiar o que, consequentemente permite aos indivíduos aumentar o seu poder de compra e, em certa medida, viver mais desafogadamente, ou seja, com um rendimento superior aquele em que estava familiarizado durante o período de desemprego de longa duração.

Para além dos ganhos provenientes do factor rendimento, registou-se também uma outra alteração significativa, relativa ao vínculo com a entidade patronal.

Após a frequência da acção, 7 casos rubricaram um contrato individual de trabalho por tempo indeterminado e, outros 4 casos assinaram contratos de trabalho a termo certo.

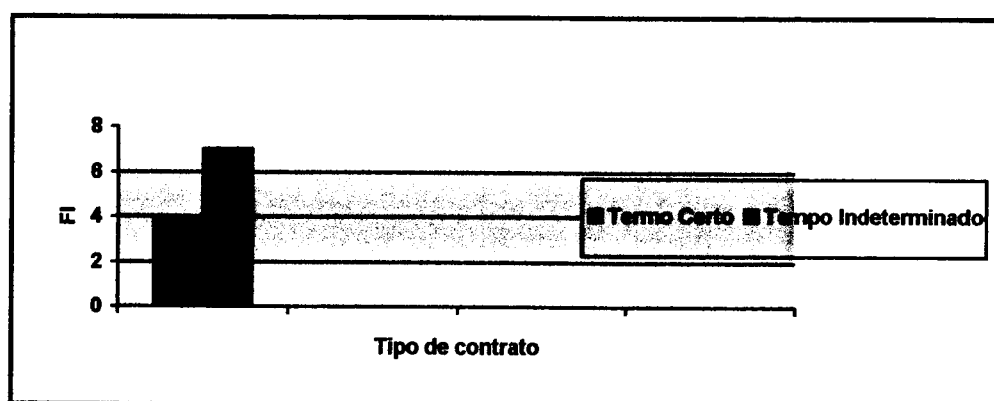
Quadro 19

Vínculo actual com a entidade patronal

Vinculo com a entidade patronal	
Contrato de trabalho a termo certo	4
Contrato de trabalho por tempo indeterminado	7

Gráfico 7

Vínculo actual com a entidade patronal



Fonte: entrevistas estruturadas

Este quadro do vínculo com a entidade patronal é extremamente importante, na medida em que reflecte uma inversão aos percursos de excessiva mobilidade dos

desempregados de longa duração. De referir que, 7 dos 11 casos beneficiaram de contratos que lhes garantem uma estabilidade no emprego, em oposição à situação de indefinição quanto ao futuro profissional.

Relativamente ao aumento das qualificações escolares, a acção que frequentaram não tinha uma componente de escolaridade⁴⁸. Contudo, o treino da comunicação foi trabalhado numa das componentes da acção pelo que, tal como se poderá verificar adiante, os formandos assinalaram um aumento das suas competências ao nível da comunicação⁴⁹.

Outro dos ganhos que não carece de qualquer discussão, reporta-se à certificação de competências, na medida em que as 11 entrevistadas passaram a ter um Certificado de Formação Profissional, no qual se encontram registadas as suas competências profissionais no âmbito do trabalho com idosos.

Relativamente às competências adquiridas, seguidamente são enumeradas algumas competências que, no âmbito dos dados recolhidos, foram assinaladas como resultados da acção de formação que frequentaram.

⁴⁸ Entenda-se por componente de escolaridade os cursos tipo EFA (Educação e formação de adultos), nos quais os formandos realizam uma aprendizagem profissional e, cumulativamente fazem uma aprendizagem escolar que lhes confere uma certificação escolar e um conseqüente aumento da escolaridade que possuíam antes da frequência da acção de formação.

⁴⁹ Ver adiante quadro relativo às **COMPETÊNCIAS DE COMUNICAÇÃO**

7.4.2 - Competências adquiridas via formação

Tal como referem Le Boterf (1994), Friedmann (1996), Roque Amaro (2000), a formação profissional é, por excelência, um factor decisivo para a qualificação de recursos humanos.

Em processos de reintegração profissional, sobretudo de públicos desprovidos de qualificações escolares e profissionais, a frequência dum acção de formação profissional e o conseqüente processo de promoção de competências pode ser um elemento decisivo para a reinserção no mercado de emprego.

Recordando Carlota Quintão e Lurdes Cunha (2000), não se pode relegar para segundo plano as outras dimensões do processo formativo. Assim, a frequência dum curso de formação, para além da qualificação profissional específica que se adquire, possibilita também, ao formando a criação e reforço de competências de várias ordem as quais, contribuirão para um equilíbrio nos desempenhos profissionais.

O quadro seguinte, enquadrado no modelo de G.P. Bunk (1994), subdivide-se em três tipos de competências: pessoais, relacionais/sociais e profissionais.

Através das entrevistas efectuadas, procurou-se saber que aprendizagens, capacidades e aptidões os entrevistados atribuem à frequência da acção de formação profissional.

Quadro 20
Competências adquiridas na formação

Tipologia de competência	Descrição da competência	Frequência
Pessoais	Aumento da motivação pessoal para a vida	8
	Melhoria/equilíbrio no ambiente familiar	8
	Aumento da capacidade de resolver os problemas	3
	Maior empenho/dedicação em tudo o que faço	3
	Aumento de sensibilidade	2
	Estabilidade económica	5
Relacionais/sociais	Aumento do número de amigos/contactos	10
	Aprendi a ouvir, falar e relacionar com os outros	5
	Sentimento de melhor integração social	7
	Espírito de equipa	4
	Capacidade de adaptação a novas situações	4
Profissionais	Aumento do gosto pelo trabalho com idosos	10
	Domínio das técnicas de animação de idosos	3
	Domínio das técnicas de trabalho em lar	5
	Domínio das técnicas de apoio domiciliário	4
	Aumento da segurança no desempenho profissional	6
	Aumento das capacidades de resolução de problemas	4
	Aumento do rigor no cumprimento de tarefas	6

Fonte: entrevistas estruturadas

Ao nível das competências pessoais, a acção de formação que frequentaram foi um factor impulsionador da motivação pessoal (8 casos) e conducente a um reequilíbrio da vida (ambiente) familiar (8 casos).

Por outro lado, ao nível das competências relacionais/sociais, os entrevistados reconhecem, em inversão do cenário aquando da perda de emprego, que o curso que frequentaram lhes restabeleceu a rede de relações/contactos (10 casos). Esta constatação consubstancia o sentimento de reintegração referido por 7 dos entrevistados.

Tratando-se duma acção no âmbito da Geriatria, o enfoque referido por 10 entrevistados, relativamente ao aumento do gosto pelo trabalho com idosos vem também, materializar as respostas obtidas ao nível do aumento da segurança no desempenho profissional, bem como no aumento do rigor no cumprimento das tarefas.

Por outro lado e, numa perspectiva de enumerar competências adquiridas via formação profissional, foi aplicada aos formandos uma Grelha de Balanço de Competências⁵⁰. Nesta grelha, solicitou-se aos entrevistados que, por cada conjunto de competências assinalassem três que considerassem ter adquirido por via da frequência da acção de formação profissional de Geriatria.

Os resultados a seguir apresentados traduzem algumas das competências de carácter genérico que, no entender dos entrevistados, as adquiriram ou desenvolveram por influência da acção de formação que frequentaram.

Ao nível das competências ligadas ao trabalho com pessoas, não é de estranhar que todas as entrevistadas assinalassem do reforço da capacidade de ajudar/apoiar. Tal facto deve-se, inquestionavelmente, ao perfil funcional duma

⁵⁰ Esta Grelha de Balanço de Competências foi construída com base numa matriz idêntica, relativa ao processo de balanço de competências, a qual faz parte da *Separata* da Revista DIRIGIR, nº 41, editada pelo IEFP. Refira-se também que esta *Separata* da Revista Dirigir foi elaborada a partir de *O balanço de competências conhecer-se e reconhecer-se para gerir os seus adquiridos pessoais e profissionais*, da autoria de Albertina Jordão, Edição da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, Coleção Bem-Quer, nº 2 Lisboa, 1995

auxiliar de geriatria⁵¹, pois trata-se duma profissão que pressupõe uma estreita relação humana (sobretudo com idosos). Também por inerência do perfil profissional em causa o espírito de encorajamento e de partilha verificado também sofre influência da especificidade da formação em causa.

De referir que, apesar de se tratar do desenvolvimento de competências inerente a uma profissão muito específica, é certo que, no quotidiano dos entrevistados, elas se encontram presentes.

Quadro 21

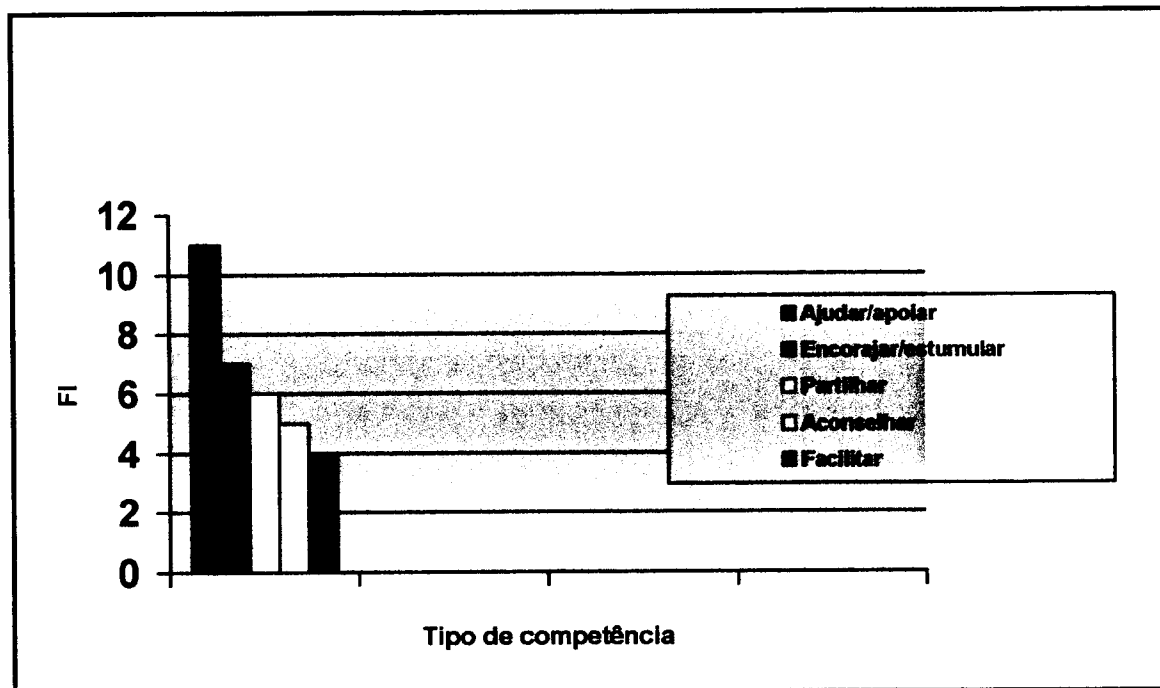
Competências de relacionamento

Competências ligadas ao trabalho com pessoas	
	FI
Ajudar/apoiar	11
Encorajar/estimular	7
Partilhar	6
Aconselhar	5
Facilitar	4

Fonte: entrevistas estruturadas

⁵¹ Um auxiliar de geriatria é o profissional que através de conhecimentos específicos da profissão, estabelece de forma equilibrada, um apoio pessoal ao nível do relacionamento interpessoal com o idoso, ao nível dos cuidados de apoio social, físico, mental e espiritual. Este profissional deve ter uma sensibilidade apurada para o trabalho com idoso e aptidão para trabalhar em equipa.

Gráfico 8
Competências de relacionamento



Fonte: entrevistas estruturadas

No que concerne às competências associadas à liderança, foi assinalado um reforço significativo das capacidades de organizar/coordenar (9), bem como um reforço das capacidades de planear (8) e de motivar (7). Se atendermos que nos dois primeiros meses de formação, as formandas adquiriram conhecimentos inerentes à planificação e dinamização de actividades sócio culturais para idosos, poder-se-ão associar estas respostas à especificidade destes conteúdos.

Relativamente às competências de comunicação foi registado, em todas as entrevistadas, a aquisição de capacidades de compreensão e de ouvir.

Quadro 22

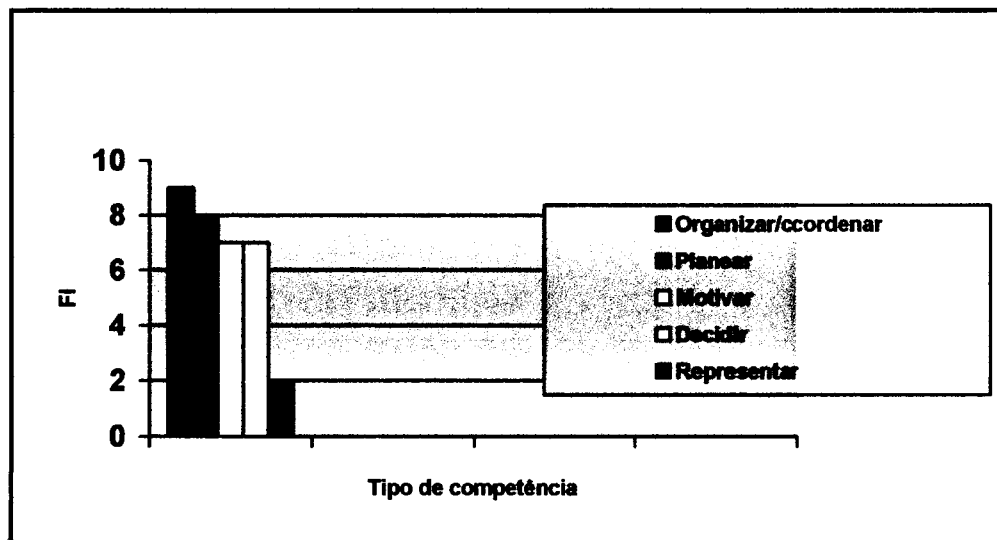
Competências de liderança e de comunicação

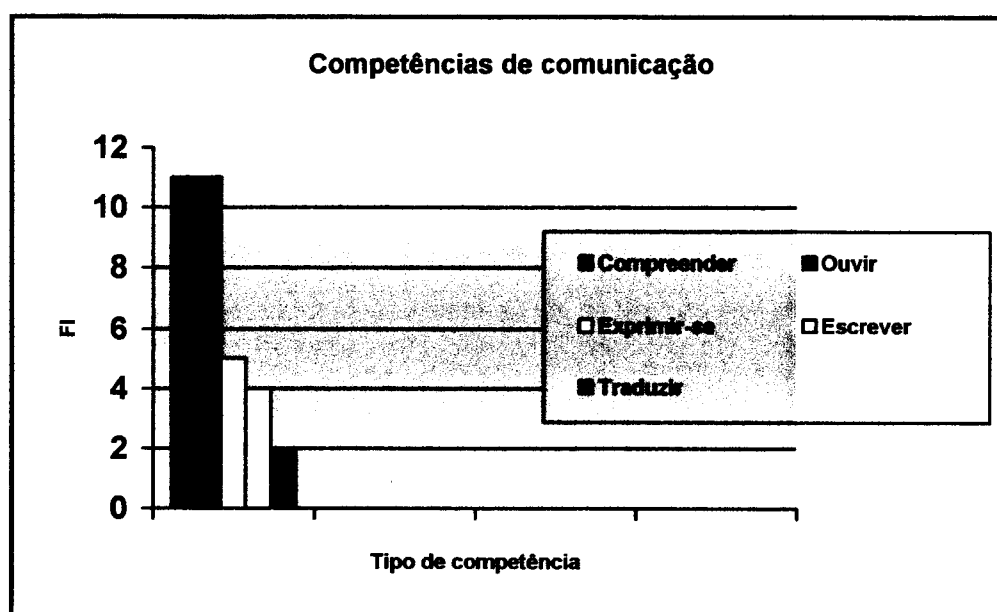
Competências de liderança		Competências de comunicação	
	FI		FI
Organizar/coordenar	9	Compreender	11
Planear	8	Ouvir	11
Motivar	7	Expressar-se	5
Decidir	7	Escrever	4
Representar	2	Traduzir	2

Fonte: entrevistas estruturadas

Gráfico 9/10

Competências de liderança/comunicação





Fonte: entrevistas estruturadas

7.4.3 – Competências desencadeadoras de reinserção

Tendo por base as competências até aqui referidas, procedeu-se a um agrupamento de várias, através de afinidades que elas tenham entre si. Assim agruparam-se as competências de base, competências profissionais e as competências sociais, pessoais, relacionais e organizacionais.

- i. **Competências de base:** encontram-se relacionadas com aspectos referentes à cultura geral, à expressão oral e escrita dos entrevistados.

↓ *Desenvolvimento de competências inerentes à comunicação (compreender, ouvir, exprimir, escrever e traduzir)*

ii. **Competências profissionais:** são saberes inerentes ao exercício duma determinada profissão.

- ↳ *Disciplina e rigor no trabalho;*
- ↳ *Aumento do gosto em trabalhar com idosos;*
- ↳ *Aumento das técnicas de trabalho com idosos;*
- ↳ *Segurança no desempenho profissional;*
- ↳ *Aumento da capacidade de resolução de problemas.*

iii. **Competências sociais, pessoais, relacionais e organizacionais:** são competências relacionadas sobretudo com os aspectos do saber-ser e saber-estar dos entrevistados.

- ↳ *Desenvolvimento de capacidades de relacionamento e de entreaajuda (ajudar, apoiar, partilhar, aconselhar);*
- ↳ *Aumento da motivação pessoal;*
- ↳ *Estabilidade no agregado familiar;*
- ↳ *Desenvolvimento da autonomia pessoal;*
- ↳ *Desenvolvimento de competências de liderança (organizar, planear, motivar, decidir, representar).*

7.5 A REINserÇÃO NO MERCADO DE EMPREGO

A situação de desemprego de longa duração pode ser considerada uma situação de desencorajamento face ao mercado de emprego. A diminuição/fragilização da rede de sociabilidade, a desmotivação que paulatinamente se vai instalando, a dependência de apoios de carácter social, a probabilidade de aumentarem os desequilíbrios familiares e as indefinições quanto ao futuro profissional são factores que consubstanciam o referido desencorajamento.

As qualificações e competências adquiridas por influência duma intervenção formativa podem ser fundamentais para a inversão de cenários de desencorajamento face ao mercado de emprego.

Após um período de desemprego de longa duração, seguido dum processo de “vinculação das aprendizagens”, a acção de formação que frequentaram teve, sobretudo, o significado duma **reconciliação com o mercado de emprego**.

O quadro a seguir apresentado mostra o significado da acção de formação para os entrevistados. Tal como se pode verificar, para além de reconciliação com o mercado de emprego, a frequência da acção de formação foi também sinónimo de melhoria nas condições de vida (9), bem como factor para restabelecer disciplina e rigor no trabalho (8), associado a uma necessidade de trabalhar em grupo (8).

Quadro 23

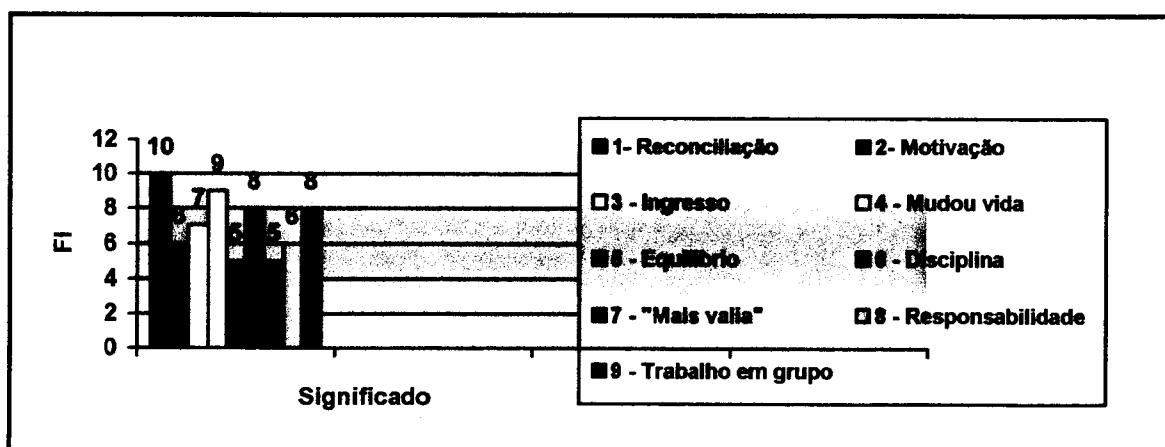
Significado do curso

SIGNIFICADO DO CURSO		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	FI
1	Uma reconciliação com o mercado de emprego	x	x	x		x	x	x	x	x	x	x	10
2	A motivação que necessitava para procurar emprego	x	x		x				x	x	x		6
3	Decisivo para o ingresso no mercado de emprego	x		x		x	x	x		x		x	7
4	Mudou a vida para melhor		x	x	x	x	x	x	x		x	x	9
5	Recolocou equilíbrio no agregado familiar (pessoal e financeiro)	x		x		x	x			x			5
6	Forneceu uma nova disciplina e rigor para o trabalho		x	x	x		x	x	x		x	x	8
7	Percebeu a importância da formação profissional "uma mais-valia"	x		x	x					x		x	5
8	Aumentou o sentido de responsabilidade		x	x			x	x	x		x		6
9	Incutiu a necessidade de trabalho em grupo	x	x		x	x			x	x	x	x	8

Fonte: entrevistas estruturadas

Gráfico 11

Significado do curso



Fonte: entrevistas estruturadas

Através da análise de conteúdo do discurso dos entrevistados, podem ser elencados e categorizados diversos factores que possibilitaram os influenciaram o reingresso no mercado de trabalho.

A relação entre trabalho e inserção é decisiva na medida em que, como se verifica nos dados, recolocou um equilíbrio no agregado familiar do indivíduo e confere-lhe uma mudança de vida que pode ser entendida como uma reconciliação com o mercado de emprego.

Esses factores podem ser tipificados em duas categorias: factores de natureza pessoal/familiar e factores de natureza profissional.

Relativamente aos factores de natureza pessoal e familiar, a acção de formação conduziu sobretudo a uma reorganização da vida familiar (9) associada também ao factor estabilidade (6). Esta estabilidade não pode ser dissociada do factor económico ou seja, da superação das dificuldades económicas referidas, aquando da situação de desemprego de longa duração.

A frequência da acção de formação e o conseqüente reingresso no mercado de emprego, para além do aumento da motivação pessoal, foi entendido para 5 entrevistadas como factor de autonomia pessoal e também de aumento da auto-estima.

O reingresso no mercado de emprego pressupôs, tal como já foi referido, uma reorganização da vida familiar. Em três dos casos entrevistados, foi necessário proceder a uma divisão doméstica de tarefas. A esta situação, não está alheia a necessidade de algumas entrevistadas terem que trabalhar por turnos, aliás, situação específica da profissão.

Quadro 24

Factores pessoais e familiares

Factores pessoais/familiares

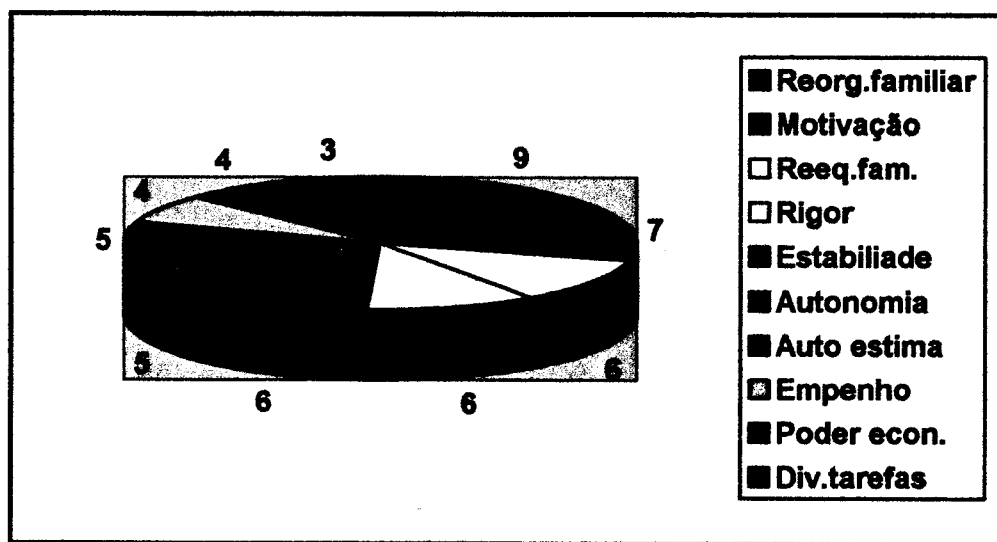
Reorganização da vida familiar (9)
Motivação pessoal para a vida (7)
Reequilíbrio familiar (6)
Rigor no trabalho (6)
Aumento da estabilidade familiar (6)
Autonomia pessoal (5)
Aumento da auto estima (5)
Empenho no fazer (4)
Aumento do poder económico (4)
Divisão doméstica de tarefas (3)

Fonte: entrevistas estruturadas

O gráfico seguinte distribui a listagem de factores pessoais e familiares que foram assinalados pelas entrevistadas e que contribuiram para potenciar a sua reinserção no mercado de emprego.

Gráfico 12

Factores pessoais/familiares



Fonte: entrevistas estruturadas

No que concerne aos factores de natureza profissional, 10 entrevistadas referiram-se ao factor formação prática na instituição. Esta amplitude de respostas deve-se inteiramente ao facto de, durante o percurso formativo, as formandas em causa terem realizado formação prática em contexto real de trabalho, possibilitando, aos dirigentes e responsáveis das instituições a oportunidade de apreciarem a qualidade do trabalho das formandas. Esta questão, enquadra-se numa lógica de parceria na qual, a aproximação ao mundo real do trabalho possibilita ao formando uma vivência real e integral do mesmo, podendo assim «mostrar-se» perante o potencial empregador.

Este factor, pode ser considerado de extrema importância, na medida em que a formação também pode ser encarada como uma “mostra de qualificações” pois, permite ao potencial empregador apreciar sobretudo o “saber fazer” dos potenciais empregados.

Este factor ganha maior dimensão se o associarmos aos facto de que todas as entrevistadas se encontram a trabalhar em instituições, nas quais desenvolveram formação prática.

De referir também que a formação, proporcionou aos entrevistados (7) o gosto pela profissão, sanando, em certa medida, as indefinições já referidas quanto ao futuro profissional.

Tratando-se duma profissão essencialmente de relação com pessoas, não é de estranhar que se tenha desenvolvido o espírito de equipa.

Quadro 25

Factores profissionais

Factores profissionais

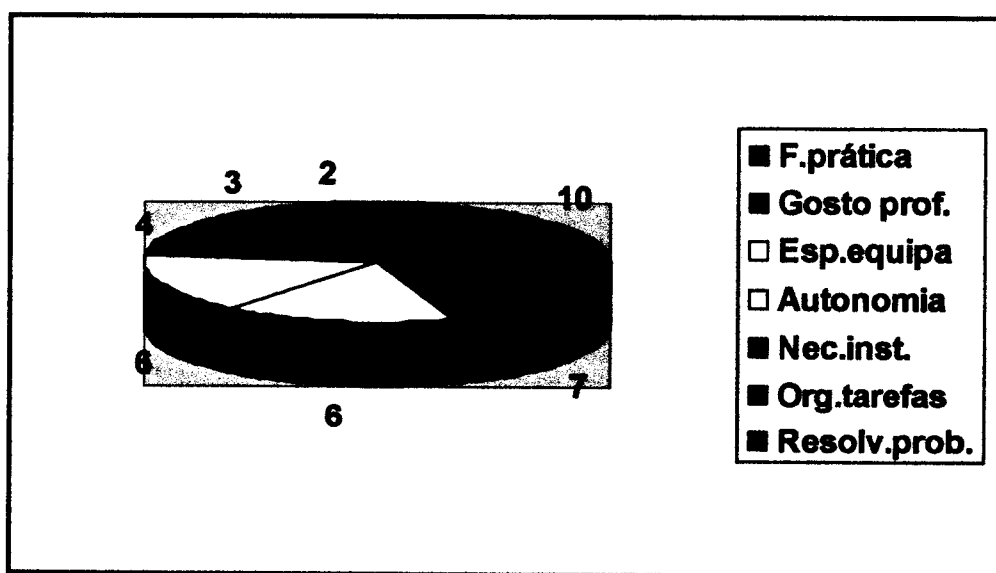
-
- Formação prática na instituição (10)
 - Gosto pela profissão (7)
 - Espírito de equipa (6)
 - Autonomia no fazer (6)
 - Necessidade de trabalhadores na instituição (4)
 - Capacidade p/ organização de tarefas (3)
 - Capacidade de resolver problemas (no emprego) (2)
-

Fonte: entrevistas estruturadas

Pela leitura do gráfico seguinte, ganha realce a importância da realização da formação prática na instituição. Contudo, também é bem perceptível a fatia que regista o “gosto pela profissão”. Se se relacionar esta categoria com as “indefinições quanto ao futuro profissional”, será licito afirmar que, a formação profissional para além de sanar as indefinições quanto ao futuro profissional é também decisiva para incutir nestas formandas o «gosto» por uma determinada actividade profissional.

Gráfico 13

Factores profissionais



Fonte: entrevistas estruturadas

7.6 IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A terminar cada entrevista, foi colocada a cada formanda uma pergunta aberta, no sentido de que estas se manifestassem sobre a importância que a frequência da acção de formação de geriatria teve para as suas vidas.

Num discurso totalmente positivo, as entrevistadas manifestaram o seu regozijo relativamente à frequência da acção de formação. Os excertos a seguir apresentados no discurso directo, traçam a importância da acção de formação. Assim, pela leitura do quadro seguinte é perceptível que a formação desempenhou um papel de extrema importância sobretudo ao nível do restabelecimento do equilíbrio familiar e conseqüente aumento de motivação.

Quadro 26
Importância do curso

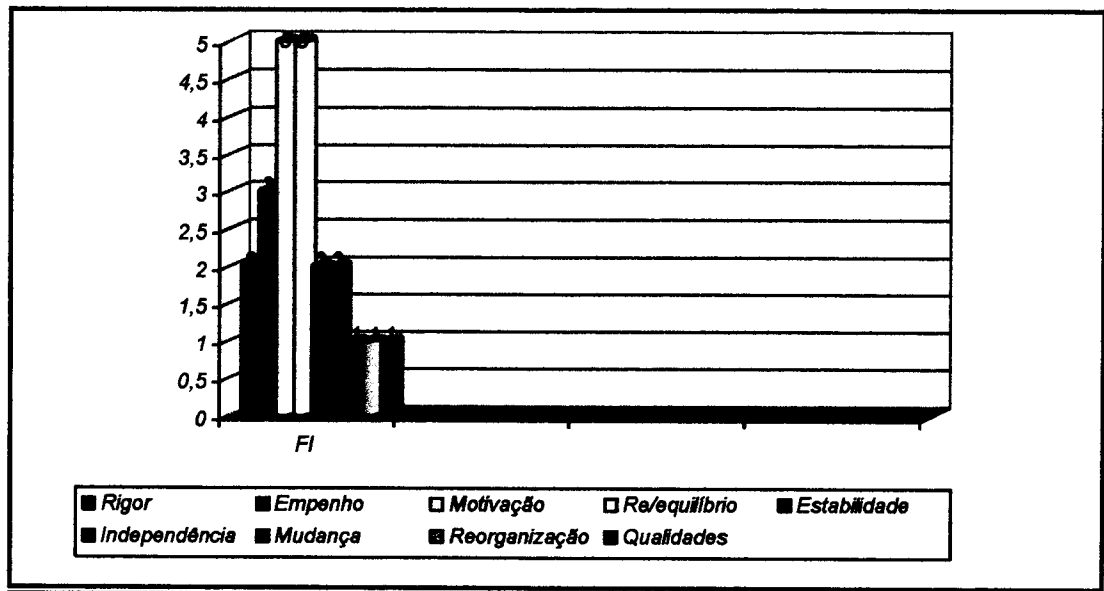
Caso	Importância	Palavras-chave
1	<i>Deu-me outra visão do trabalho e da vida. Ensinou-me o rigor e a importância de nos empenharmos numa profissão e dos benefícios que daí podemos tirar. Este curso valeu-me um emprego.</i>	Rigor Empenho
2	<i>Ensinou-me a importância de trabalhar com os outros e de nos empenharmos no que fazemos. Deu-me motivação para este trabalho e ensinou-me a ser boa profissional.</i>	Empenho Motivação
3	<i>Foi fundamental para reequilibrar a minha vida pessoal, económica e familiar. Se não tivesse feito este curso de forma empenhada ainda estava desempregada.</i>	Reequilíbrio Empenho
4	<i>Andava entre POC's e Subsídio de Desemprego. Isto não era vida para ninguém. O curso trouxe-me estabilidade na família e no trabalho e, conseqüentemente, motivação para a vida. Este veio na "hora H" para resolver muitos dos meus problemas. [económicos e familiares]</i>	Estabilidade Motivação
5	<i>Antes do curso vivia na dependência total do meu marido. Sentia alguma angústia por esta situação e por estar há tanto tempo à procura de alguma coisa que gostasse de fazer. Via na angústia e na instabilidade pessoal e familiar. Agora, ando mais motivada, sei o que quero e trabalho no que gosto. Sou outra pessoa.</i>	Motivação Estabilidade
6	<i>Estava saturada de estar em casa sem fazer nada. O curso trouxe-me rigor no trabalho [cumprimento de horários, tarefas, sentido de responsabilidade] e equilíbrio económico e na família.</i>	Rigor Equilíbrio
7	<i>Foi uma mudança radical na minha vida. Tenho emprego, salário certo e acabaram-se as ajudas [POC e RMG]. Com o curso tenho vindo a [re]organizar a minha vida. Hoje trabalho no que gosto.</i>	Mudança Reorganização
8	<i>Estabeleceu o equilíbrio familiar e económico no meu agregado familiar. Aumentou as minhas qualidades como trabalhadora [empenho nas tarefas e gosto pela profissão].</i>	Equilíbrio Qualidades profissionais
9	<i>Tornou-me uma pessoa mais ambiciosa e com vontade de ir mais além. Foi uma revolução na minha vida familiar pois, hoje, sou mais independente [economicamente em relação ao marido].</i>	Motivação Independência económica
10	<i>Abriu horizontes na minha vida e deu-me o equilíbrio que precisava. Hoje, tenho uma profissão que gosto e sei como se trabalha com idosos. Sou uma pessoa mais motivada.</i>	Equilíbrio Motivação
11	<i>Foi uma reviravolta muito boa [positiva]. Valeu-me um emprego que gosto e ajudou-me a equilibrar a minha vida sem precisar de ajudas de ninguém (Subsídio de desemprego).</i>	Equilíbrio Independência

Fonte: entrevistas estruturadas

O gráfico seguinte faz uma leitura das palavras-chave em cada discurso. Pela análise do mesmo, é perceptível que a acção de formação que frequentaram foi

decisiva sobretudo no restabelecimento da motivação e de reequilíbrio pessoal, familiar e económico.

Gráfico 14
Importância do curso



Fonte: entrevistas estruturadas

O sentimento das ex-formandas, aqui expresso através da importância que atribuíram à frequência da acção de formação profissional é, objectivamente o espelho dos efeitos que uma simples oferta formativa pode ter para os formandos.

Para além das competências profissionais que adquirem durante o percurso formativo, a formação é por inerência um agente de motivação para uma vida profissional e, também, de motivação para as coisas mais simples da vida. É também neste contexto que, uma estratégia de *empowerment* eficaz proporciona ao indivíduo ferramentas para a vida e para o trabalho.

O reequilíbrio referido, em contraposição à situação de desequilíbrio vivida durante o percurso de desemprego de longa duração é, inexoravelmente, um ganho substancial do formando. Se a este factor associarmos a estabilidade referida e a «reorganização de vida» estamos perante dados que consubstanciam a formação profissional como um agente de recuperação de cidadãos excluídos, para cidadãos aptos.

CONCLUSÕES

CONCLUSÕES

Segundo os dados apresentados anteriormente⁵², e que sustentaram a elaboração do Plano Regional de Emprego para o Alentejo, ficam bem patentes algumas das fragilidades da região relativamente à sua estrutura de emprego. Como consequência desta fragilidade, o elevado desemprego, sobretudo o de longa duração e os baixos níveis de qualificações profissionais e escolares tornam difícil o acesso ao mercado de emprego desta franja da população.

Por conseguinte, esta dificuldade de acesso ao mercado de emprego por parte dos desempregados de longa duração pode conduzir a situações de pobreza e exclusão social fruto sobretudo de dificuldades económicas e da diminuição das redes de sociabilidade conduzindo a uma ruptura com as práticas sociais e com o exercício de alguns direitos de cidadania.

Apesar de não ter sido intenção desta dissertação elaborar um tratado sobre a reinserção profissional de desempregados de longa duração no mercado de emprego apenas, se pretendeu obter algumas pistas para a compreensão de alguns factores que, por influência de uma intervenção formativa, possam contribuir para uma espécie de recuperação social do indivíduo, conducente à sua reinserção no mercado de emprego.

Os dados recolhidos, traduzidos nas conclusões aqui apresentadas, devem ser entendidos apenas como uma peça dum extenso puzzle da reinserção profissional de desempregados de longa duração no mercado de emprego. Contudo, a reflexão apresentada durante esta dissertação e, sobretudo os resultados atingidos permitem efectivamente um reforço, ainda que compreensivo, da temática em causa.

⁵² Ver ponto **1.8.2 Desemprego no Alentejo: considerações equadoras.**

Os objectivos específicos da presente dissertação reflectem sobre a intenção do conhecimento que se pretendia atingir. Assim, a seguir se apresentam algumas conclusões chegadas em cada objectivo específico.

(I) Motivos que levaram à saída do mercado de emprego dos desempregados de longa duração.

Na listagem dos motivos ou causas que conduziram à saída do mercado de emprego, registou-se uma relação entre os motivos apresentados no enquadramento teórico. Assim, para além da fragilidade geral da estrutura de emprego da região, foram registadas como principais causas da perda de emprego por parte dos entrevistados as seguintes:

- Ausência de QUALQUER qualificação profissional e baixa escolaridade (10 casos referiram esta situação);
- Fragilidade local do mercado de emprego, traduzida na insuficiência de ofertas de emprego para responder a públicos de baixas escolaridade;
- Foram registados 4 casos que entraram em situação de desemprego de longa duração por influência do fim do contrato de trabalho que possuíam ter terminado;
- Dois casos referiram ainda que a sua saída do mercado de emprego se deveu sobretudo a situação de despedimento/encerramento de empresa.

Os motivos supra apresentados foram relatados nas entrevistas que serviram de base a esta investigação. Contudo existem dois aspectos que se revestem de extrema importância referir. Um primeiro, que se traduz na já referida fragilidade do mercado de emprego regional e que, por essa mesma causa, tem sido alvo de várias medidas de promoção da política de emprego, como por exemplo o Plano

Regional de Emprego para o Alentejo, entre outras. Segundo, o facto de por parte dos entrevistados existir uma assunção e consciencialização dos motivos que conduziram à perda de emprego. Este último aspecto pode ter uma dupla leitura. Por um lado, o conhecimento por parte do desempregado das suas próprias limitações e fragilidades e, por outro, este conhecimento das suas próprias causas pode ser um factor gerador de desmotivação, na medida em que o tempo passa e a sua situação face ao emprego não se altera, podendo em certa medida conduzir a processos de desmotivação e perda de auto-estima e até “deseccorajamento”. Estes motivos, tal como foi referido anteriormente⁵³, são factores de risco que, cumulativamente podem potenciar situações de exclusão social ou seja, através duma quebra de laços sociais, tal como advogam Castel (1995) e Xiberras (1996).

(II) Factores que caracterizam os percurso de exclusão social dos desempregados de longa duração.

Recordando o que foi referido anteriormente no enquadramento teórico, a pobreza como falta de recursos não implica necessariamente uma situação de exclusão social. Por outro lado o estar em situação de exclusão social não implica também necessariamente uma situação de pobreza. Contudo, ambas as situações se revestem de algumas implicações para o indivíduo desempregado de longa duração.

Como agravante, uma situação de desemprego (sobretudo de longa duração) pode fragilizar a estabilidade individual e/ou familiar do indivíduo. A diminuição do nível de recursos económicos e, sobretudo a diminuição das redes de sociabilidade são, inexoravelmente, consequências da perda de emprego. Deste

⁵³ A este propósito rever Figura 4

quadro aqui descrito, até um de exclusão social ou de pobreza poucos passos restaram, isto se, numa base de retaguarda não existir uma estrutura que faça face a esta diminuição de recursos económicos e sociais de forma a atenuar as perdas verificadas (presença do companheiro com uma situação profissional que disponibiliza um salário pode ser entendida como um factor atenuação das dificuldades económicas)

Por outro lado também, a substituição do rendimento do trabalho pelos valores do Subsídio de Desemprego ou do Rendimento Mínimo Garantido não resolve o problema de desemprego mas, apenas atenua apenas a falta do mesmo na medida em que estes apoios não resolvem a questão da diminuição das redes de sociabilidade.

Relativamente ao percurso dos desempregados de longa duração desta dissertação, na sua base estão várias particularidades.

As entrevistadas estão enquadradas por famílias de tipo nuclear nas quais imperam os baixos rendimentos. Em caso de privação dum rendimento dos elementos do agregado toda a estrutura económica do mesmo se torna vulnerável. Em alternativa, o recurso a apoios do Sistema de Protecção Social (SD/RMG) pode funcionar como um atenuante.

Decisivamente, a extrema fragilidade dos agregados familiares sobretudo a nível económico e também, os baixos níveis de escolarização e qualificação dos desempregados de longa duração são factores estruturais que condicionam os percursos dos indivíduos podendo, inclusivamente, atirá-los para circuitos de pobreza e/ou exclusão social.

De acordo com os resultados das entrevistas, o seu percurso no período de desemprego de longa duração foi sobretudo caracterizado por dificuldades e limitações ao nível da obtenção de bens de consumo e, alguns casos tiveram necessidade de recorrer a solidariedade de instituições (3 casos) e de vizinhos, amigos e familiares (2 casos) como estratégia para atenuar o quadro de dificuldades sentidas. Estas limitações, traduzidas sobretudo em quadros de privação de bens de consumo, podem ser entendidas como situações de pobreza relativa na medida em que o indivíduo manifesta algumas dificuldades para satisfação das referidas necessidades.

Por outro lado, às dificuldades de privação referidas anteriormente, estão associadas algumas discussões registadas nos agregados familiares as quais, conseqüentemente, conduziram a desequilíbrios de nível relacional e económico no mesmo. Este facto está associado também à desmotivação e fragilidades de laços que se referiu no enquadramento teórico e que, no quadro das entrevistas realizadas também se verificou.

Ao nível profissional, o percurso dos desempregados de longa duração é tipo «*vaivém*» na medida em que se caracterizam por diversas entradas e saídas do mercado de emprego. Este cenário, para além da evidente instabilidade que causa no equilíbrio pessoal e familiar do indivíduo é, sobretudo um elemento extremamente desgastante para o DLD pois, para além de limitar as expectativas profissionais, gera factores que podem potenciar a exclusão social⁵⁴: diminuição das redes de sociabilidade, desmotivação e ausência dum projecto profissional.

Na base da instabilidade dos percursos profissionais desta população desempregada estão, tal como foi referido no enquadramento teórico e com semelhanças no quadro das entrevistas realizadas, a baixa escolaridade e a

⁵⁴ Ver figura 4

ausência de qualificações profissionais. Estes dois factores são marcantes no percurso profissional do indivíduo pois, quanto menor for o nível de habilitações e qualificações, menores serão as probabilidades de emprego.

Quer a oscilação tipo «vaivém», quer o quadro de habilitações/qualificações são factores de precariedade no emprego e marcantes no percurso dos desempregados de longa duração traduzindo-se sobretudo ao nível das indefinições quanto ao futuro profissional (8 casos) e à desmotivação pessoal acentuada (9 casos).

Ao nível relacional, a situação de desemprego de longa duração leva inquestionavelmente à diminuição das redes de sociabilidade como consequência sobretudo da redução de contactos do emprego.

Tal como foi referido no enquadramento teórico, a desemprego de longa duração acarreta enormes perdas para o indivíduo: isolamento com consequência da redução de contactos, baixa auto-estima, desmotivação e perda de prestígio social.

Em suma, os factores que caracterizam os percursos dos desempregados de longa duração encontram-se intimamente ligados a:

- ✚ Diminuição do bem-estar social;
- ✚ Diminuição/fragilização de rendimentos;
- ✚ Alguma dificuldade em obter bens de primeira necessidade;
- ✚ Instabilidade pessoal, familiar e profissional;
- ✚ Incertezas de ordem pessoal, familiar e profissional;
- ✚ Indefinições quanto ao futuro profissional e desencorajamento para a procura de soluções de emprego;

- ↳ Situações de pobreza relativa;
- ↳ Potenciação de factores de risco de exclusão.

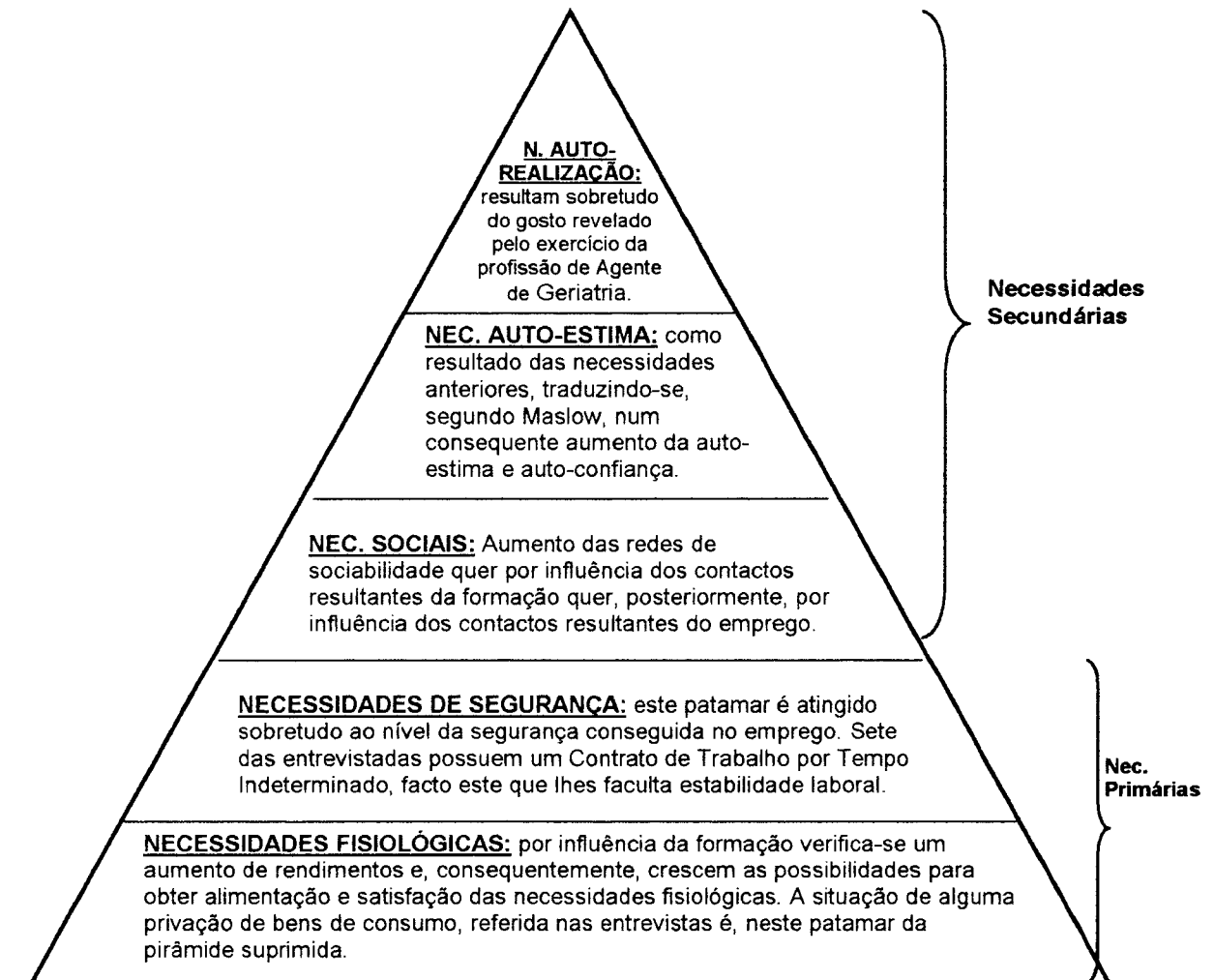
(III) Competências que adquiridas por influência da formação profissional contribuíram para a reinserção no mercado de emprego.

A formação profissional é por excelência um processo de promoção de competências de diversa natureza. Das competências técnicas às pessoais/relacionais e das competências formais às informais, a formação é por excelência um processo de “recuperação social do indivíduo”.

O Modelo de Formação que esteve na base da intervenção formativa das formandas entrevistadas possui, por si só resultados imediatos e directos que se traduzem num aumento do rendimento das formandas, devido ao facto destas auferirem uma bolsa de formação igual à Remuneração Mínima Nacional. Por outro lado também, a própria formação produziu um aumento das redes de contactos dos desempregados, quer com os outros colegas da formação, quer também com formadores e outros elementos envolvidos no processo formativo, restabelecendo em certa medida as redes de sociabilidade.

Neste quadro, estamos perante um potencial aumento das competências sociais e relacionais, contribuindo para uma quebra do isolamento característico da situação de exclusão. Neste sentido, tal como se pode verificar no **Quadro 20**, a formação foi, para estas formandas, um factor de reforço de competências pessoais, sociais e relacionais.

Figura 23
Pirâmide de satisfação de necessidades do DLD



Fonte: entrevistas estruturadas

Em complemento da pirâmide anterior, o quadro seguinte, faz a súmula dos diversos níveis de competências adquiridas pelas entrevistadas:

Quadro 27

Níveis de competências registados:

1	Base	<ul style="list-style-type: none">• Aumento das competências de comunicação (compreensão, ouvir, exprimir e escrever);
2	Profissionais	<ul style="list-style-type: none">• Aumento do gosto pelo trabalho com idosos;• Aquisição de técnicas de trabalho com idosos (Animação, Lar, Centro de Dia e Apoio Domiciliário);• Segurança no desempenho profissional;• Rigor no cumprimento de tarefas.
3	Relacionais	<ul style="list-style-type: none">• Ajudar, encorajar/estimular, partilhar, aconselhar e facilitar (fundamentais nesta profissão);• Necessidade de trabalhar em equipa;
4	Sociais	<ul style="list-style-type: none">• Aumento da rede de contactos (formandos, técnicos da formação, idosos e funcionários da instituição).

Fonte: entrevistas estruturadas

(IV) Relação entre a reinserção no mercado de emprego e a frequência da acção de formação profissional.

O processo de reinserção no mercado de emprego das entrevistadas foi fortemente influenciado pela frequência da acção de formação profissional que frequentaram. Aquando da realização das entrevistas, todas as entrevistadas se encontravam a exercer a sua actividade profissional em instituições em que realizaram formação prática em contexto real de trabalho.

Neste sentido, a formação poderá ter funcionado como um «montra de competências» que permitiu ao potencial empregador⁵⁶ observar *in loco* os recursos humanos para a sua instituição. Por outro lado, as entre as entrevistadas, dez das onze, referiram que foi pelo facto de terem realizado a formação prática na instituição que conseguiram o emprego que possuíam aquando das entrevistas. Este factor é de extrema importância, na medida em que gera uma motivação acrescida nas formandas para que «mostrem o seu real valor» em termos profissionais e pessoais.

Para a grande maioria das entrevistadas, a formação funcionou como uma «reconciliação (decisiva) com o mercado de emprego⁵⁷» e sobretudo, uma mudança para melhor nas suas vidas.

Além deste quadro de valorização da formação foi ainda notório no discurso das entrevistadas o reflexo do equilíbrio pessoal e financeiro que a formação restabeleceu nos seus agregados familiares em oposição à ausência dum projecto de vida, às indefinições quanto ao futuro profissional e dificuldades em obter bens de primeira necessidade, conforme referem os dados das entrevistas relativamente ao período que antecede a frequência da acção de formação.

Em suma, a frequência dum acção de formação profissional, traduzida numa situação de empregabilidade pode ser um factor de reinserção de desempregados de longa duração no mercado de emprego. Assim, os pontos a seguir indicados, deixam algumas pistas relativamente à importância que uma acção de formação profissional pode conceder aos desempregados em situação de pobreza e exclusão social:

⁵⁶ Entenda-se: dirigentes e responsáveis pela instituição na qual as formandas realizaram formação em contexto de trabalho.

⁵⁷ Ver QUADRO 23

- Por si só, a **bolsa de formação** auferida pelos formandos durante o processo formativo já é um **contributo para atenuar as dificuldades económicas do indivíduo** (entenda-se pobreza relativa).
- Tal como foi referido no enquadramento teórico e, tendo por base o que referem M^a Teresa Seródio Rosa, M^a Fortunata Gonçalves e Paula Ferreira (2000), nos nossos dias é bem possível que um DLD “sobreviva” durante o período de desemprego pois, existem apoios de carácter social e solidariedades familiares que podem atenuar as perdas provocadas pelo desemprego. No caso das entrevistadas, o recurso a estes apoios, funcionou como um atenuante de situações de pobreza e exclusão social.
- O percurso em situação de DLD por parte das formandas foi sobretudo pautado pelo recurso a apoios de carácter social e com algumas dificuldades económicas no agregado familiar com várias situações de privação.
- A situação de desemprego de longa duração foi também caracterizada por uma assinalável redução das redes de sociabilidade, situações de desmotivação pessoal, alguma dependência de apoios de carácter social, indefinições quanto ao futuro profissional e algumas situações de desequilíbrio no agregado familiar (discussões, dificuldades económicas, instabilidade).
- A frequência da acção de **formação enceta um processo de reaprendizagem social do indivíduo**, permitindo-lhe o restabelecimento de redes de sociabilidade, quer com colegas da formação, quer com outros intervenientes (formadores, instituição, etc.).

- A formação prática em contexto real de trabalho permite um regresso ao real mundo do trabalho e, simultaneamente, um **contacto com as práticas e exigências do meio**.
- O **restabelecimento e aumento das redes de sociabilidade é um factor de «reequilíbrio» para o indivíduo**. Os excertos a seguir apresentados são indicadores da importância da formação para as formandas em causa:

“Estava saturada de estar em casa sem fazer nada. O curso trouxe-me rigor no trabalho e equilíbrio económico na família.”

(excerto de entrevista)

“Foi fundamental para reequilibrar a minha vida pessoal, económica e familiar. Se não tivesse feito este curso de forma empenhada ainda estava desempregada.”

(excerto de entrevista)

- A frequência dum acção de formação profissional é também um factor de **restabelecimento de motivação do indivíduo para o mundo social e profissional**. Para estas entrevistadas, este quadro foi notório pois, conseguiram um aumento de motivação em sentido geral e, paralelamente uma reconquista da estabilidade e mudança geral de vida num sentido mais positivo:

“Ensinou-me a importância de trabalhar com os outros e de nos empenharmos no que fazemos. Deu-me motivação para este trabalho e ensinou-me a ser uma boa profissional.”

(excerto de entrevista)

“Antes do curso vivia na dependência total do meu marido. Sentia alguma angústia por esta situação e por estar há tanto tempo à procura de alguma coisa que gostasse de fazer. Vivia na angústia e na instabilidade pessoal e familiar. Agora ando mais motivada, sei o que quero e trabalho no que gosto. Sou outra pessoa.”

(excerto de entrevista)

“Foi uma mudança radical na minha vida. Tenho emprego, salário certo e acabaram-se as ajudas (POC/RMG). Com o curso tenho vindo a (re) organizar a minha vida. Hoje trabalho no que gosto.”

(excerto de entrevista)

“Tornou-me uma pessoa mais ambiciosa e com vontade de ir mais além. Foi uma revolução na minha vida familiar pois, hoje, sou mais independente [economicamente em relação ao marido].”

(excerto de entrevista)

- Tratando-se de mulheres, foi também notório a presença de alguma dependência, sobretudo económica em relação ao marido no período que antecede a formação.. Por conseguinte, tal como se pode ler nos excertos apresentados anteriormente, a formação foi também, para algumas destas formandas, um factor de **emancipação e autonomia em relação ao seu companheiro**.

- A acção que as formandas frequentaram teve também uma componente denominada de Sócio-Cultural⁵⁸. Esta mesma componente pode ser considerada um aspecto de extrema importância, na medida em que permitiu um **reforço das competências de comunicação oral e escrita**.
- Pelo facto de se tratar dum formação na área dos Serviços Pessoais e à Comunidade e com uma **forte componente de «relação com pessoas»**, não será de estranhar que indicadores como o “trabalhar em equipa”, “espírito de equipa”, “auto-estima”, sejam traduzidos num reforço de competências pessoais e relacionais.
- A **realização da formação prática em contexto real de trabalho** foi decisiva para a reinserção das formandas. Para além de proporcionar um retorno ao mundo real do trabalho, através das suas práticas e exigências, permitiu também aos potenciais empregadores ficarem com um conhecimento de potenciais candidatas a emprego. Neste caso, a formação teve o efeito de «montra de competências».
- A formação para as entrevistadas foi também um indicador de melhoria das condições de vida, sobretudo através da **elevação do rendimento do agregado familiar e conseqüente aumento das possibilidades de acesso a determinados bens e serviços**, sobretudo os de alimentação os quais, tal como foi referido no início da descrição dos dados, algumas formandas encontravam-se privadas dos mesmos. Neste quadro, estamos perante uma tendência para o distanciamento da situação de pobreza.

⁵⁸ Nesta componente as formandas tiveram um módulo de cerca de 60 horas de COMUNICAÇÃO ORAL E ESCRITA.

- **O factor emprego**, sobretudo para as formandas com Contrato de Trabalho a Termo Incerto, foi um factor de total reequilíbrio que rompeu com o quadro de instabilidade e precariedade no emprego verificado antes da frequência da acção de formação.
- O «factor emprego» e sobretudo o **aumento das redes de sociabilidade** verificado, pode ser entendido como um factor de reforço dos laços sociais e, conseqüentemente de inserção social. Sublinhe-se também que se está perante uma profissão em que o foco do trabalho é a pessoa idosa e por conseguinte, um trabalho fortemente realizado em equipa⁵⁹.
- Para além das **competências profissionais** adquiridas e certificadas, as entrevistadas revelaram ter desenvolvido **competências nos domínios pessoais, relacionais e social**.

Em suma, não se pode dizer que, um só factor contribuiu para a reinserção no mercado de emprego dos desempregados de longa duração. A influência dos vários factores anteriormente referidos foi decisiva para a reinserção destes formandos e, conseqüentemente, iniciar o processo de «recuperação social» dos mesmos.

Os resultados aqui apresentados apesar de não permitirem extrapolações para outras realidades, permitem a compreensão de alguns efeitos que a formação pode conceder para a reinserção de desempregados de longa duração no mercado de emprego.

⁵⁹ Entendam-se equipas de Apoio Domiciliário, equipas de Trabalho em Lar, equipas constituintes dos Turnos Nocturnos, e sobretudo o contacto com os familiares dos idosos que visitam os seus familiares na instituição.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A TEMÁTICA

O discurso sobre as questões da pobreza e da exclusão social tem assumido nos tempos mais recentes um enorme enfoque por parte da comunidade científica. Por conseguinte, a utilização do termo «exclusões» em detrimento de «exclusão» é o espelho do quão é complexa a abordagem do tema.

A multiplicidade de exclusões existentes no tecido social e, por outro lado, as quase sempre paralelas situações de pobreza existentes, tornam complexa a abordagem sobre o fenómeno em causa. Uma outra dificuldade se apraz registar e que se encontra na delimitação da fronteira entre a pobreza e a exclusão social ou seja, onde começa a pobreza e onde acaba a exclusão social? Esta foi efectivamente um constrangimento desta dissertação pois, foi extremamente difícil responder à pergunta em causa. Mesmo assim, ficaram alguns registos pertinentes e fundamentais para a compreensão da problemática.

Efectivamente, a exclusão pressupõe um distanciamento do indivíduo das práticas sociais ditas «normais» em sociedade, como por exemplo o acesso ao emprego. Por outro lado, sempre que nos reportamos à exclusão, não podemos relegar para um papel secundário a *privação* do exercício da cidadania que se encontra presente. Aqui, o termo *privação* é extraordinariamente complexo pois, por detrás dele estão uma multiplicidade de causas que conduziram aos quadros de exclusão social e de pobreza que enquadram os indivíduos.

Ainda outra questão se levanta. Será a exclusão social o reflexo do desenvolvimento económico da própria sociedade que, por sua influência deixa de fora quem não o acompanha?

As mudanças tecnológicas e económicas que se verificam e as constantes mutações do mercado de trabalho⁶⁰ transportam consigo alguns constrangimentos, que se traduzem em impedimentos, para o indivíduo poder aceder ao exercício duma actividade profissional designadamente, a necessidade de pessoal qualificado para um número significativo de profissões.

Surge aqui um novo paradigma, assente sobretudo no SABER-FAZER, o qual assume um lugar central e determinante para o acesso ao mercado de trabalho. É sobretudo neste quadro que começa a emergir o foco da exclusão.

Um sem número significativo de indivíduos, por não possuírem competências no âmbito do saber-fazer e, cumulativamente, por serem detentores de baixas qualificações escolares e profissionais passam a ser detentores de uma situação de vulnerabilidade acentuada que os pode relegar para situações de pobreza e/ou exclusão social.

Voluntariamente ou por imposição de vários factores, passam a ser excluídos das práticas e relações sociais, ficando numa situação de desvantagem. Este quadro é característico dos desempregados, sobretudo os de longa duração os quais, dia após dia vão agravando o seu distanciamento social, traduzindo-se em situações de precariedade pessoal e familiar, ao nível de círculos de pobreza e de exclusão social.

O agudizar deste quadro adquire uma maior dimensão quando o indivíduo passa a assumir um estatuto de desvalorizado quer por si próprio, através da desmotivação e da desvinculação das práticas sociais quer, por parte da sociedade em geral, para a qual a representação social dos indivíduos

⁶⁰ Utilizou-se o termo mercado de trabalho propositadamente, dada a amplitude e abrangência do mesmo.

desempregados é associada a um estatuto de desvalorização e/ou de «calaceiros».

Esta situação ganha outra visibilidade a partir do momento em que o indivíduo começa também a revelar dificuldades de acesso a determinado patamar de bens e serviços e, passa a ter períodos de ausência de convivência ou de interacção com os outros.

A exclusão social é pois um processo de vulnerabilidade social que conduz a uma desagregação das relações sociais. Aqui, a perda de emprego é decisiva para o despoletar/agravar da situação, sobretudo através do deficit de socialização.

Parece também consensual que o desemprego de longa duração gera desmotivação e diminuição da auto-estima no desempregado, fragilizando-o significativamente.

O equacionar de respostas à medida para os desempregados de longa duração, de forma a potenciar a sua reinserção social e profissional é uma tarefa delicada e de extrema complexidade.

A questão da qualificação de recursos humanos ocupa nos nossos dias um lugar central no discurso sobre a educação e a formação de jovens e adultos. Por conseguinte também, a ligação que se tem feito entre a educação e a formação, sobretudo através da criação da ANEFA⁶¹ e a realização de acções de formação com componente escolar e profissional⁶², reforçam a necessidade de elevar o

⁶¹ ANEFA: Agencia Nacional para Educação e Formação de Adultos, actualmente Direcção Geral de Formação Vocacional.

⁶² São também exemplo os cursos do SISTEMA APRENDIZAGEM e de EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO destinados a jovens.

nível de qualificações e de competências profissionais e escolares da população portuguesa.

Nestas modalidades de formação, a aproximação ao mundo real do trabalho assume um papel central na estruturação da actividade formativa, como meio de interacção do indivíduo com o mundo das práticas reais, através da operacionalização de actividades formativas.

Esta aproximação ao real, em situações de grupos desfavorecidos, é decisiva e permite alguns ganhos para o indivíduo:

- ✚ ***Permite a ligação directa das aprendizagens teóricas com a prática real. No lugar da simulação, surge a realidade prática;***
- ✚ ***Confronta o indivíduo com as dificuldades e exigências reais do posto de trabalho;***
- ✚ ***Enceta um processo de re-aproximação com a realidade profissional, numa lógica de «recuperação» e «refiliação» social.***

Os pontos anteriormente referidos são o reflexo do quanto é importante estabelecer uma estreita relação entre TRABALHO e FORMAÇÃO, numa perspectiva de aferição dos saberes da formação no mundo do potencial empregador. Por outro lado, a «standardização» de referenciais formativos pode induzir em erros sucessivos, na medida em que, se não forem testadas as aprendizagens em contexto real de trabalho, podem gerar certificação de competências desajustadas do mundo real do trabalho.

Assim, ao Modelo Centrado na Aquisição de Competências Técnicas Referenciadas⁶³, deverá surgir um **MODELO DE COMPETÊNCIAS CENTRADAS NO MUNDO REAL**, em que os referenciais de formação deverão ter por base um rol de competências genéricas da profissão e, uma parte serão competências a construir durante o percurso formativo, à medida das necessidades do mundo real do trabalho e com o envolvimento dos potenciais empregadores, na medida em que este é por excelência, um campo privilegiado para a aplicação de saberes.

Este potencial modelo deverá ser assente no postulado da relação **SABER-ACÇÃO REAL**, em que a ligação entre a teoria geral de determinada profissão e as necessidades reais do mundo do trabalho serão o caminho a seguir.

Neste processo de qualificação formal, a certificação de vários quadros de competências será um factor fundamental para o indivíduo, na medida em que não só de saber profissional se faz o profissional ou seja, o profissional também tem subjacente um conjunto de aptidões e destrezas que importa reconhecer por via dum certificado.

Assim as competências a certificar deverão ser de âmbito:

- ↳ **SOCIAL E RELACIONAL:** fundamental no trabalho em equipa e descritivas da capacidade do indivíduo se adaptar a situações novas de trabalho;
- ↳ **PROFISSIONAL:** ao nível do fazer, a operacionalização de métodos e técnicas de trabalho, a qualidade do desempenho e a segurança no fazer.

⁶³ Entenda-se acções de formação com recurso a currículos e referenciais de formação rígidos e impeditivos de fazer re/ajustamentos.

Contudo, este modelo terá um risco significativo, na medida em que, se não houver uma responsabilização das entidades empregadoras através da abertura de «portas para o emprego», correr-se-á o risco de se formar «avulso» e de criar falsas expectativas no formando.

Em suma, das conclusões desta dissertação um, entre os vários aspectos, é de total pertinência ser referenciado. A aplicação de saberes teóricos em contextos de formação prática real é decisivo para o processo de recuperação social do indivíduo pois, para além do contacto com as práticas do mundo real de trabalho, coloca-o em interacção directa quer com as exigências do meio, quer com a verificação das aprendizagens decorrentes do processo formativo.

Por outro lado, a formação dos nossos dias deverá ser também uma formação centrada sobretudo no postulado do FORMANDO e das NECESSIDADES DO MERCADO, em detrimento de formações avulso, centradas no formador e na simples candidatura a apoios comunitários.

Em processos de reinserção de grupos socialmente desfavorecidos, a construção duma intervenção formativa deverá começar na base e não no topo. Quer isto dizer que, se não for primeiramente desenvolvida a motivação e a auto-estima em simultâneo com o reforço de competências sociais, pessoais e relacionais «estaremos» a formar perante uma barreira pois, dificilmente existirá mobilização por parte do indivíduo para o desenvolvimento das competências profissionais.

A receita parece clara, simples e do senso comum mas, será que na prática ela é aplicada? Fica em aberto a resposta!

BIBLIOGRAFIA

ALBARELLO, Luc; DIGNEFFE, Françoise; HIERNAUX, Jean-Pierre; MAROY, Christian; RUQUOY; SAINT-GEORGES, Pierre

1997 Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais. Lisboa: Gradiva

ALMEIDA, José Ferreira de; CAPUCHA, Luis; COSTA, António Ferreira da; MACHADO, Luís; NICOLAU, Isabel; REIS, Elizabeth

1992 Exclusão social - Factores e Tipos de Pobreza em Portugal. Oeiras: Celta Editora

AMARO, Rogério Roque

S/D O desenvolvimento local como processo de empowerment; Colóquio Transnacional "As pessoas e o território"

AMARO, Rogério Roque

1999 Inovação e disseminação na formação; IN:Actas do Seminário de desenvolvimento de competências, competitividade e cidadania; Lisboa, INOFOR

AMARO, Rogério Roque

2000 A inserção económica de populações desfavorecidas, factor de cidadania; Sociedade e Trabalho nº8/9, MTS, Lisboa

AMARO, Rogério Roque (coord.)

2001 Pobreza e Exclusão Social nas Sociedades Contemporâneas, IEFP/Centro Nacional de Formação de Formadores – Formação Contínua para formadores/Seminários regionais "Estratégias de actuação dirigidas a formandos em risco de exclusão" (policopiado)

BARDIN, Laurence

1995 Análise de Conteúdo. Lisboa: Edições 70

BELL, Judith

1997 Como realizar um Projecto de Investigação. Lisboa: Gradiva

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari

1994 Investigação qualitativa em educação. Porto, Porto Editora

BRAVO, R. Sierra

1994 Tesis Doctorales y Trabajos de Investigación Científica. Madrid: Paraninfo

1994 Técnicas de Investigación Social. Madrid: Paraninfo

BUNK, G.P.

1994 Prestação de competências na formação profissional inicial e contínua na RFA, CEDEFOP; Revista Europeia Formação profissional, nº1/1994, Berlim

CAPUCHA, Luis Manuel A.

1998a Exclusão Social e Acesso ao Emprego: paralelas que podem convergir; Ministério do Trabalho e da Solidariedade Revista Sociedade e Trabalho nº3, Lisboa

CAPUCHA, Luis Manuel A. (coord.)

1998b Grupos desfavorecidos face ao emprego – tipologias e Quadro Básico de Medidas Recomendáveis; Observatório do Emprego e Formação Profissional, Estudos e Análises nº8, Lisboa

CAPUCHA, Luís; MARQUES, Ana Sofia; CASTRO, José L.; PEREIRA, Carlos; MONTEIRO, Paula

2002 Vulnerabilidade à Exclusão Social; IN: Portugal 1995-2000 – Perspectivas da Evolução Social, Capítulo 8, DEPP/MTS, Celta Editora

CARMO, Hermano (coord.)

1996 A exclusão social: rotas de intervenção; Universidade Técnica de Lisboa, ISCSP, Lisboa

CASTEL, Robert

1996 Les Marginaux dans l'histoire; In : Paugam, Serge (coord.) ; L' exclusion :l'état des savoirs ; Éditions la Découverte, Paris

CENTENO, Luis, ERSKINE, Angus; PEDROSA, Célia

2000 Percursos Profissionais de Exclusão Social; OEFP, Estudos e Análises nº19, Lisboa

CEITIL, Mário

2000 IN: VALA, Jorge; CAETANO, António (orgs.); Gestão de Recursos Humanos – contextos, processos e técnicas; Editora RH, Lisboa, 1ª Edição

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS

1995 Livro Branco sobre a Educação e a Formação. Bruxelas

COMITÉ DA PROTECÇÃO SOCIAL

2001 Relatório sobre indicadores no domínio da pobreza e da exclusão social, União Europeia, Outubro de 2001

CONSELHO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS

2000 Documento de trabalho dos serviços da comissão “Memorando sobre Aprendizagem ao Longo da Vida” - Bruxelas

CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL

1999 Parecer sobre o Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social - PNDES, Lisboa

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

2001 Parecer nº3/2001, Diária da República – II Série, nº162 de 14 de Julho de 2001

COSTA , Alfredo Bruto da

1984 Conceito de Pobreza; In: Estudos de Economia, Vol, IV, nº3, Abril- Junho, Évora

COSTA, Alfredo Bruto da

1998 Exclusões Sociais; Cadernos Democráticos, Coleção Fundação Mário Soares, Gradiva, Lisboa

COSTA, Luís

1999 A formação: caleidoscópio de visões em torno do indivíduo, das organizações e do estado. In: Actas do Seminário «Desenvolvimento de competências, competitividade e cidadania»; INOFOR, Lisboa

COVAS, Maria das Mercês

1998 A exclusão social: um processo estrutural e biográfico; Comunicação apresentada no 1º Congresso Português de Sociologia Económica, SOCIUS/ISEG, Lisboa - Fundação Calouste Gulbenkian (4 a 6 de Março)

DEMAZIÈRE, Didier

1996 Chômage et dynamiques identitaires; In: Paugam, Serge (coord.); L' exclusion :l'état des savoirs ; Éditions la Découverte, Paris

DUBAR, Claude

1991 La socialisation: construction des identités sociales et professionnelles, Paris, Armand Colin

DUBAR, Claude

1996 Socialisation et processus; In: Paugam, Serge (coord.); L' exclusion :l'état des savoirs ; Éditions la Découverte, Paris

ÉCOLE NATIONALE D'ADMINISTRATION – PROMOTION ANTOINE DE SAINT-EXUPÉRY (1992-1994)

1994 Politiques de lutte contre le chômage e l'exclusion et mutations de l'action sociale ;
La Documentation Francaise, Recherche, Paris

ESTRELA, Albano

1994 Teoria e prática de observação de classes, 4ªedição, Porto, Porto Editora

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS

1996 A exclusão social e o Serviço Social na Europa – Facilitar a inclusão. Comissão Europeia, DG V – Emprego, Relações Industriais e Assuntos sociais

FERNANDES, António José

1992 Métodos e Regras para a elaboração de Trabalhos Académicos e Científicos.
Lisboa: Porto Editora

FERREIRA, J.M.Carvalho; PEIXOTO, João; CARVALHO, Anabela Soriano; RAPOSO, Rita; GRAÇA, João; MARQUES Rafael

1995 Sociologia, McGraw-Hill de Portugal, Alfragide

FITOUSSI, Jean-Paul; ROSANVALLON, Pierre

1997 A Nova Era das Desigualdades, Celta Editora, Oeiras

FORMARIER, M; POIRIER, C;

1994 Limitation à la recherche en soins infirmieres; in: Special Methodologia, Edition Lamarre - Poirot

FORRESTER, Viviane

1997 O Horror Económico, Terramar, Lisboa, 4ªedição

FOUGÉRE, Denis

1996 Trajectoires de chômeurs de longue durée; In : Paugam, Serge (coord.); L' exclusion :l'état des savoirs ; Éditions la Découverte, Paris

FRIEDMAN, John

1996 Empowerment: uma política de desenvolvimento alternativo; Oeiras, Celta Editora

GAZIER, Bernard

1996 Implicites et incomplète: les théories économiques de l'exclusion; In : Paugam, Serge (coord.); L' exclusion :l'état des savoirs ; Éditions la Découverte, Paris

GOMES, Cláudia Teixeira

1997/98 Caracterização do desemprego de longa duração numa área crítica a sul do Tejo; In: Revista Organizações e Trabalho nº18/19, APSIOT

GUGGENHEIM, Eric Fries

1999 Reconhecimento de competências dos indivíduos: certificação, acreditação, validação e reconhecimento; In : Actas do Seminário «Desenvolvimento de competências, competitividade e cidadania»; INOFOR, Lisboa

HAGUETTE, Teresa M. F.

1990 Metodologias Qualitativas na Sociologia. Petrópolis: Vozes

HENRIQUES, José Manuel

2000 Globalização, construção europeia e coesão social sem desenvolvimento; In :Revista Cidade Solidária; Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, nº5 – Ano III –2º Semestre, Lisboa

IMAGINÁRIO, Luís

- 1999 Validação de competências profissionais. Compreender e debater a problemática; In : Revista Sociedade e Trabalho nº7; Ministério do Trabalho e da Solidariedade, Lisboa

INOFOR – INSTITUTO PARA A INOVAÇÃO NA FORMAÇÃO

- 1998 Da Exclusão à Integração: Formação para jovens com baixa escolaridade. Lisboa: Inofor
- 1999 Desenvolvimento de Competências, Competitividade e Cidadania. Lisboa: Inofor

INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

- 1999 Plano Regional de Emprego para Alentejo, 2ª Edição, Julho de 1999

JOSSO, Marie-Christine

- 2002 Experiências de Vida e Formação, Edição EDUCA, Lisboa

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Maria de A

- 1989 Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Editora Atlas

LENINGER, M.

- 1989 Teorias de los cuidados transculturales, In: Marriner, A.; - Modelos y teorías de enfermería, Ed. Rol, Barcelona

LEVY-LEBOYER, Claude

- 1999 Competências individuais, organizacionais e colectivas; In : Actas do Seminário «Desenvolvimento de competências, competitividade e cidadania»; INOFOR, Lisboa

LUDKE, Menga, ANDRÉ, Mari

1986 Pesquisa em educação: abordagem qualitativa, São Paulo, E.P.U.

MAGÃO, Maria Teresa

1992 Cuidar: significado e expressão na formação em enfermagem, Dissertação apresentada no âmbito do 3º C.P.A.E.E., Lisboa, E.S.E.M.F.R. (policopiado)

MIRA, Luís

1999 A formação: caleidoscópio de visões em torno do indivíduo, das organizações e do estado. In: Actas do Seminário «Desenvolvimento de competências, competitividade e cidadania»; INOFOR, Lisboa

MOREIRA, Carlos Diogo

1994 Planeamento e Estratégias da Investigação Social. Universidade Técnica de Lisboa, ISCSP, Lisboa

NEVES, Oliveira; GRAÇA, Susana (coords.)

2000 Inserção no Mercado de Trabalho de Populações com especiais dificuldades, MTS/DGEFP- Comissão Interministerial para o emprego; Caderno nº 21/22

NEVES, Oliveira (coord.)

2001 Projecto de Pesquisa Acção "A inclusão de Grupos Problemáticos"
– Relatório Final Preliminar; Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Lisboa (policopiado)

OLIVEIRA, José Grosso de

1990 Desemprego e representações sociais do trabalho; IN: A sociologia e a sociedade portuguesa na viragem do século – Actas do I Congresso português de Sociologia – Vol. II, Associação Portuguesa de Sociologia, Fragmentos

PARSE, Rosemerie

1985 Nursing Research – Qualitative Methods, Maryland, Brady Communications Company

PAUGAM, Serge

1993 La Disqualification sociale - essai sur la nouvelle pauvreté, Paris, PUF

PAUGAM, Serge (dir.)

1996 L' exclusion :L'état des savoirs ; Éditions la Découverte, Paris

PEREIRINHA, José

1992 European Community on National Policies to combat Social Exclusion, Portugal, Second Annual Report, Lisboa, CISEP - IN: **COVAS**, Maria das Mercês; A exclusão social: um processo estrutural e biográfico; Comunicação apresentada no 1ºCongresso Português de Sociologia Económica, SOCIUS/ISEG, Lisboa - Fundação Calouste Gulbenkian (4 a 6 de Março)

PORTUGAL 1995-2000 PERSPECTIVAS DA EVOLUÇÃO SOCIAL

2002 DEPP/MTS, Celta Editora

QUINTÃO, Oliveira; CUNHA, Lurdes

2000 A intervenção pela formação nos processos de inserção sócio- profissional; Sociedade e Trabalho nº8/9, MTS, Lisboa

QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT

1992 Manual de Investigação em Ciências Sociais. Lisboa:Gradiva

RODRIGUES, MªJoão

2002 Competitividade e Recursos Humanos – Dilema de Portugal na Construção Europeia. Lisboa: Publicações Dom Quixote

ROSA, Mª. Teresa Seródio

1996 A qualificação no trabalho ou o entrosar da organização do processo de trabalho com políticas de e na produção, política estatais e situação dos assalariados perante o mercado e a reprodução da força-de-trabalho. Revista Organizações e Trabalho, nº 15 (pp. 67-81), APSIOT. CELTA, Oeiras

ROSA, M^a. Teresa Serôdio

1998 Relações sociais de Trabalho e sindicalismo operário em Setúbal. Edições Afrontamento, Porto

ROSA, M^a. Teresa S. (coord.); GONÇALVES, M^a Fortunata; FERREIRA, Paula Isabel

1999 O desemprego e alternativas de emprego numa zona crítica. O Caso da Azambuja. Revista Organizações e Trabalho, nº 21 (pp. 9-29), APSIOT. CELTA, Oeiras

ROSA, M^a. Teresa Serôdio; GONÇALVES, M^a Fortunata; FERREIRA, Paula Isabel

2000 Desempregados de longa duração no concelho do Seixal. Perspectivas de reinserção e expectativas face ao futuro. Revista Organizações e Trabalho, nº 23 (pp. 13-32), APSIOT. CELTA, Oeiras

RUIVO, Fernando

2000 Poder Local e Exclusão social. Coimbra: Quarteto

YIN, Robert

1989 Case Studies. London: Sage Publications

SAMUELSON, Paul A; NORDHAUS, William D.

1993 Economia; McGraw-Hill de Portugal, Mem Martins, 14^aEdição

SANTOS, Ana Teresa

2000 Os sem abrigo em Lisboa; IN: VAZ, Maria João; RELVAS, Eunice; PINHEIRO, Nuno; Exclusão na História – actas do colóquio internacional sobre exclusão social, Editora Celta, Oeiras

SCHNAPPER, Dominique

1996 Intégration et exclusion dans les sociétés modernes ; In : Paugam, Serge (coord.) ; L' exclusion : l'état des savoirs ; Éditions la Découverte, Paris

SCHNAPPER, Dominique

2000 A Compreensão Sociológica; Gradiva, Lisboa

SILVA, Manuela; COSTA, Alfredo Bruto da

1989 Pobreza Urbana em Portugal; Colec, Cáritas nº13, Lisboa

SULEMAN, Fátima

1996 Competência: eixos de difusão de um conceito; Revista Dirigir nº41, IEFP, Lisboa

TAVARES, José

1996 Uma sociedade que aprende e se desenvolve – relações interpessoais, Porto Editora, Porto, Colecção CIDINE

VALA, Jorge

1986 A Análise de Conteúdo: IN: SILVA, A.; PINTO, J.M.; (orgs.) Metodologia das Ciências Sociais, ed. Afrontamento

VAZ, Maria João; RELVAS, Eunice; PINHEIRO, Nuno;

2000 Exclusão na História – actas do colóquio internacional sobre exclusão social, Editora Celta, Oeiras

XIBERRAS, Martine

1996 As Teorias da Exclusão – Para uma construção do imaginário do desvio, Instituto Piaget, Colecção Epistemologia e Sociedade Lisboa

Anexo

GUIÃO DE ENTREVISTA

I – IDENTIFICAÇÃO

1. Idade actual

2. Sexo

3. Estado Civil

4. Habilitações Literárias

5. Ano em que iniciou a frequência do curso de Geriatria

6. Quando iniciou o curso, encontrava-se desempregado(a) há quanto tempo

7. Quando ingressou na acção beneficiava de apoios:

(Rendimento Mínimo Garantido, Subsídio de Desemprego, Solidariedade de instituições, Solidariedade de vizinhos e amigos, Não tinha apoios, etc)

8. Quantos empregos teve antes de iniciar o curso de Geriatria

9. Se trabalha no âmbito da Geriatria, que tipo de vínculo tem com a sua entidade patronal

II - CARACTERIZAÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR

1. Número de elementos do agregado familiar (INCLUINDO O PRÓPRIO)

2. Situação profissional do cônjuge Trabalhador por conta própria

3. Rendimento médio mensal do agregado familiar

4. No seu agregado familiar existem situações de (disfuncionalidades):

(Dificuldades económicas, Toxicodependência, Maus tratos, Alcoolismo, Dificuldades em obter alimentação, Outros)

III - FACTORES QUE CARACTERIZAM OS PERCURSOS

1. Nº de empregos antes do curso

2. Antes de frequentar o curso, os eus rendimentos resultavam de:

(Trabalho de outros elementos do agregado familiar, De apoio social de instituições; Subsídios, Ajuda de amigos, Biscates, Outro)

3. Redes de sociabilidade e dificuldades antes do curso

(nº de amigos, contactos, relacionamentos, dificuldades, motivação, dependências, situação/equilíbrio familiar)

4. Perspectivas futuras

(perspectivas futuras, diligências para resolver o problema de emprego, motivação para o emprego, contactos que mantinha, in/definições quanto ao futuro)

III - MOTIVOS PARA A SAÍDA DO MERCADO DE TRABALHO – ANTES DA FREQUENTAR O CURSO

1. Motivos que conduziram à saída do mercado de trabalho, antes da frequência do curso de Geriatria

2. Dificuldades encontradas quando ficou desempregado (ANTES DE TER FREQUENTADO O CURSO)

(individuais, no agregado familiar, efeitos positivos e negativos)

3. Outras razões da perda de emprego

IV - COMPETÊNCIAS ADQUIRIDAS/INGRESSO NO MERCADO DE TRABALHO;

1. Importância do curso

(Nível pessoal, relacional, social)

2. Contributos do curso a nível profissional

3. Alterações provocadas pela frequência do curso

4. Relação curso/ingresso no mercado de emprego

5. Competências adquiridas na formação

(pessoal, relacional/social, profissionais)

V - INTEGRAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO/ FREQUÊNCIA DUMA ACÇÃO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL;

1. Significado do curso para o entrevistado

2. Alterações decorrentes do curso

(pessoal, familiar, profissional)

3. Factores decisivos para a integração no mercado de trabalho

VII – Nos conjuntos de palavras que se seguem, assinale com um círculo, EM CADA CONJUNTO, as TRÊS palavras mais importantes que considera ter aprendido na formação.

Conjunto I	Conjunto II	Conjunto III	Conjunto IV
Ajudar	Observar	Manipular	Planejar
Apoiar	Comparar	Fixar	Dirigir
Encorajar	Ordenar	Fabricar	Coordenar
Estimular	Compreender	Registrar	Motivar
Facilitar	Seleccionar	Utilizar	Decidir
Aconselhar	Promover	Juntar	Administrar
Ensinar	Avaliar	Reparar	Organizar
Treinar	Classificar	Produzir	Persuadir
Partilhar	Resolver Problemas	Ajustar	Representar
Conjunto V	Conjunto VI	Conjunto VII	Conjunto VIII
Expressar-se	Calcular	Inventar	Intuição
Ouvir	Orçamentar	Compor	Persistente
Escrever	Depositar dinheiro	Imaginar	Paciência
Vender	Programar	Desenvolver	Sociabilidade
Compreender	Memorizar	Improvisar	Espírito de iniciativa
Redigir	Contar	Conceber	Adaptabilidade
Traduzir	Fazer contabilidade	Criar	Confiança em si
Promover	Somar	Adaptar-se	Boa apresentação
Influenciar	Dividir	Organizar	Motivação